

Saionara Figueiredo Santos

Wharley dos Santos

(organizadores)



# *Da cabeça aos pés*

Corpos e Gênero na Tradução e Interpretação  
de/entre/para Libras-Português

Volume 1

EDITORA  
**trados**

Saionara Figueiredo Santos  
Wharley dos Santos  
(organizadores)

# *Da cabeça aos pés*

Corpos e Gênero na Tradução e Interpretação  
de/entre/para Libras-português

Volume 1

2025



**Editora Tradados**

*1ª Edição – Copyright © Editora Tradados e Autores*

Capa: João Vitor Floriano ©Carbon: Agência de Marketing

Ilustração: Jamerson Lima (@ninholl)

Preparação dos originais: Saionara Figueredo Santos

Editoração e Diagramação: Wharley dos Santos

Revisão de Língua Portuguesa: Martha Nascimento

Revisão de Língua Espanhola: Saionara Figueredo Santos

Ficha Catalográfica: Aline Grazielle Benitez - CRB-1/3129

---

Saionara Figueredo **SANTOS**; Wharley **DOS SANTOS**

Da cabeça aos pés [livro eletrônico]: corpos e gênero na tradução e interpretação de/entre/para Libras-português / (organizadores)

Saionara Figueredo Santos; Wharley dos Santos. 1. ed. 1 volume.

Florianópolis, SC: Editora Tradados, 2025. PDF.

Vários autores. Bibliografia.

ISBN: 978-65-01-64019-8 [Digital]

1. Língua Brasileira de Sinais 2. Língua brasileira de sinais - Estudo e ensino 3. Tradutores - Formação profissional 4. Tradução e interpretação como profissão 5. Tradução e interpretação - Técnica I. Santos, Saionara Figueredo. II. Santos, Wharley dos.

25-293868.0

CDD-418.02

---

*Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema de banco de dados sem permissão escrita do titular do Direito Autora*

© Academia Tradados

# Sumário

|  |     |
|--|-----|
| <b>Prefácio</b> .....  | 5   |
| Simone Gonçalves de Lima da Silva  |     |
| <b>Apresentação</b> .....  | 7   |
| Wharlley dos Santos  |     |
| Reflexões sobre os estudos de gênero na tradução e interpretação de/em/para a língua de sinais.....  | 14  |
| Silvana Nicoloso   |     |
| Empoderamento feminino e direitos linguísticos: reflexões a partir de um grupo de estudos sobre a Lei Maria da Penha para mulheres surdas ..                 | 49  |
| Lahis Vargas Brandão e Saionara Figueiredo Santos  |     |
| “Mas que roupa você estava usando?”: o assédio e o corpo da mulher tradutora e intérprete de Libras/português.....   | 83  |
| Camila Stephanie Gallo e Saionara Figueiredo Santos  |     |
| Luz, câmera, assédio: ações sobre o corpo da tradutora no mercado audiovisual.....   | 117 |
| Amanda Tamires dos Santos Silva  |     |
| Desafios da masculinidade na interpretação no par Libras-português: estereótipos, preconceitos e práticas profissionais .....                                | 136 |
| Wharlley dos Santos  |     |
| El lenguaje inclusivo y la interpretación en Lengua de Señas Argentina-Español: nuevos desafíos.....   | 187 |
| Gabriel Claria, Daniela Kaplan, Cecilia Mealla, Walter Monte e Jazmín Uieytes  |     |
| Tradução de artigo   Da cabeça aos pés: experiências laborais de corpos femininos que traduzem e interpretam Línguas de Sinais no Brasil e na Argentina..... | 207 |
| Saionara Figueiredo Santos   |     |
| Quem somos nós? .....  | 259 |

# *Prefácio*

Vivemos em tempos em que discutir gênero, identidade e representatividade deixou de ser um exercício restrito aos movimentos sociais para tornar-se uma necessidade urgente em todas as esferas, inclusive a acadêmica e a profissional. O livro “Da Cabeça aos Pés” surge como um convite — e também como um desafio — para pensarmos os corpos que traduzem, interpretam, performam e ressignificam discursos nos espaços bilíngues (Libras-Língua Portuguesa).

Os capítulos que compõem esta obra revelam as inquietações que se entrelaçam com as práticas profissionais, acadêmicas e pessoais das autoras e dos autores desta obra. São reflexões oriundas de pesquisas, vivências, resistências e, também, de uma vontade coletiva de romper silêncios.

Durante a leitura você encontrará debates que problematizam os estereótipos de gênero, o empoderamento feminino, os direitos linguísticos de mulheres surdas, o assédio, os desafios da masculinidade, além dos impactos no mercado audiovisual. Cada texto, à sua maneira, faz emergir a potência dos corpos que traduzem, que são atravessados por múltiplas camadas de sentido e que, frequentemente, tornam-se também objeto de julgamento, de controle e de resistência.

Se traduzir e interpretar é um exercício de mediação cultural, o ato tradutório evidentemente não pode ser isolado do corpo. A tradução não é, de modo algum, um ato mecânico de passar palavras de uma língua para outra, o que pode ser novidade para alguns e talvez este livro cause desconforto. Porque, aqui, a tradução e a interpretação são atos profundamente políticos,

atravessados por gênero, raça, sexualidade, capacitismo, normatividade. Traduzir é resistir. Interpretar é existir. E existir, para muitos de nós, é diariamente um ato de subversão.

Nos bastidores, nas salas de aula, nos palcos, nas audiências, no mercado audiovisual, o corpo do intérprete não desaparece. Pelo contrário, ele é visto, revisto, observado, julgado. E sobre ele recaem olhares que perguntam — mesmo que em silêncio —: "Mas essa roupa é adequada?", "Esse corpo cabe aqui?", "Esse gênero tem espaço nesse trabalho?", "Esse corpo é conveniente o suficiente para ser porta-voz de outra pessoa?"

Nesse sentido, este livro convida você a encarar esses questionamentos de frente. Sobretudo a olhar para as violências naturalizadas, para os estereótipos perpetuados, para as ausências que falam tanto quanto às presenças e desconstruir o que parecia pronto. Desenterrar o que foi silenciado. E olhar para o seu próprio corpo — sim, o seu — e se perguntar: "De que maneiras eu performo, reforço ou rompo com tudo isso?"

Desejo que esta leitura provoque, inspire e, sobretudo, mobilize reflexões críticas e sensíveis. Que possamos, cada qual em sua jornada, reconhecer que nossos corpos, “da cabeça aos pés”, estão profundamente implicados na construção de sentidos, na desconstrução de opressões e na luta constante por acessibilidade, equidade e justiça social.

Tenha uma ótima leitura!

**Prof. Dra. Simone Gonçalves de Lima da Silva**

Diretora-geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
(IFSC) - Câmpus Palhoça Bilingue

# Apresentação

*Da cabeça aos pés: Vivências políticas relacionadas a Gênero de intérpretes e tradutores de Língua de Sinais Brasileira* é uma obra que emerge em um momento crucial da trajetória dos Estudos da Tradução (ET) e da Interpretação (EI) em especial interface com as Línguas de Sinais (ETILS) no Brasil e no mundo. Articulando vivências, reflexões teóricas e práticas profissionais, o livro oferece um panorama potente e necessário sobre os atravessamentos de gênero na atuação de tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do Brasil à Argentina. Longe de se limitar a descrições empíricas, o volume apresenta um posicionamento político e epistemológico engajado com as pautas feministas, anticapacitistas e interseccionais, reforçando a importância de olhares plurais sobre o corpo das pessoas que traduzem e/ou interpretam em contextos diversos.

O fio condutor da obra é constituído pelos *desafios da interseccionalidade* no campo da tradução e da interpretação, especialmente no par Libras-português. Ao abordar questões relacionadas às identidades de gênero, orientação sexual, racialidade, capacitismo e classe social, os capítulos trazem à tona como essas dimensões afetam de forma direta as experiências profissionais, formativas e subjetivas de tradutores e intérpretes. A tradução e a interpretação não são aqui compreendidas como práticas neutras ou desprovidas de marcas identitárias: pelo contrário, são vistas como práticas políticas, atravessadas por estruturas de poder que operam, muitas vezes, de forma invisível. A interseccionalidade, portanto, não aparece apenas como um

conceito, mas como uma ferramenta crítica para a compreensão da complexidade que envolve a atuação no campo da tradução e da interpretação em línguas de sinais.

No centro da proposta encontra-se *a discussão do tabu e do não dito como estratégia pedagógica de formação continuada*. A obra adota uma perspectiva que reconhece o silêncio institucionalizado e socializado em torno de temas como assédio, objetificação de corpos, desigualdades de gênero e relações de poder nos espaços de trabalho. Esses silêncios, ao serem rompidos, tornam-se mecanismos potentes de transformação social e pedagógica. Em vez de recuar diante da controvérsia, os textos aqui reunidos propõem o enfrentamento direto de questões muitas vezes evitadas em espaços acadêmicos ou profissionais, propondo uma pedagogia do desconforto como forma de promover consciência crítica. A formação continuada, neste contexto, deixa de ser apenas técnica e torna-se política: forma-se o intérprete para a atuação, mas também para a resistência e transformação de práticas opressoras.

A gênese deste livro está ligada ao *desdobramento do estágio pós-doutoral da professora Dra. Saionara Figueiredo Santos*, cuja trajetória acadêmica é marcada pelo compromisso com os estudos críticos da tradução e da interpretação no par Libras-português; não havia possibilidade de não aceitar tão honroso convite.

A proposta da obra nasce da inquietação produzida durante as pesquisas realizadas no Brasil e na Argentina, nas quais emergiram com força as experiências de corpos dissidentes e suas estratégias de sobrevivência, resistência e produção de saberes no campo da tradução e da interpretação. O projeto se desdobra, portanto, em articulações teóricas e metodológicas que ampliam as

fronteiras dos ET, acolhendo saberes interdisciplinares vindos dos Estudos de Gênero, Estudos Feministas, Estudos Surdos e Estudos Decoloniais.

A organização dos trabalhos reflete essa diversidade epistêmica e metodológica. Cada capítulo é resultado de pesquisas empíricas, experiências formativas ou trajetórias profissionais que se entrelaçam em uma costura cuidadosa e potente. O conjunto é ao mesmo tempo coeso e múltiplo, capaz de propor um diálogo entre diferentes realidades e contextos sociopolíticos. A organização do livro respeita a especificidade de cada contribuição, mas também evidencia conexões que atravessam os capítulos. A decisão de incluir um artigo traduzido ao final, resultado da pesquisa transnacional Brasil-Argentina, amplia o escopo da discussão e aponta para a necessidade de diálogos internacionais no campo da tradução e da interpretação de línguas de sinais.

O **primeiro capítulo**, intitulado *Reflexões sobre os Estudos de Gênero na Tradução e Interpretação de/em/para a Língua de Sinais*, de autoria de Silvana Nicoloso, oferece uma introdução teórica e conceitual aos temas que permeiam a obra. A autora propõe uma cartografia dos estudos de gênero articulados aos Estudos da Tradução e da Interpretação, destacando a importância de considerar o corpo como *lócus* de significação e resistência. O capítulo aborda as contribuições feministas para a crítica tradutória e sinaliza os limites das abordagens essencialistas. A partir de um olhar interseccional, Nicoloso propõe a necessidade de pensar a atuação de tradutores e intérpretes não apenas como técnica, mas como um gesto performático carregado de significados sociopolíticos.

O **segundo capítulo**, *Empoderamento feminino e direitos linguísticos: reflexões a partir de um grupo de estudos sobre a Lei*

*Maria da Penha para mulheres surdas*, assinado por Lahis Vargas Brandão e Saionara Figueiredo Santos, apresenta uma experiência formativa comprometida com o empoderamento de mulheres surdas. A partir de encontros pedagógicos baseados na Lei Maria da Penha, as autoras discutem as dimensões dos direitos linguísticos e de gênero. O capítulo enfatiza a importância de práticas pedagógicas que considerem as especificidades linguísticas e culturais das mulheres surdas, propondo uma escuta sensível às suas demandas e realidades. A interpretação e a mediação aparecem, nesse contexto, como ferramentas de emancipação e visibilização de direitos.

No **terceiro capítulo**, *“Mas que roupa você estava usando?”: o assédio e o corpo da mulher tradutora e intérprete de Libras/Português*, Camila Stephanie Gallo e Saionara Figueiredo Santos abordam de forma contundente a violência simbólica e física sofrida por mulheres intérpretes. O título, que evoca uma pergunta recorrente em casos de violência de gênero, denuncia os processos de culpabilização feminina e objetificação corporal que se repetem no cotidiano profissional. Por meio de relatos e análises, o capítulo evidencia como o assédio está naturalizado nos espaços institucionais e como isso impacta a saúde física e emocional das profissionais. As autoras propõem ainda estratégias de enfrentamento e acolhimento coletivo.

O **quarto capítulo**, *Luz, câmera, assédio: ações sobre o corpo da tradutora no mercado audiovisual*, escrito por Amanda Tamires dos Santos Silva, aprofunda a análise das relações de poder nos espaços midiáticos. A autora parte de experiências de tradução e interpretação em contextos audiovisuais para discutir como o corpo da tradutora é colocado em cena, muitas vezes, como um corpo a ser vigiado, performado e controlado. O capítulo

analisa o impacto da exposição visual e da espetacularização dos corpos femininos no desempenho profissional e aponta para a urgência de protocolos de proteção e respeito nos ambientes audiovisuais.

O **quinto capítulo**, *Desafios da masculinidade na interpretação no par Libras-Português: estereótipos, preconceitos e práticas profissionais*, assinado por Wharley dos Santos, desloca o foco da discussão para as experiências dos homens intérpretes. A partir de uma perspectiva crítica, o autor analisa os constrangimentos que os homens enfrentam no exercício profissional, marcados por expectativas normativas de gênero, suspeitas sobre habilidades linguísticas e estigmas associados ao cuidado e à sensibilidade – frequentemente atribuídos ao feminino. O capítulo evidencia que, embora os homens estejam em minoria num campo predominantemente feminino, isso não os isenta de vivenciar tensões relacionadas ao gênero, sobretudo quando suas identidades escapam das normas hegemônicas.

No **sexto capítulo**, *El lenguaje inclusivo y la interpretación en lengua de señas argentina-español: nuevos desafíos*, Gabriel Claria, Daniela Kaplan, Cecilia Mealla, Walter Montes e Jazmín Vieytes trazem para o debate o contexto argentino, aprofundando a discussão sobre linguagem inclusiva e suas implicações na interpretação em línguas de sinais. Os autores discutem os desafios éticos, linguísticos e políticos da interpretação do espanhol para a Língua de Sinais Argentina (LSA) quando se trata do uso do morfema “e” como estratégia de inclusão de gênero. O capítulo evidencia que o debate sobre linguagem inclusiva não se esgota na dimensão lexical, mas se conecta com os direitos linguísticos e a dignidade das pessoas trans, não-binárias e de outras dissidências de gênero.

Fechando a obra, a **tradução do artigo** *Da cabeça aos pés: experiências profissionais de corpos femininos traduzindo e interpretando línguas de sinais no Brasil e na Argentina*, de autoria de Saionara Figueiredo Santos, sintetiza os eixos centrais do livro a partir de um olhar comparativo entre dois contextos latino-americanos. O artigo é resultado de uma pesquisa que analisa as experiências profissionais de mulheres intérpretes em ambos os países, revelando tanto as similitudes quanto as especificidades locais das opressões vividas. Ao mesmo tempo, o texto aponta caminhos para a construção de redes transnacionais de resistência, cuidado e partilha.

Como palavras finais, é possível afirmar que "**Da cabeça aos pés**" constitui um marco nos Estudos da Tradução e da Interpretação em línguas de sinais (ETILS) ao reconhecer o corpo como território político. Mais do que um conjunto de textos, o livro se oferece como um dispositivo de escuta e fala, de denúncia e proposição. Sua leitura é recomendada não apenas a pessoas que traduzem e interpretam, mas a todas as pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sensível à diversidade humana. O convite aqui é à escuta radical, à empatia ativa e à reconfiguração das práticas formativas e profissionais em direção a horizontes mais éticos e inclusivos.

**Prof. Dr. Wharlley dos Santos**

Doutor em Estudos da Tradução (PGET/UFSC) e Diretor-Executivo da  
Academia Trados

*Reflexões sobre os Estudos  
de Gênero na Tradução e  
Interpretação de/em/para  
a Língua de Sinais*

Silvana Nicoloso

# REFLEXÕES SOBRE OS ESTUDOS DE GÊNERO NA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE/EM/PARA A LÍNGUA DE SINAIS

Silvana Nicoloso

## INTRODUÇÃO

Este artigo traz um recorte da tese de doutoramento da autora em questão e tem o propósito de traçar algumas reflexões sobre a imersão dos Estudos de Gênero no campo dos Estudos da Tradução e da Interpretação de/em/para a Língua de Sinais. Para discorrer sobre gênero, primeiramente, é necessário conceituá-lo e, considerando o caráter histórico desse conceito, significa também identificá-lo no contexto e na temática específica na qual se insere. Esta pesquisa é, sobretudo, de cunho bibliográfico que, de acordo com Severino (2007, p. 122), ocorre “a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores”. Nesse sentido, este texto procura relacionar alguns aspectos referentes ao conceito de gênero que se mostram relevantes para o presente estudo, com as concepções de alguns/algumas autores/autoras (Louro, 1997; Scott, 1995; Butler, 2015; Caldas-Coulthard, 2000; entre outros/outras) sobre o referido conceito. Da mesma forma, procura estabelecer uma ligação entre os Estudos da Tradução e as concepções de tradução e ou interpretação de/para/em Língua Brasileira de Sinais (Libras) com base em Quadros e Souza (2008), Souza (2010), Nicoloso (2010, 2015), Brück (2011) e MacDougall (2012). Os resultados desta pesquisa apresentam a complexidade e a importância de trazer para os Estudos da Tradução discussões acerca dos Estudos de Gênero, ambos concatenados à interpretação de/para/em língua de sinais.

## ESTUDO DE GÊNERO

O campo dos Estudos de Gênero surgiu com os movimentos de mulheres e iniciou sem prestígio acadêmico. Posteriormente, foi ganhando autonomia de campo de pesquisa acadêmica, atingindo, nos dias de hoje, afirmação e status consistente (Abreu e Andrade, 2010). Assim, a partir de 1980, os Estudos de Gênero passaram a agregar questões além do estudo da mulher, podendo citar questões de masculinidade e de diferentes identidades, nas quais muitos/muitas cientistas (sociólogos/as, psicólogos/as e antropólogos/as) divulgaram suas descobertas na área (West e Zimmermann, 1985; Aries, 1987; Coates e Cameron, 1988). Os Estudos de Gênero são considerados, portanto, um campo de pesquisa acadêmica interdisciplinar que procura compreender as relações de gênero na cultura e na sociedade humana (Louro, 1997).

Embora o movimento feminista no Brasil tenha se intensificado na década de 1970, a introdução do tema no mundo acadêmico aconteceu mais tardiamente. Foucault (1991) se popularizou entre os acadêmicos brasileiros somente no fim dos anos 1980 e, a partir de então, surgem os primeiros estudos sobre a condição da mulher no Brasil baseados no debate teórico iniciado nos Estados Unidos. Porém, a introdução dos Estudos de Gênero no Brasil se deu somente a partir dos anos 1990, por meio de iniciativas nas áreas de história e de sociologia (Abreu e Andrade, 2010).

Um dos primeiros planos conceituais para se entender o conceito de gênero, conforme Natividade (2012), passa pela diferenciação entre sexo e gênero, sendo que o primeiro “se refere

às características e diferenças biológicas que correspondem a homens e mulheres” e o segundo, “às construções sociais e culturais que se desenvolvem a partir dos elementos biológicos” (Natividade, 2012, p. 22). Assim, o conceito de gênero está ligado a sistemas de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens. No entanto, “o processo de empoderamento não é linear, mas complexo e marcado por contradições” (Natividade, 2012, p. 13). As relações de gênero (assim como as de classe ou etnia) são determinadas pelo contexto social, cultural, político e econômico. Conforme Natividade (2012, p. 25), há, pois, “uma relação complexa entre identidades de gênero, uso da língua, ideologia e comunidade”. Essa complexa relação pode ser observada, também, no contexto da tradução e da interpretação em língua de sinais, onde esses elementos frequentemente estão em trânsito, ora alinhados, ora em desarmonia.

Castel (2001) faz uso da expressão “papel de gênero” para significar tudo o que a pessoa diz ou faz para evidenciar a si mesma como mulher ou como homem. Isso inclui não só sexualidade, mas também envolve vestimenta, modo de falar, gestos, profissão e outros fatores que não são determinados pelo sexo biológico e sim por atos, comportamentos, poder e discursos. Talbot (1998, p.151), por sua vez, define discurso como “construções sociais historicamente efetivadas na organização e disseminação do conhecimento”. Essas construções, “dão posições de poder para alguns, mas não para outros [...] e elas só existem na interação social em situações específicas” (p.154). Para Talbot (1998, p.157), “a identidade de gênero é constituída no discurso”, ou seja,

o discurso é uma forma material de se fazer gênero dentro de uma determinada sociedade.

Butler (2015) propõe abordar as regulações de gênero instituídas como normas, ou seja, padrões que pertencem à arte do julgamento. Para a autora, “a norma não é o mesmo que uma regra e não é o mesmo que uma lei. A norma opera dentro das práticas sociais como um padrão implícito de normalização” (Butler, 2015, p. 41). Ela considera que, a partir dessas dinâmicas de poder, as pessoas são reguladas pelo gênero e que essa operação é uma condição cultural de inteligibilidade de cada pessoa. Daí a importância de investigar questões de gênero relacionadas às atividades de tradução e de interpretação de/em/para língua de sinais, pois o/a tradutor/a e/ou intérprete encontra-se, frequentemente, em uma posição de controlado/a, vigiado/a, avaliado/a sob o olhar do outro (público-alvo, sociedade, contratante, etc).

Como elemento de construção das relações sociais, conforme Natividade (2012, p. 22), “a categoria analítica de gênero permite a leitura dos fenômenos sociais a partir de suas dinâmicas de poder”, contribuindo, mais especificamente neste estudo, na análise da atividade de tradução e ou interpretação. Assim, a categoria analítica de gênero serve para explicar as formas de construção social de homens e mulheres, mas serve também para compreender como a dinâmica social está articulada às questões de poder. Caldas-Coulthard (2000) insiste que dimensões culturais sempre irão determinar o uso linguístico. As subculturas femininas e masculinas não são separadas de estruturas de poder. Segundo a autora:

O maior avanço da pesquisa feminista estende-se à questão da construção da identidade e das representações de feminilidade e de

masculinidade. Gênero é somente um aspecto de nossas múltiplas identidades e qualquer pesquisa linguística tem que averiguar como a interação ou representação é realizada – quais os papéis sociais que estão sendo articulados, em que práticas discursivas, ou ainda, como as práticas sociais produzem identidades. A categoria de gênero não pode ser dissociada ou analisada independentemente de todas essas outras possibilidades (Caldas-Coulthard, 2000, p. 281).

Fenstermaker e West (2002, p. 3) descrevem gênero como "um status alcançado: o que é construído através de meios psicológicos, culturais e sociais". Mais especificamente, eles argumentam que gênero é um produto da obra da evolução social e que é constituído por meio da interação. Gênero, segundo eles, é uma "realização; é algo que se faz, e se refaz, em interação com os outros" (p.16). Com isso, é possível afirmar que gênero é um conceito ligado ao papel socialmente construído. Assim, não é a natureza, mas a sociedade que impõe à mulher e ao homem certos comportamentos e certas normas diferentes de agir, pensar, falar, e ser no mundo. Heberle (2000, p. 301) complementa essa afirmação com as seguintes palavras:

Gênero, por sua vez, também tem recebido várias definições e é visto como uma categoria socialmente construída, diferenciada da oposição biológica macho/fêmea, colocada num continuum que interage com outras variáveis sociais tais como [...] idade, grau de instrução, etnia, status sócio-econômico, ocupação, classe social, orientação sexual, filiação política, religiosa, etc. Percebe-se, pois, que a construção social de gênero não opera de forma monolítica e universal (Heberle, 2000, p. 301).

Assim, homens e mulheres, conforme Brück (2011, p. 4), podem ser pensados como “dois grupos culturais diferentes”, porque eles geralmente socializam mais com seus pares ou em grupos de pessoas do mesmo sexo. Tais diferenças, de acordo com essa autora, podem ser o produto de uma cópia que meninos e meninas fazem da linguagem adulta, e que também pode evoluir durante o processo de interação. Com isso, afirma que esse processo de “consolidação de papéis” visa a uma distinção clara por meio de formas divergentes de falar. Brück (2011, p. 13) argumenta ainda que “as crianças aprendem essas culturas específicas de gênero com seus colegas da mesma idade, com isso tendem a desenvolver estereótipos e versões extremas de padrões de comportamento de adultos”. Nesse sentido, de acordo com essa autora, meninos e meninas aprendem a usar diferentes linguagens devido aos diferentes contextos sociais em que eles/elas aprendem a interagir com seus/suas amigos/amigas.

Então, se a cultura específica de gênero é aprendida e exercida em grupos de pares, logo gênero é uma construção social. Essa posição é também partilhada por Weatherall (2005), que possui uma perspectiva construcionista social relacionada com ideias pós-estruturalistas. Ela afirma que os significados associados ao gênero masculino e feminino não são fixos ou estáticos. Em vez disso, o entendimento de gênero é contextualmente (culturalmente e historicamente) específico. Portanto, conforme Weatherall (2005, p. 293), “a base do processo de construção social é o discurso: a linguagem não é mais considerada como um sistema de representação, mas um sistema que constrói o mundo, descrevendo-o”. E, mais adiante, a autora afirma que “não é a biologia, mas a aprendizagem social que limita o que homens e mulheres pensam que podem fazer. Assim, gênero tem sido

interpretado como as reações sociais de sexo” (Weatherall 2005, p. 294).

Nesse sentido, segundo Abreu e Andrade (2010, p. 2), estudar questões de gênero é

uma forma de compreender as relações sociais a partir dos conceitos, representações e práticas desenvolvidas entre as pessoas, sobretudo como se constroem as relações entre as pessoas, sejam elas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, de idade, classe social, cor e raças iguais ou diferentes. É a compreensão ou juízo de valor que as pessoas têm sobre as outras a partir da anatomia sexual. Isto pode determinar estereótipos ou ideias sobre indivíduos e grupos, que impõem um padrão fixo, invariável e que negam as diferenças individuais e culturais; manifestam-se através de julgamentos, sentimentos ou imagens preconceituosas (Weatherall, 2005, p. 294).

Isso significa analisar a interpretação ou apropriação cultural que as pessoas realizam sobre as diferenças sexuais e quais as consequências disso nos diversos contextos da vida social, seja na família, na escola, no trabalho (atividade de tradução e/ou interpretação) etc. No presente estudo, a categoria gênero será tratada numa dimensão relacional, entendendo “gênero” conforme Louro (1997, p. 57). Segundo a autora:

Gênero não é uma categoria pronta e estática. Ainda que tenha sua especificidade própria, essa categoria partilha das características de ser dinâmica, de ser construída e passível de transformação. Gênero não é também um elemento imposto unilateralmente pela sociedade, mas supõe-se que os sujeitos sejam ativos e ao mesmo tempo determinados,

recebendo e respondendo às determinações e contradições sociais. Daí advém a importância de se entender o fazer-se homem ou mulher como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. O masculino e o feminino são construídos através de práticas sociais masculinizantes ou feminilizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade. Integra essa concepção a ideia de que homens e mulheres constroem-se num processo de relação (Louro, 1997, p. 57).

Em suma, considerando as diversas dinâmicas sociais, questiona-se quais das diferenças entre masculino e feminino são aprendidas socialmente. Nos Estudos de Gênero, o termo “gênero” é usado para se referir às construções sociais e culturais de masculinidades e feminilidades respectivamente no plural ao invés do singular, enfatizando a diversidade tanto dentro das culturas como entre elas. Nesse contexto, gênero foca nas diferenças culturais. Então, é nas interações sociais que os/as participantes de uma comunidade, constantemente, estão negociando regras, formas de agir e discursos que definem o gênero. Heberle, Ostermann e Figueiredo (2006, p. 9) ainda ressaltam que:

Embora estejamos adotando a noção de que o gênero é construído socialmente, reconhecemos que as práticas socioculturais que constituem essa categoria, e que incluem a linguagem, são, com frequência, objeto de resistência ou de contestação. Homens e mulheres, ao participarem de interações sociais via linguagem, ao produzirem ou consumirem textos alinham-se em diferentes graus com os papéis de gênero articulados nessas práticas linguísticas, ora aceitando-os sem questionamento, ora discordando parcialmente deles, ora rejeitando-

os na sua totalidade (Heberle, Ostermann e Figueiredo, 2006, p. 9).

Wodak (1997 apud Macdougall, 2012) sugere que se considere gênero como um bem social em construção, sensível ao contexto, a aspectos socioculturais tais como: a sua herança étnica, a sua idade, o seu nível de educação, seu status socioeconômico, as suas emoções, enfim, a dinâmica ou o contexto do discurso investigado em que considera o gênero. Wodak argumenta a favor de uma abordagem mais abrangente para as pesquisas em termos de gênero e discurso. Essa abordagem proposta aos Estudos de Gênero distancia a visão determinista do fator biológico e direciona para uma abordagem pós-moderna e pós-estruturalista para o assunto.

Para Macdougall (2012), é mediante interações sociais que o gênero é produzido. Crawford (1995) escreve sobre uma nova visão social de gênero e linguagem. Ela argumenta que não há nenhum modelo de discurso ligado diretamente às mulheres, da mesma forma que não existe fala inerente aos homens. Assim, os indivíduos não nascem com tais discursos diferenciados; os atos são aprendidos pela socialização de uma criança dentro de sua respectiva sociedade. Segundo Weatherall (2002 apud Macdougall, 2012, p. 40), “é através da linguagem (e do discurso) que o gênero é produzido manifestando a sua importância como uma categoria social.”

Portanto, na tentativa de encontrar características próprias femininas nos códigos linguísticos utilizados por escritoras mulheres, Hanciau et. al. (2001) apontam que algumas pesquisas levantaram perguntas do tipo: As mulheres têm um vocabulário mais restrito que os homens? Usam mais adjetivos? Tendem a utilizar mais diminutivos? Usam palavras desnecessárias? Suas

sentenças são mais longas ou mais curtas que a dos homens? São mais explícitas? Enfim, questionamentos para investigar se existe uma linguagem própria feminina ou conhecer quais são as características da fala das mulheres (Saffioti e Muñoz-Vargas, 1994 e Baumgartem, 2002). Outras pesquisas apontam para as diferenças na escolha de palavras e na sintaxe. Há pesquisas, ainda, que focalizam a tomada de turno, a questão da polidez, as interrupções, o silêncio, o controle de turno e de tópico e as formas de tratamento, sempre considerando estilos interativos diversos (Hanciau et. al., 2001).

Weatherall (2002, p. 105) aponta que homens e mulheres gays usam a "linguagem para transgredir as normas de gênero e/ou sexualidade desafiando uma *atitude natural*" mediante a fala. Ela cita casos em que mulheres lésbicas fazem "masculinidades" por meio do discurso "para marcar a sua identidade sexual usando algumas das características da fala tipicamente associadas aos homens, para evitar discursos com características associadas à linguagem das mulheres que têm implicações da heterossexualidade". Além disso, Weatherall (2002) também analisa o discurso das mulheres lésbicas e dos homens gays evidenciando o uso de tom de voz (grave e agudo, respectivamente) para sinalizar sua identidade de gênero (Macdougall, 2012).

Para Butler (1993), gênero não é um atributo fixo dado a alguém e deve ser visto como uma variável fluida, que muda de diferentes contextos e tempos. Ela ainda argumenta que o sexo (macho, fêmea) parece ser a causa do gênero (masculino ou feminino). Tal construção binária é insuficiente para explicar a complexidade humana. Por isso, Butler sugere quebrar essa lógica, dizendo que o gênero é flexível, livre e motivado por vários fatores.

Butler afirma que “não há identidade de gênero atrás de expressões de gênero; a identidade é construída performativamente pelas várias expressões” (Butler, 1993, p. 25). Em outras palavras, gênero é uma *performance*; é o que se faz em situações diferentes e a forma como se faz. Ainda, conforme Butler (1993), o gênero não se limita ao que somos ou ao que temos, mas se estende ao efeito produzido pelo que fazemos, ou seja, é uma *performance*.

Cameron *et al* (1988) apontam que as vantagens dessa lógica se encontram na noção de variedade de identidades de gênero que ela pode gerar e, conseqüentemente, na variedade performática que o comportamento pode assumir. A ideia de identidade não deve ser relacionada com a essência, mas com um caráter performativo e construído. Segundo Butler (2015), a configuração cultural predominante do gênero é tomada como naturalizada e hegemônica e relata que, apesar disso, podemos encontrar mobilizações, subversões, confusões e uma proliferação de gênero e, conseqüentemente, de identidades (Natividade, 2012).

Assim, essas considerações podem contribuir significativamente para o desenvolvimento deste estudo, na perspectiva de que as atividades de tradução e/ou interpretação de/em/para a língua de sinais são também um ato performático e pode desvelar identidades. Em outras palavras, entende-se a tradução e a interpretação em língua de sinais como *performance* e fundamenta-se a abordagem dessa teoria a partir de Quadros e Souza (2008), Novak (2005) e Souza (2010).

Então, entende-se a noção de gênero como “performance” (Butler, 2015) e/ou “fazendo-se gênero na sociedade” (West e Zimmerman, 2002). Conforme West e Zimmerman (2002), as

peças são responsabilizadas pelas performances socialmente adequadas. Portanto, os membros de uma sociedade ajustam sua conduta em antecipação de como os outros vão interpretar (e avaliar) o seu caráter, a sua identidade de gênero. Além disso, o modo como se “faz” gênero traz consigo recompensas sociais ou punições, dependendo se a pessoa está em conformidade ou transgride, respectivamente, os comportamentos de gênero socialmente aceitos de acordo com seu sexo biológico (West, Zimmerman, 2002).

Butler (2015) faz uma análise sobre gênero e sociedade descrevendo o desempenho de gênero como uma forma de expressar socialmente identidades de gênero aceitáveis entre homens e mulheres. Para ela, “gênero é a estilização repetida do corpo”, ou seja, um conjunto de atos repetidos dentro de um quadro de regulamentação rígida que se mantém ao longo do tempo para se produzir a aparência de um “tipo de ser natural/normal”. Essa visão de “performatividade e desempenho”, segundo a autora, diz respeito a conceitos úteis para investigar a relação entre linguagem e gênero.

Butler (2015) também escreve sobre o uso performativo do discurso. Seu argumento é que “a realização de normas de gênero” exige “o uso performativo do discurso” (Butler, 2015, p.231), ou seja, que essas normas só se concretizam na medida em que são reiteradas por meio de enunciados que nomeiam e classificam os sujeitos de forma coerente com os padrões hegemônicos de uma determinada sociedade — como no caso do discurso heterossexista, que impõe identidades ao atribuir nomes e rótulos considerados “adequados”. Nesse sentido, as pessoas aprendem a usar a linguagem para executá-la de acordo com suas performances socialmente esperadas. Essa forma hegemônica de

interação discursiva, segundo Butler (1993), naturaliza normas heterossexuais de feminilidade e masculinidade. Como consequência, identidades como gay, lésbica, bissexual, transgênero e queer acabam sendo deslegitimadas, por não se adequarem à definição rigidamente dicotômica de gênero imposta por essas normas (Macdougall, 2012).

Nesse sentido, é importante repensar sobre os conceitos de gênero e linguagem de homens e de mulheres. Em vez de fazer referência a estilos produzidos por pessoas como marca de suas identidades enquanto homens e mulheres, Coates e Cameron (1988) sugerem que os próprios estilos podem ser produzidos como femininos ou masculinos e que as pessoas encaixam-se a esses estilos no processo de se produzirem como sujeitos.

O uso da linguagem é, portanto, um ato de identidade. Ou seja, os indivíduos fazem uso da linguagem para marcar não só seu gênero, mas sua classe social, sua etnia, sua cultura, sua religião e sua profissão (Nicoloso, 2010). Em tempos atuais, existe uma crescente preocupação em pesquisar questões que envolvem o fato de “fazer-se” gênero por meio da linguagem, influenciando na mudança de foco das pesquisas em linguagem e gênero para o tema da diversidade. Questiona-se sobre o fato de existir o binômio entre o estilo feminino e o estilo masculino de falar, de se expressar e aqui, neste estudo mais especificamente, de interpretar ou traduzir.

## **ESTUDOS DE GÊNERO E LÍNGUAS DE SINAIS**

Segundo Quadros e Souza (2008) os/as tradutores/as e intérpretes são também atores/atrizes, pois há a impossibilidade de separar o texto de sua expressão corporal em sinais. Nesse

sentido, Novak (2005) afirma que não há como separar o texto de sua performance. Ainda com base em Quadros e Souza (2008), os textos envolvendo línguas de sinais apresentam características peculiares, sendo que eles “utilizam o espaço e o tempo *encarnado* no corpo e também expressam, por meio do espaço e movimentos, as relações temporais e espaciais, como performances cênicas em forma de língua” (Souza, 2010, p. 121). Em outras palavras, o discurso enunciado em um texto traduzido/interpretado em língua de sinais está diretamente relacionado com a presença do corpo do/da tradutor/a e/ou intérprete/ator/atriz durante o desenvolvimento de sua tarefa tradutória e/ou interpretativa. Portanto, sendo a tradução/interpretação em língua de sinais um ato performático e o/a tradutor/a e intérprete e um/uma ator/atriz, é possível que no momento do ato tradutório o/a profissional em questão deixe transparecer sua identidade de gênero e, conseqüentemente, diferentes estilos discursivos.

Nos campos dos Estudos da Tradução e dos Estudos da Interpretação, mais especificamente na interpretação simultânea em Língua Brasileira de Sinais (Libras), Nicoloso (2010 e 2015), em sua dissertação de mestrado e em sua tese de doutorado, respectivamente, faz investigações sobre possíveis marcas de gênero considerando as escolhas de Modalidades de Tradução realizadas por intérpretes homens e intérpretes mulheres. Esses estudos deram respaldo para o presente artigo, que busca contribuir de forma consistente nas discussões e avanços na afirmação dos Estudos de Gênero afiliados aos Estudos da Tradução e da Interpretação.

A análise do impacto do gênero de intérpretes de língua de sinais na Áustria é efetuada por Brück (2011), que faz um pequeno levantamento da situação austríaca, a fim de promover a

sensibilização para essa questão entre os/as profissionais da área e os/as próprios/próprias clientes do serviço de interpretação. Ela investiga se o fator gênero tem uma forte influência sobre a comunicação mediada por intérprete sempre que o/a intérprete é de um gênero diferente do/da seu/sua cliente. Segundo Brück (2011), os homens se comunicam de forma diferente com os homens do que com mulheres e as mulheres falam de forma diferente para as mulheres do que para os homens. Segundo essa autora, homens e mulheres parecem usar diferentes linguagens que têm diferentes códigos para diferentes significados.

Dentro do campo de interpretação da Língua de Sinais Americana (ASL) para o inglês, MacDougall (2012) escreve sobre estilos de discurso de gênero. Uma vez que este campo é composto predominantemente por mulheres brancas, conforme MacDougall, as questões de gênero, etnia, classe e sexualidade podem influenciar o enunciado final interpretado. MacDougall explora um quadro pós-estruturalista do discurso de gênero como uma construção social e investiga as implicações que tais características de gênero podem ter no processo interpretativo. Ela analisa alguns artigos que tratam sobre o processo de interpretação, acrescentando a noção de discurso de gênero, para explorar o impacto que tais expectativas socialmente construídas causam na mensagem quanto à equivalência e à credibilidade do palestrante.

O objetivo do trabalho de MacDougall (2012) é ampliar a compreensão do processo interpretativo por meio da análise da presença de linguagem de gênero dentro da interpretação da ASL para o Inglês. Baseada na identidade socialmente construída de intérpretes homens e mulheres, a autora questiona: (i) como são refletidas as questões de educação na linguagem de gênero, no processo de interpretação, especialmente na interação “face-a-

face”? (ii) intérpretes femininas utilizam estratégias de polidez de forma diferente dos intérpretes masculinos? (iii) o gênero dos/das intérpretes influencia a percepção dos/das clientes da audiência/evento para a credibilidade da mensagem? Segundo MacDougall, enquanto não houver um corpo de pesquisa consistente que aborde o processo de interpretação em si, ou mais especificamente, que envolva as expectativas dos/das clientes sobre os/as intérpretes de língua de sinais, haverá pouca pesquisa sobre contextos de gênero no processo de interpretação. A autora afirma que, embora sua pesquisa tenha contribuído para a compreensão do processo interpretativo, pesquisas específicas sobre sociolinguística, com base em recursos de linguagem de gênero, têm recebido atenção limitada.

Em resumo, considerando-se gênero como uma construção social dentro de uma determinada sociedade, é fácil compreender como pode fazer-se gênero por meio da interação, do discurso e da linguagem. Conforme MacDougall (2012), a linguagem é um subproduto, ou um resultado final, da performatividade de gênero. As pessoas marcam gênero por meio de atos de fala que são interpretados como formas socialmente adequadas de discurso para mulheres e homens. Segundo essa autora, normalmente, "o gênero adequado" de um discurso é definido pelo/pela interlocutor/a branco/branca, de classe média e heterossexual. O discurso, conseqüentemente, é uma performance de gênero desempenhado por indivíduos em uma determinada sociedade, através da linguagem, como uma forma de "fazer gênero" para adequar sua identidade de gênero dentro de normas sociais permitidas.

## TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO: VESTÍGIOS DE GÊNERO E IDENTIDADE

Para iniciar as discussões da presente seção, é possível afirmar que, conforme mencionado anteriormente, gênero é um conceito socialmente construído. Nesse sentido, as pessoas aprendem a executar comportamentos de gênero "adequados", de acordo com normas sociais de suas respectivas sociedades. É possível perceber, também, que uma forma de performatividade de gênero é expressa por meio do discurso, e que esse discurso, portanto, ao ser interpretado, passa a ser um novo discurso.

Nos Estudos da Tradução e da Interpretação tem havido relativamente poucas pesquisas em interpretação de língua de sinais referentes a questões de gênero. Há, portanto, um trabalho sobre o impacto do gênero em interpretação médica (Weber, Singy e Guex, 2005). Curiosamente, na interpretação em língua de sinais, onde a questão de gênero possa parecer mais proeminente devido à incompatibilidade de "voz" feminina/masculina para um/uma cliente masculino/feminina, havendo um aumento da visibilidade do/da intérprete, a literatura ainda é escassa. A maioria dos textos existentes são relatos pessoais dentro de um quadro teórico (Furby, 2007; Macdougall, 2007; Lemoine Wright, 2007; Melton, 2007; Levine, 2007 e Morgan, 2008). No entanto, existe uma dificuldade em encontrar textos que tratam da investigação sobre questões de gênero na interpretação em Libras.

No campo dos Estudos da Tradução, muito pouco tem sido escrito sobre gênero, feminismo, narrativa e discurso relacionados à tradução e/ou interpretação de/em/para Libras. Nesse sentido, é possível referenciar os trabalhos de Nicoloso (2010 e 2015), mencionados na seção anterior, e Santos (2019). O trabalho de

Santos (2019) analisa as falas de tradutores/tradutoras e intérpretes de Libras (TILS) não heteronormativos, procurando entender como as manifestações de suas identidades de gênero se relacionam no contexto da comunidade surda e do trabalho na área da Tradução/Interpretação. Assim, possui o objetivo de investigar questões de gênero no contexto social e de trabalho dos profissionais TILS não heteronormativos, principalmente suas visões em relação a preconceito e aceitação da comunidade surda heterossexual para com os profissionais que não o são, teorizando sobre gênero e relações sociais dentro da comunidade surda, usando dados empíricos.

Corroborando com essa afirmação, MacDougall (2012) argumenta sobre o fato de também haver poucos estudos vinculados à interpretação em ASL e gênero. Em seu artigo, a autora afirma que esse campo é composto predominantemente por mulheres brancas, e que as questões de gênero, etnia, classe e sexualidade possivelmente podem influenciar o enunciado final do discurso interpretado em termos de credibilidade. Brück (2011) argumenta que, no passado, os/as intérpretes trabalhavam com pouca remuneração e tomavam o papel de cuidadores/cuidadoras, sendo a maioria do sexo feminino.

Historicamente, segundo MacDougall (2012), a profissão de intérprete de língua de sinais foi ocupada por voluntários/voluntárias, ou seja, pelo clero, por amigos/amigas e familiares de membros surdos. O/A intérprete de língua de sinais era considerado/a um/uma ajudante e o campo de serviço era também chamado de "trabalho de mulher" (Stewart, Schein e Cartwright, 1998, p.174). Daniel Burch (2000) aponta uma desordenada disparidade dentro da profissão, [de desequilíbrio entre homens e mulheres], devido aos baixos salários da profissão,

e seu baixo valor e reconhecimento em uma sociedade. Ele escreve ainda que a paridade de remuneração e diversidade de gênero estão interligados e relaciona a questão de gênero e os baixos salários, explicando que isso ocorre porque a profissão de intérprete de ASL/Inglês é predominantemente realizada por mulheres. Portanto, segundo esse autor, não é de se estranhar que, historicamente, a maioria dos/das intérpretes era mulher. E, atualmente, existe ainda uma “proporção de 6:1 de mulheres para homens no ramo da interpretação de língua de sinais” (Bürch, 2000, p.102). Considera-se que aqui, no Brasil, o quadro não parece ser muito diferente. Contudo, vem mudando com o passar dos anos.

Assim, empiricamente, ao abordar um tema que apresenta a inserção dos homens em um campo profissional em que o discurso de senso comum é de que as mulheres representam a grande maioria, são frequentes observações do tipo: “todos os intérpretes de Libras são gays!”. Tem-se a preocupação em amenizar esse discurso que reforça estereótipos, visto que, segundo Assunção (1996), o gênero não se constitui pela presença física, mas, principalmente, pelas relações simbólicas entre os sexos.

O discurso social e culturalmente difundido da suposta minoria de homens no mercado de trabalho de tradução e interpretação de língua de sinais é uma sutil demonstração disso, pois, além de estar direta e fisicamente relacionada à presença das mulheres, é consequência de significados, representações e valores relacionais e relacionados entre e intra os gêneros (Abreu, 2003). Um fenômeno é consequência do outro e, assim, um se constrói nas relações com o outro, o que os torna produto de uma cultura de gênero que revela, na presença ou na ausência, a imagem de suas concepções, dos seus conceitos, de suas representações.

Enfim, do modo de ser do gênero masculino e/ou do gênero feminino.

Segundo Santos (2006), a constituição das identidades e as subjetividades do/da intérprete de língua de sinais pode comprometer sua escolha de atuação profissional, assim como refletir no seu modo de atuação. Assim, para a autora citada, a postura ética manifestada no desempenho da sua função pode deixar transparecer sua formação de caráter. Com isso, pode-se supor que, no momento de atuação profissional, ou seja, no desempenho de uma atividade tradutória e/ou interpretativa, é possível que o sujeito deixe aflorar, dentre outras identidades, sua identidade de gênero.

Para Santos (2006), os/as intérpretes de língua de sinais constituem-se como seres híbridos, pois transitam entre culturas e identidades diferentes, aprendendo a ocupar seus lugares, que precisam ser negociados frequentemente, desvelando outras formas de relações na sua trajetória de profissionalização. Essa constituição do/da intérprete como ser híbrido pode estar associada também à constante relação que ele/ela vivencia no contexto social e cultural de interpretação. O/a intérprete pertence naturalmente à cultura ouvinte e frequenta a cultura surda constantemente, sendo que a sua performance, no ato tradutório, pode revelar marcas de gênero. Assim, sendo ambas as culturas consideradas diferentes, elas podem exercer influências sobre a identidade do/da intérprete e, como consequência, podem modificar sua performatividade.

Os/as TILS têm a habilidade de traduzir para a cultura alvo sem perder de vista a cultura fonte. Eles/elas aprendem estratégias de competências linguísticas para desempenhar suas interpretações da melhor maneira possível. Sendo assim, vivenciam

no ato interpretativo a constituição linguística e cultural a qual se expõem, movimentando suas identidades, suas práticas sociais e profissionais (Santos, 2006). Então, a performance na interpretação realizada pelo/pela intérprete poderá ser afetada, em alguns momentos, pois ele/ela poderá deixar-se influenciar pela sua subjetividade introduzindo aspectos do seu contexto cultural e social. Assim, questões sobre gênero, identidade e subjetividade podem estar atreladas a esse contexto discursivo social.

Para Bauman (2001), a busca frenética pela “felicidade” (realização pessoal e profissional), mediante o reconhecimento social, tem impactos importantes na identidade de forma ampla e, especificamente, poderá causar impactos também na identidade de gênero. Na *modernidade líquida*, a identidade é continuamente montada e desmontada, podendo ser reciclável, descartável e fluida. Do mesmo modo, as identidades de gênero também não são fixas e permanentes. A busca fugaz pela felicidade exige adaptabilidade e mudança constante. Portanto, para esse autor, prender-se a “uma identidade” pode ser o desfecho final de um destino infeliz. O aspecto funcional dessa identidade fabricada e portátil é que ela pode ser descartada no momento em que se tornar inconveniente e, da mesma forma, ser reconstruída.

Bauman (2001) argumenta que o grande problema disso tudo é a incapacidade de dissipar todos os resíduos que ficam depois de cada momento presente, pois o passado se acumula como carga e impede a auto-afirmação a cada instante. O passado restringe o futuro daquele que deseja negar tudo que passou. Isso tudo parece significar que o próprio movimento contínuo de descarte da identidade acaba por restringir a construção futura dessas identidades, desgastando assim o próprio processo de busca contínua. Conforme Bauman (2009), na arte da vida tudo é

movimentado, desmontado e montado, tendo em vista o momento presente e as incertezas, que são as únicas coisas permanentes. Assim, a identidade encontra-se em estado de “revolução permanente”. Nas palavras do autor:

Praticar a arte da vida, fazer de sua existência uma “obra de arte”, significa, em nosso mundo líquido-moderno, viver num estado de transformação permanente, auto-(re)definir-se perpetuamente tornando-se (ou pelo menos tentando se tornar) uma pessoa diferente daquela que se tem sido até então. “Tornar-se outra pessoa” significa, contudo, deixar de ser quem se foi até agora, romper e remover a forma que se tinha. [...] Para apresentar em público um novo eu e admirá-lo no espelho e nos olhos dos outros, é preciso tirar o velho das vistas, nossas e de outras pessoas, e possivelmente também da memória, nossa e delas. Ocupados com a autodefinição e a auto-afirmação, nós praticamos a destruição criativa diariamente (Bauman, 2009, p. 99-100).

A arte da vida na versão líquida da modernidade desincumbe o indivíduo de se identificar. Então, a performance do sujeito, na interpretação em Libras, pode ou não oferecer pistas por meio de expressões escolhidas para marcar sua identidade de gênero. A identidade individual encontra-se em contínuo estado de nascimento. Para explicar isso, Bauman (2009) lança mão de uma metáfora: a identidade não possui mais raízes, o seu procedimento principal é agora a ancoragem. A âncora é mais versátil do que a raiz, pois não existe nenhum comprometimento e lealdade. Basta apenas içá-la e partir para outro porto. Isso reverbera também na dinâmica das próprias comunidades de referência que possibilitam as identidades. Não há mais controle de saída ou de entrada. “A

*pertença* não poderia deixar de ser múltipla, pois o controle social das comunidades caiu em desuso. São comunidades a “*la carte*” que embasam a busca frenética dos indivíduos pelo seu lugar no mundo” (Fragoso, 2011, p.115). Portanto, se as identidades são navios que ancoram, as comunidades/culturas são portos, locais de passagem, que não podem impor limites estreitos ao trânsito dos navios.

Os significados atrelados à palavra “comunidade” sempre remetem a alguma coisa boa. Um lugar seguro, quente e aconchegante. A sociedade pode ser má, mas a comunidade não. Viver em comunidade possibilita a experimentação de prazeres que não se encontram mais acessíveis. [...] Por fim, a comunidade é o tipo de mundo altamente desejável, mas que não se encontra mais ao alcance, “paraíso perdido ou paraíso ainda esperado”. [...] O preço a ser pago, portanto, para a vida em comunidade é a liberdade individual. Se desejares segurança (comunitária) abdica de tua liberdade (identidade) e seja fiel. Essa é a regra primeira de toda comunidade imaginada que se transformou em realmente existente. Para sobreviver à comunidade deve-se requerer a lealdade de seus membros, mas fazendo isso se sacrifica a própria liberdade e autonomia de construção da vida (Fragoso, 2011, p.115).

Nesse sentido, os/as intérpretes de língua de sinais conhecem elementos próprios da comunidade surda, suas histórias, seus costumes, identificando as semelhanças e/ou diferenças entre a língua-alvo e a língua fonte, bem como entre a cultura de partida e a cultura de chegada. Eles/elas mantêm atenção especial para o uso de metáforas, de gírias e das chamadas

expressões idiomáticas, as quais não podem ser interpretadas de forma literal por serem usadas especificamente por usuários/usuárias de certa língua em determinada cultura. Portanto, durante uma relação de contato bilíngue os/as intérpretes conseguem respeitar as particularidades linguísticas existentes nas duas línguas, sem a necessidade de negar, disfarçar ou neutralizar a sua identidade de gênero.

Um ambiente linguístico, onde a LIBRAS é a primeira língua a acontecer, é de suma importância para a pessoa que quer ser um profissional na área da interpretação. É justamente ali que o intérprete irá aprender gírias, sinais novos e reconhecidos pela comunidade surda. Portanto é na comunidade surda que eles irão conhecer o verdadeiro caráter e a verdadeira identidade do intérprete (Sander, 2002:130).

Portanto, intérpretes experientes e fluentes em Libras, que participam frequentemente de encontros surdos e convivem em um ambiente linguístico favorável para a comunicação em língua de sinais, conseguem com maior facilidade verter para a língua de sinais o discurso enunciado na língua oral e/ou vice-versa. Essa habilidade independe do sujeito ser homem ou mulher. Perlin (2003) afirma que quanto mais se reflete sobre a presença do/da Intérprete de Língua de Sinais (ILS), mais se compreende a complexidade de seu papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação. Com isto, percebe-se que os/as ILS são também intérpretes da cultura, da língua, da história, das políticas e apresentam suas particularidades, suas identidades [de gênero] e suas subjetividades (Santos, 2006).

Tendo em vista todas as atribuições que competem ao/à intérprete, é possível afirmar que ele/ela se constitui de uma identidade miscigenada que tem origem no contato cultural com a comunidade do seu público. Ele/ela transita entre as culturas envolvidas na interpretação e é acolhido/acolhida por elas (Santos, 2006). Conforme Fragozo (2011, p. 117), “a mesmidade da comunidade entra em desequilíbrio quando a comunicação entre os de dentro e os de fora se avoluma, diminuindo a distinção entre “nós” e “eles”. Com o aumento da densidade de comunicações, a fronteira entre as comunidades foi relativizada”.

Uma vida dedicada à procura da identidade é cheia de som e de fúria. Identidade significa aparecer: ser diferente, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar. E, no entanto, a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos. É discutível se essas “comunidades-cabide” oferecem o que se espera que ofereçam – um seguro coletivo contra incertezas individualmente enfrentadas; mas sem dúvida marchar ombro a ombro ao longo de uma ou duas ruas, pode fornecer um momento de alívio da solidão (Bauman, 2003, p. 21).

Não se pode esquecer que, durante a atividade de interpretação, existe um/uma profissional que, antes de tudo, apresenta uma subjetividade vivenciada em sua experiência de mundo. Este/esta profissional, a priori, é composto/a de

sentimentos e emoções que fazem parte de seu dia a dia no processo de construção da sua identidade. O fato de ser mulher ou de ser homem também compõe sua identidade que, conseqüentemente, influencia na sua subjetividade e performance de interpretar. A constituição da identidade do/da intérprete não pode ser dissociada de suas características mais elementares como gênero, classe social, regionalidade geográfica, idade, entre outras. Assim, segundo Fragoso (2011), a identidade então, nesse contexto, “deve ser flexível e estar sempre passível de reelaboração e desgaste” (p. 120).

Pode-se perceber que a fusão entre cultura surda e cultura ouvinte é algo inevitável para a constituição identitária do/da intérprete de língua de sinais. Assim sendo, essa realidade passa a ser alvo de interesse fundamental para os Estudos de Gênero, pois essa/essa profissional encontra-se em permanente trânsito nas zonas fronteiriças permitindo, com isto, uma incessante construção, desconstrução e reconstrução da sua identidade. Nesse sentido, a relação cultural que o/a intérprete mantém com a comunidade surda, bem como a constituição da sua identidade nesse contexto linguístico, constitui-se também foco de investigação para a área de pesquisa e investigação, que está diretamente ligada a este estudo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo procurou discutir, problematizar e oferecer subsídios mediante reflexões teóricas, dados científicos e análise empírica, para a obtenção de dados sobre a produção de conteúdos que abordam temas sobre as identidades sociais, feminismo e identidade de gênero em intersecção com os Estudos

da Tradução. Dessa forma, o conceito de gênero foi utilizado como uma categoria analítica para teorizar sobre tradução e interpretação de/para/em Libras.

Sabe-se que, para a compreensão da mensagem, a tradução necessita de meios, técnicas e métodos que facilitem a compreensão do texto traduzido na língua fonte para a língua-alvo. Todos esses fatores ocorrem em frações de segundos. As escolhas e estratégias tradutórias utilizadas pelos/pelas intérpretes durante uma interpretação simultânea requer agilidade física e mental, bem como conhecimento linguístico e adaptação cultural. Nesse sentido, é muito importante, nos cursos de formação, os/as educadores/educadoras de intérpretes poderem trabalhar a atualização dos contextos no processo de interpretação relacionando-os às questões de gênero. Investigar, entre outras questões, se os intérpretes estão cientes de que eles estão envolvidos em interações de gênero nesses contextos.

Assim, o desafio será trazer essas discussões para dentro das universidades e dos cursos técnicos, estimulando a consciência crítica da/do intérprete. No âmbito dos programas de preparação de intérpretes, o desafio será oportunizar informações além da língua, propiciando reflexões sobre o discurso de gênero de forma crítica e em nível analítico. O resultado deste estudo sugere que questões de gênero possam ser incluídas na educação e formação dos intérpretes. Estudantes intérpretes podem aprender como reduzir o impacto da diferença de gênero nos diversos contextos de atuação, bem como tomar consciência da importância do discurso sobre identidade de gênero nas mais variadas situações.

É interessante que, hoje em dia, as questões relacionadas à identidade de gênero quanto ao uso da linguagem e, mais especificamente, à tradução e à interpretação, podem ser

entendidas a partir de diferentes estratégias discursivas que seres humanos fazem ao escolher suas formas de interações verbais. As considerações sobre linguagem e gênero nos Estudos da Tradução apresentadas aqui podem fornecer dados para dar início a reflexões sobre uma área de estudo ainda não muito explorada no Brasil.

Nos últimos anos, algumas vitórias importantes foram conquistadas pelos Estudos de Tradução, e a principal delas talvez seja a respeitabilidade adquirida na área acadêmica, mas não se pode esquecer de mencionar, também, o fato marcante de a interpretação ter sido estabelecida e consolidada no campo disciplinar denominado Estudos da Tradução. Essa situação foi o fator primordial para a introdução da Libras como ramo de estudo nessa área. É relevante acreditar que a 'visibilidade' do tradutor na academia, possa fazer com que, mesmo permanecendo relativamente 'invisíveis' no momento da interpretação, os intérpretes tornem-se mais visíveis como categoria profissional (Nicoloso, 2010).

No Brasil, porém, as pesquisas em Estudos da Tradução, com um olhar mais aguçado sobre a área da interpretação da Libras, bem como sobre o/a profissional que atua nesse processo, é algo recente comparado com as línguas vocais, pois somente agora começam a apontar alguns resultados, principalmente na investigação das representações nos espaços acadêmicos, como é o caso das universidades.

As pesquisas sobre linguagem e gênero no campo dos Estudos da Tradução, especialmente, na área da interpretação de Libras continua a ser uma atividade não só acadêmica ou linguística, mas também política, cultural e interdisciplinar. Essa prática não apenas esclarece sobre assuntos fundamentais em

língua, como também muda os relacionamentos entre pessoas, linguagem e contexto social.

Neste estudo, gênero foi analisado procurando estabelecer a relação entre masculino e feminino como conceito e categoria relacional; como um processo histórico que descreve, narra fatos e acontecimentos, sendo analisado criticamente, para poder compreender a finalidade social dos discursos registrados na história humana e possíveis reflexos na atividade de interpretação e/ou tradução. Assim, é interessante se pensar, também, em uma discussão sobre poder, lugar e as práticas que as interpretações de gênero impõem às pessoas na sociedade a partir das diferenças sexuais. Essas práticas precisam ser repensadas para que se conquiste uma educação e, conseqüentemente, uma sociedade não sexista, mas a favor da equidade de gênero, sendo que esse fato refletirá também na profissão de intérprete de Libras.

Concluindo, pode-se dizer que, apesar dos avanços conquistados, muito ainda deve ser feito em relação às pesquisas em Estudos da Tradução voltadas para a área da tradução/interpretação da Libras, mais especificamente relacionadas aos Estudos de Gênero. É preciso maior conscientização para haver mudança social e esse fato só ocorre por meio de investigação, pesquisa, informação e conhecimento. Sabe-se, portanto, que as pesquisas analisadas neste estudo conseguiram apenas plantar ideias que poderão frutificar em diversos trabalhos acadêmicos para que, em um futuro próximo, seja possível obter um número considerável de pesquisas na área dos Estudos da Tradução, interpretação em Libras, alinhados aos Estudos de Gênero.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, J. J. V. de. **Homens no magistério primário de Teresina (PI): 1960 a 2000**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2003.
- ABREU, J. J. V. de; ANDRADE, T. R. de. **A compreensão do conceito e categoria gênero e sua contribuição para as relações de gênero na escola**. VI Encontro de Pesquisa em Educação. Universidade Federal do Piauí: UFPI, 2010.
- ARIES, E. **Gender and communication**. in: SHAVER; PHILLIP; HENDRICK (eds.) Sex and Gender. Newbury Park, CA: Sage, 149-176, 1987.
- ASSUNÇÃO, M. M. S. de. **Magistério escolar e cotidiano escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- BAUMAN, Z. **Arte da vida**. Tradutor Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradutor Plínio Augusto de Souza Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BAUMGARTEM, C. A. **Fronteiras identitárias e pós-colonialismo**. Revista Estudos Feministas. v. 10, n. 1: Florianópolis, jan, 2002.
- BRÜCK, P. **WoMan? About Sign Language Interpreters and Their Gender Impact**. EUMASLI, 2011. Disponível em: [http://www.dolmetschserviceplus.at/sites/default/files/3.1%20WoMan\\_PatriciaBruck\\_final.pdf](http://www.dolmetschserviceplus.at/sites/default/files/3.1%20WoMan_PatriciaBruck_final.pdf) (acesso em 21/02/2024)
- BÜRCH, D. **American sign language interpreters: Diversity in progress**. Journal of Interpretation, p. 3-12, 2000.
- BUTLER, J. **Bodies that matter**. New York & London: Routledge, 1993. Disponível em: <http://eng5010.pbworks.com/f/ButlerBodiesThatMatterEx.pdf> (acesso em 12/05/2024)
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 8ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDAS-COULTHARD, C. R. **Linguagem e Estudos de Gênero**. In: FORTKAMP, M. B.M.; TOMITCH, L. M. B. (Org) Aspectos da Linguística Aplicada: Estudos em homenagem ao Professor Hilário Inácio Bohn. Florianópolis: Insular, 2000.

CAMERON, D. et. al. **Researching Language: Issues of Power and Method**. London, New York: Routledge, 1988.

CASTEL, P. H. **Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “Fenômeno Transexual” (1910-1995)**. Revista Brasileira de História. Associação Nacional de História. Vol. 21, n. 41. (pp. 77-111) São Paulo, Brasil, 2001.

COATES, J.; CAMERON, D. (Org.). **Women in their speech communities: New perspectives on language and sex**. Londres: Longman, 1988.

CRAWFORD, M. **Talking difference: On gender and language**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc. 1995.

FENSTERMAKER, S. & WEST, C. **Doing difference**. In: FENSTERMAKER, S. & WEST, C. (Eds.), **Doing gender, doing difference: Inequality, power, and institutional change** (pp. 55-79). New York, NY: Routledge, 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**; tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal (1991).

FRAGOSO, T de O. **Modernidade líquida e liberdade consumidora: o pensamento crítico de Zygmunt Bauman**. Revista Perspectivas Sociais. Ano 1, nº. 1, p. 109-124, Pelotas: março, 2011

FURBY, K. **Interpreting Casual Conversation at Work**. Newsli 59: p. 10-11, 2007.

HANCIAU, N. J.; CAMPELLO, E.; SANTOS, E. (orgs). Trad. Sandra Regina Goulart Almeida e Tradutores Associados. **A voz da crítica canadense no feminismo**. Rio Grande: Editora da FURG, 2001.

HEBERLE, M. V. **Análise Crítica do Discurso e Estudos de Gênero (gender): Subsídios para a Leitura e Interpretação de Textos**. In: FORTKAMP, M. B.M.; TOMITCH, L. M. B. (Org) Aspectos da

Linguística Aplicada: Estudos em homenagem ao Professor Hilário Inácio Bohn. Florianópolis: Insular, 2000.

HEBERLE, V. M.; OSTERMANN, A. C.; FIGUEIREDO, D. C. (Org). **Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos.** Florianópolis: EDUFSC, 2006.

LEMOINE WRIGHT, R. **Gender's Impact on the Field of Interpreting,** VIEWS., RID, p. 24-28, 2007.

LEVINE, K. **Interpreting: Does the Gender of the Messenger Really Matter?** VIEWS, RID, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACDOUGALL, D. E. **Gender Diversity within the Sign-to-Voice Interpreting Process.** p. 20-21, 2007. Disponível em: <http://departments.olatheschools.com/interpreters/files/2012/10/Gender-Diversity-within-the-Sing-to-Voice-Interpreting-Process.pdf> (Acesso em 25/04/2024)

MACDOUGALL, D. E. **Gendered Discourse and ASL-to-English Interpreting: A Poststructuralist Approach to Gendered Discourse and the ASL-to-English Interpretive Process.** Journal of Interpretation , article 2, volume 19, 2012. Disponível em: <http://digitalcommons.unf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1026&context=joi> (Acesso em 15/02/2024)

MELTON, J. **Does Male Speak vs. Female Speak - Apples to Oranges?** VIEWS: RID, p.10-11, 2007. <http://departments.olatheschools.com/interpreters/files/2012/10/Does-Male-Speak-vs-Female-Speak-equal-Apples-to-Oranges.pdf> (Acesso em 13/03/1014)

MORGAN, E. F. **Interpreters, Conversational Style, and Gender at Work** in: Hauser, P.C., Finch, K.L. & Hauser, A.B. (eds.) Deaf Professionals and Designated Interpreters. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, p.66-80, 2008.

NATIVIDADE, C. **Semióticas da(s) masculinidade(s) em um grupo de homens que exercem violência contra as mulheres.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG: Belo Horizonte, 2012.

NICOLOSO, S. **Modalidades de tradução na interpretação simultânea da língua portuguesa para a língua de sinais brasileira: investigando questões de gênero (*gender*)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2015.

NICOLOSO, S. **Uma investigação sobre marcas de gênero na interpretação de Língua de Sinais Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2010.

NOVAK, P. **A política do corpo**. Texto apresentado no V Encontro de Performance do Instituto Hemisférico. Belo Horizonte. 2005.

PERLIN, G. T. T. **O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

QUADROS, R. M.; SOUZA, S. X. **Aspectos da tradução/encenação na Língua de Sinais Brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso Letras-Libras**. In: QUADROS, R. M. (org.). Estudos Surdos III. Série pesquisas. Petrópolis, RJ: Arara-Azul, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B.; VARGAS, M. M. (Org). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 283, 1994.

SANDER, R. **Questões do intérprete de língua de sinais na universidade**. In: LODI, A. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L.; TESKE, A. Letramento e Minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

SANTOS, S. A. **Intérpretes de língua brasileira de sinais: um estudo sobre as identidades**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

SANTOS, S. F. **A construção discursiva de identidade de gênero de tradutores e intérpretes de Libras não heteronormativos**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2019.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade: mulher e educação. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Porto Alegre: Vozes, v. 20, n° 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, S. X. **Performances de tradução para a língua brasileira de sinais observadas no curso de letras-libras**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2010.

STEWART, D. A., SCHEIN, J. D., & CARTWRIGHT, B.E. **Sign language interpreting**: Exploring its art and science. Needham Heights, Massachusetts: Allyn & Bacon, 1998.

TALBOT, M. M. **Language and gender**: An introduction. Cambridge, UK: Polity Press, 1998.

WEATHERALL, A. **Gender, Language and Discourse**. NY: Routledge, 2002, 2005.

WEBER, SINGY, GUEX, P. **Gender and Interpreting in the Medical Sphere**. What is at Stake? in SANTAEMILIA, J. Gender, Sex and Translation. The Manipulation of Identities. Manchester, U.K./Northampton, MA: St. Jerome Publishing, 137-147, 2005.

WEST, C. & ZIMMERMANN, D. H. **Doing gender**. In FENSTERMAKER, S. & WEST, C (Eds.), Doing gender, doing difference: Inequality, power, and institutional Change (pp. 3-23). New York, NY: Routledge, 2002.

WEST, C. & ZIMMERMANN, D. H. **Gender, language, and discourse** in: VAN DIJK, T. A. (ed.) Handbook of discourse analysis, vol 4. London: Academic Press, 103-124. 1985.

WODAK, R., **Gender and Discourse**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1997.

*Empoderamento feminino  
e direitos linguísticos:  
reflexões a partir de um  
grupo de estudos sobre a  
Lei Maria da Penha para  
mulheres surdas*

Lahis Vargas Brandão  
Saionara Figueiredo Santos

# EMPODERAMENTO FEMININO E DIREITOS LINGUÍSTICOS: REFLEXÕES A PARTIR DE UM GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A LEI MARIA DA PENHA PARA MULHERES SURDAS

Lahis Vargas Brandão  
Saionara Figueiredo Santos

## INTRODUÇÃO

O livro “Mulheres, raça e classe”, de Angela Davis, levanta discussões sobre direitos das mulheres de forma a relacioná-los com questões étnicas e sociais, tendo-as cruciais para a promoção de uma sociedade mais justa. Para Davis (2016, p.76), no período do movimento pelo sufrágio nos Estados Unidos, as lideranças não suspeitavam que a escravização das pessoas negras e a exploração econômica de mão de obra se relacionavam de forma sistemática com a opressão social sofrida pelas mulheres. Em sua obra, Davis discorre sobre a intersecção entre feminismo, antirracismo e luta de classes.

Para além do recorte racial e de classe, quando discutimos sobre direitos das mulheres, é importante refletirmos sobre as mulheres com deficiência e as mulheres surdas, tendo essas segundas, falta de acesso a informações e discussões relevantes devido às barreiras linguísticas que representam um obstáculo significativo, impossibilitando-as de acessar informações e direitos garantidos em lei. Portanto, é necessário destacar que, no Brasil, no que tange às mulheres surdas, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) possui um papel central nesse debate.

Brandão e Laguna (2023, p.21) destacam que, embora a legislação brasileira reconheça a Libras como a língua das pessoas

surdas, esse direito muitas vezes não é respeitado, mesmo sendo-lhes garantida a acessibilidade por meio da Lei Federal nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), do Decreto nº 5626/2005 (Brasil, 2005) e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) (Brasil, 2015). Isso ocorre devido ao desconhecimento da comunidade surda sobre seus próprios direitos, bem como à alienação ou negligência da sociedade não surda. As autoras também ressaltam a importância de distinguir pessoas surdas daquelas com deficiência para compreender as diferentes formas de opressão enfrentadas por esses grupos.

Quanto a isso, Perlin e Vilhalva (2016) afirmam que:

A mulher surda é comparada à mulher deficiente. Muitas vezes a sociedade continua com a educação colonialista sobre a mulher surda sem noção de sua diferença. No momento em que somos chamadas de deficientes, somos comparadas às mulheres ouvintes. Essa é uma representação que assume aspectos de discriminação, de nossa língua e cultura, pelo completo desconhecimento do valor linguístico que a língua de sinais possui e também pelo completo desconhecimento da significação do ser mulher surda, ou seja, ser uma pessoa que entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual (Perlin, Vilhalva, 2016, p.6).

Perlin e Vilhalva (2016) destacam que o desconhecimento do valor linguístico da língua de sinais e da própria condição de ser mulher surda está no cerne dessa discriminação e incompreensão que gera uma marginalização dupla: primeiro, pela falta de reconhecimento da língua de sinais; segundo, pela invisibilização da experiência da mulher surda enquanto sujeito

social. As autoras, então, nos convidam a repensar essa narrativa e a valorizar a diversidade cultural e linguística da comunidade surda, especialmente no que se refere às mulheres.

Por isso, as discussões sobre acessibilidade comunicacional precisam passar antes pelas discussões de direitos linguísticos. Para Beer (2016, p. 4), a língua desempenha um papel fundamental na interação social, sendo essencial para a formação dos valores, princípios, cultura, história e identidade de um indivíduo. A autora aponta ainda que a privação da língua marginaliza o indivíduo e compromete sua capacidade de exercer plenamente a cidadania.

Considerando os aspectos brevemente apresentados, uma profissional da área da tradução e interpretação de Libras e Português experimentou, no primeiro semestre de 2024, a criação de um grupo de estudos aberto para mulheres surdas e não surdas (ouvintes) fluentes em Libras, com o objetivo de estudar o curso intitulado como “Maria da Penha Vai à Escola”, ofertado gratuitamente pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF1 por intermédio da Escola de Formação Judiciária - EjuDFT2, uma plataforma virtual com uma série de cursos autoinstrucionais na modalidade a distância, gratuitos e flexíveis para servidores lotados em diversos fóruns, estagiários e público externo.

O grupo teve como objetivo proporcionar um espaço acessível para a discussão aprofundada dos direitos das mulheres e das questões de gênero, raça e classe, apoiando-se também no livro “Mulheres, raça e classe”, de Angela Davis, por meio de debates que ocorreram semanalmente. Durante o período de dois meses, com encontros realizados uma vez por semana, as

---

<sup>1</sup> <https://www.tjdft.jus.br/>

<sup>2</sup> <https://ead.tjdft.jus.br/>

participantes exploraram o curso em detalhes, com todas as discussões conduzidas em Libras. Apesar do conteúdo ser estudado previamente pela organizadora, foi necessária a interpretação simultânea dos conteúdos do curso, um desafio que exigiu habilidades linguísticas e sensibilidade para as nuances do tema abordado.

Neste relato, descrevemos as etapas do projeto, as estratégias utilizadas para superar as barreiras de comunicação e os impactos que essa experiência teve para as participantes, trazendo a importância de tornar as discussões sobre direitos das mulheres, gênero, raça e classe, acessíveis em Libras. Enfatizamos, também, o papel fundamental das profissionais tradutoras e intérpretes nesse processo.

## **ESCOLHA DO CURSO**

O curso "Maria da Penha Vai à Escola" foi selecionado para ser o conteúdo estudado pelo grupo de mulheres surdas baseado em diversos fatores que serão discutidos neste capítulo, devido a relevância e a qualidade do material, bem como a identificação de necessidades específicas de acessibilidade.

O curso, disponibilizado pelo TJDFT por meio da plataforma de ensino EjuDFT, disponibiliza segurança e integridade na disseminação de informações. Sua estrutura é composta por um conteúdo denso e detalhado, apoiado por materiais como apresentações que incluem textos extensos, quadros, gráficos e links para vídeos. Esses recursos são valiosos para uma compreensão aprofundada do tema abordado. A motivação para a busca por um curso sobre a lei se deu no interesse pelo tema e desejo de aprofundamento nesse conhecimento.

Entretanto, essa observação revelou também que, apesar da clareza e completude dos conteúdos, há barreiras significativas para o acesso por parte das pessoas surdas. Os textos, em português, são extensos e complexos, o que representa um desafio adicional para quem tem a Libras como primeira língua e Português como segunda língua (a depender da diversidade das pessoas surdas). Além disso, a ausência de tradução para a Libras e a falta de legendas em muitos dos vídeos fornecidos por intermédio dos links tornam a compreensão ainda mais complicada.

Essas limitações destacam a importância de adaptar o curso para garantir que o conteúdo seja acessível a todas, especialmente para as pessoas surdas. A acessibilização do curso em Libras não só facilitaria o acesso às informações cruciais sobre direitos e proteção para essas mulheres, mas também promoveria um acesso mais efetivo no processo educativo, oportunizando a essas mulheres conhecimentos que em outras condições talvez não conseguissem acessar.

Para fornecer uma visão detalhada do curso "Maria da Penha Vai à Escola", apresentamos a seguir um quadro com as informações principais coletadas diretamente da plataforma de ensino do TJDFT. Este inclui dados como o nome do curso, carga horária, objetivos, conteúdo programático e estrutura dos módulos, bem como detalhes sobre os materiais de apoio disponíveis e observações relevantes sobre acessibilidade.

As informações foram obtidas diretamente do site da plataforma EjuDFT, no ano de 2024, garantindo a precisão e a atualidade dos dados apresentados.

Quadro 1: Informações do Curso “Maria da Penha Vai À Escola”

| <b>Campo</b>   | <b>Descrição</b>   |
|--|--|
| Nome do Curso  | CURSO AUTOINSTRUCIONAL MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA: VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   |
| Carga Horária  | 60h/a  |
| Nota mínima para aprovação                                     | 50   |
| Regras gerais  | Você terá 90 dias corridos, a contar da data de inscrição, para finalizar o curso.   |
| Objetivo geral   | Ao final da solução educacional, as pessoas participantes deverão ser capazes de reconhecer os direitos das mulheres em situação de vítimas de violência doméstica e familiar, sobretudo os direitos trazidos pela Lei Maria da Penha, além de realizar os devidos encaminhamentos para a rede de proteção às mulheres, quando for o caso. |
| Metodologia  | Leitura do Material disponível em PDF e acessar os vídeos e links disponíveis na Plataforma.   |
| Conteúdo da Unidade I: “Gênero e Violência contra as Mulheres” | - Conceituando Gênero;<br>- As Três Ondas do Feminismo;<br>- Gênero e Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres;<br>Avaliação de Aprendizagem: Os cursistas serão avaliados por questionário de Múltiplas Escolhas.   |
| Conteúdo da Unidade II: “Lei Maria da Penha”                   | - Aspectos Gerais da Lei Maria da Penha;<br>- Âmbito de atuação e tipos de violência;<br>- Medidas Protetivas de Urgências;<br>Avaliação de Aprendizagem: Os cursistas serão avaliados por questionário de   |

| Campo  | Descrição  |
|--|--|
|  | Múltiplas Escolhas.  |
| Conteúdo da Unidade III: “A Rede de Proteção às Mulheres”  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- A violência contra a mulher sob uma perspectiva do modelo ecológico;</li> <li>- Fatores de risco e de proteção;</li> <li>- Paradigma de redes;</li> </ul> Avaliação de Aprendizagem: Os cursistas serão avaliados por questionário de Múltiplas Escolhas.   |
| Conteúdo da Unidade IV: “Propostas do trabalho de prevenção nas escolas e como atuar no acolhimento de meninas e mulheres” | <ul style="list-style-type: none"> <li>- O papel da escola no enfrentamento à violência;</li> <li>- Acolhimento e encaminhamento das situações de violência contra mulher;</li> <li>- Acolhimento e encaminhamento das situações de violência contra crianças e adolescentes.</li> </ul> Avaliação de Aprendizagem: Os cursistas serão avaliados por questionário de Múltiplas Escolhas. |
| Aprovação e certificação:  | Ao final de cada módulo, há uma avaliação de aprendizagem, cuja pontuação contará para sua aprovação. São questões objetivas referentes aos conteúdos estudados. O total das avaliações vale 100 pontos. Para ser aprovado, você deverá obter, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos.   |

Fonte: Dados extraídos da plataforma EjuDFT, pertencente ao TJDF, disponível em <https://autoinscricao.tjdft.jus.br/default.aspx>.

Conforme detalhado no quadro, o curso é autoinstrucional e oferece um certificado emitido pela EjuDFT, com uma carga horária total de 60 horas, estruturado em quatro unidades. A primeira unidade, intitulada "Gênero e Violência contra as Mulheres", introduz conceitos fundamentais que estabelecem uma base sólida para a compreensão do curso. Essa unidade explora o

conceito de gênero, diferenciando-o do sexo biológico, o que é essencial para a compreensão da Lei Maria da Penha. Além disso, esclarece as razões pelas quais, após a atualização<sup>3</sup> de 2022, a lei passou a proteger também mulheres transexuais vítimas de violência doméstica e familiar. A unidade ajuda a entender que a lei abrange todas as pessoas do gênero feminino vítimas de violência, independentemente do gênero do agressor.

As segunda e terceira unidades do curso aprofundam a compreensão da Lei Maria da Penha e sua aplicação prática. Elas fornecem orientações sobre como realizar denúncias e ilustram os procedimentos legais com histórias de casos reais, permitindo que as participantes relacionem as situações apresentadas com as medidas previstas pela lei. Essa questão foi crucial para a seleção do curso, uma vez que outros cursos encontrados na internet não possuíam essa metodologia, onde as cursistas constantemente são desafiadas a pensar sobre essas ocorrências e relacionar com o texto da lei.

Por fim, a quarta unidade aborda os encaminhamentos e o acolhimento para as vítimas, além de propor estratégias para prevenir a violência e integrar o conteúdo nas escolas. Nesse ponto, o curso marca seu objetivo já integrado ao título “Maria da Penha Vai à Escola”. Ou seja, visa a uma formação voltada para profissionais da área da Educação que atuam em escolas e que, portanto, estão em contato com alunos e famílias de alunos que vivenciam situações de violência doméstica e familiar.

Esse relato não propõe um comparativo entre o curso selecionado e outros cursos encontrados na internet, mas

---

<sup>3</sup> STJ estende proteção da lei Maria da Penha para mulheres trans, acesse a matéria completa, clicando [aqui](#). Fonte: Superior Tribunal de Justiça.

apresentaremos alguns critérios de seleção que foram importantes na escolha.

Quadro 2: Critérios para seleção do curso

| Critérios   | Curso maria da penha vai à escola   |
|---|---|
| Disponibilização do curso por plataforma confiável. | O curso é disponível pela plataforma “Escola de Formação Judiciária”, pertencente ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) - criada pela Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, Lei nº 11.697/2008, regulamentado pela Resolução nº 008/2008 do Pleno Administrativo do Tribunal de TJDFT e iniciou duas atividades em 2008.  |
| Relação do texto da lei com a prática.              | O curso aborda, de forma detalhada, a aplicação da Lei Maria da Penha, apresentando situações reais que permitem às participantes estabelecer relações entre os casos apresentados e as medidas mais adequadas para cada situação. Dessa forma, são analisados os diferentes tipos de medidas protetivas de urgência, bem como os critérios para identificar quando a legislação é aplicável.                             |
| Ausência de acessibilidade para pessoas surdas.     | O curso apresenta barreiras de acessibilidade para pessoas surdas, uma vez que a maioria de seus vídeos não possui legendas e não há a presença de janela de Libras em nenhum dos materiais audiovisuais. Além disso, os textos disponibilizados são extensos e, muitas vezes, de alta complexidade, o que, embora contribua para a abordagem aprofundada da legislação, dificulta o acesso ao conteúdo por esse público. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Após a explanação, podemos concluir que a escolha desse curso para o grupo de estudos foi uma decisão estratégica, visando

superar barreiras linguísticas e promover a inclusão plena das mulheres surdas participantes. A seleção do curso considerou, primeiramente, sua disponibilização por uma plataforma confiável, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), garantindo a qualidade e a legitimidade das informações.

A estrutura do curso permite a relação entre o texto da lei e sua aplicação prática, favorecendo a compreensão e a aprendizagem das participantes. Outro fator determinante para a escolha foi a ausência de acessibilidade para pessoas surdas no curso original. Dessa forma, por meio da interpretação para a Libras e das discussões em Libras pelo grupo, conseguimos viabilizar o acesso ao conhecimento jurídico essencial para essas mulheres, assegurando que possam compreender plenamente seus direitos e as medidas de proteção disponíveis.

## **PLANEJAMENTO DO GRUPO DE ESTUDOS**

A criação do grupo de estudos para o curso: "Maria da Penha Vai à Escola" surgiu das reflexões sobre a necessidade de tornar acessíveis as discussões sobre direitos das mulheres e questões de gênero, raça e classe para mulheres surdas. A ideia surgiu a partir de experiências profissionais e acadêmicas que evidenciaram as barreiras linguísticas enfrentadas pelas mulheres surdas ao tentar acessar conteúdos fundamentais para o exercício de sua cidadania.

Com o objetivo de realizar uma ação cidadã e cooperar na superação desses obstáculos, o grupo foi pensado como um espaço de debates, onde tanto mulheres surdas quanto não surdas (ouvintes) fluentes em Libras poderiam discutir e se aprofundar em temas tão fundamentais.

A escolha do curso foi estratégica, pois o conteúdo apresenta a lei inicialmente de forma introdutória, mas na sequência realiza um aprofundamento sobre conceitos importantes para a construção dessa legislação e nos quais ela é pautada, sua história, relação com gênero, raça e classe, violências contra a mulher, estatísticas nacionais de violência doméstica e familiar, informações sobre como realizar denúncias e sobre o processo como um todo, apresentando também tópicos essenciais para o empoderamento, proteção e conscientização dessas mulheres.

A proposta do grupo foi também a de criar um ambiente acolhedor e acessível, onde as participantes pudessem se sentir à vontade para compartilhar suas experiências e dúvidas na língua delas. Esse formato de estudo permitiu a participação efetiva das mulheres surdas, que frequentemente são deixadas à margem de discussões importantes devido à falta de acessibilidade em contextos educacionais, jurídicos e sociais.

Se, para Beer (2016, p. 4), “a privação da língua marginaliza o indivíduo perpetuando a desigualdade e a exclusão”, é necessário discutir também a vulnerabilidade ainda mais intensificada nos casos da soma de grupos minorizados, como o das mulheres, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres em vulnerabilidade socioeconômica, e em todos esses grupos, também as mulheres surdas. A fim de reduzir essa privação de conhecimento e acesso, é necessária a criação de recursos como: conteúdos traduzidos para a Libras, produzidos em Libras e também interpretados para a Libras, a depender de cada situação, para que se possa promover o envolvimento, participação e compreensão das mulheres surdas nessas discussões.

Neste contexto, o grupo de estudos que aqui será apresentado, visou enfrentar essas barreiras ao criar um ambiente

dedicado aos estudos e discussões sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) (Brasil, 2006) e os conceitos que se relacionam com essa legislação. A seguir serão apresentadas as etapas de planejamento do grupo. Nesse ponto, é importante informar a leitora e ao leitor que o referido grupo não possui nenhum tipo de vínculo institucional, tendo sido uma ação independente por parte de quem propôs, mas que, tendo obtido um processo e resultados satisfatórios, pretende-se, nas próximas oportunidades, vinculá-lo a alguma instituição como projeto de extensão.

A criação do grupo de estudos e o período de inscrições, que ocorreram entre os dias 29 de março e 12 de abril de 2024, foram divulgados nas redes sociais, principalmente por meio do perfil "Libras e Feminismo"<sup>4</sup> no Instagram. Para gerenciar as inscrições das interessadas, foi elaborado um formulário no Google, que incluía um vídeo de apresentação com as boas-vindas e explicação quanto aos objetivos do grupo de estudos, bem como o curso a ser abordado.

O formulário continha 6 (seis) perguntas em Libras, com a opção de responder marcando a alternativa correspondente ou digitando em português. As perguntas incluíam nome, e-mail, idade, melhor dia para realização dos encontros online, participante surda ou ouvinte. No formulário continha também um termo de compromisso para participar do curso. Esse último dado foi o único que não teve um correspondente em português; consistia em um vídeo mais longo solicitando que as participantes se comprometessem com o curso e selecionassem a opção 1 para "sim" e 2 para "não". A ausência de tradução para o Português

---

<sup>4</sup> <https://www.instagram.com/librasefeminismo/>

nesse quesito foi intencional, com o objetivo de assegurar que todas as participantes possuíam conhecimento em Libras.

Abaixo, apresenta-se uma figura do formulário, exemplificando a pergunta sobre se a participante é surda ou ouvinte.

Figura 1: Captura de tela do Formulário de Inscrição do Grupo de Estudos

3



Você é \*

Surda

Ouvinte

Fonte: elaboração própria

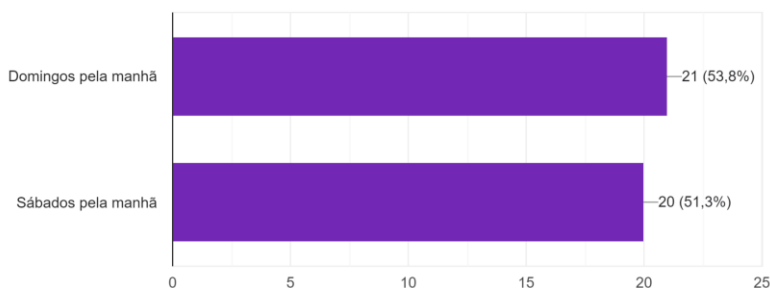
Inicialmente, acreditava-se que preencher 20 vagas seria um objetivo viável; no entanto, esse número foi rapidamente superado, resultando em um total de 39 inscrições. Após o encerramento do período de inscrições, entrou-se em contato com todas as

participantes por e-mail para confirmar suas participações e informar sobre o dia da semana e o horário do curso, que foram definidos por meio do preenchimento do formulário com base na preferência da maioria, optando-se pelos domingos pela manhã. No mesmo e-mail, foi solicitado o número de WhatsApp das participantes e convidadas a integrar um grupo no aplicativo. Esse grupo foi utilizado para a organização do curso, incluindo a comunicação sobre os encontros semanais e o envio de materiais de estudo.

Esse processo revelou que incluir uma opção para fornecer o número de WhatsApp diretamente no formulário teria facilitado a comunicação. Das 39 inscritas, duas não responderam ao e-mail, possivelmente devido à falta de acesso frequente ao mesmo. Além dessa questão, a escolha entre sábado e domingo pela manhã foi bastante equilibrada, dividindo o grupo pela metade, mesmo considerando que as mulheres poderiam também escolher ambas as opções. A seguir, apresenta-se o gráfico que ilustra a distribuição das preferências:

Figura 2: Distribuição das Preferências de Horário para o Curso

Qual o melhor dia para os encontros?  
39 respostas



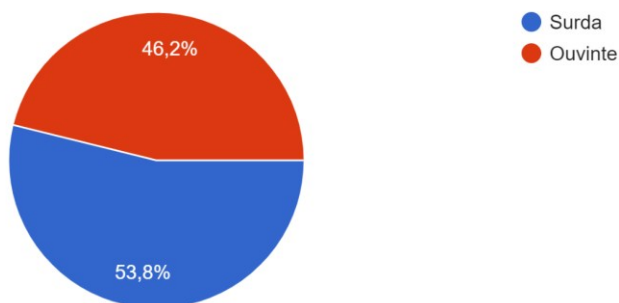
Fonte: elaboração própria

Para solucionar essa questão, optou-se por escolher o dia que contava com o maior número de mulheres surdas como preferência. Assim, o domingo pela manhã foi selecionado, pois a maioria das mulheres surdas indicou essa data no formulário. A figura abaixo ilustra a distribuição das participantes inscritas no curso, com 53,8% sendo mulheres surdas e 43,2% ouvintes.

Figura 3: Distribuição de Participantes Surdas e Ouvintes no Curso

Você é

39 respostas



Fonte: elaboração própria

As participantes surdas foram priorizadas, uma vez que, desde a etapa de divulgação do curso, foram identificadas como o público-alvo principal. Mulheres ouvintes também puderam participar, desde que fossem fluentes em Libras, assegurando a inclusão de pessoas com proficiência na língua. Todos os encontros foram realizados exclusivamente em língua de sinais, privilegiando a língua de comunicação e expressão das mulheres surdas e garantindo o acesso integral ao curso com mediação em Libras.

## EXECUÇÃO DO GRUPO DE ESTUDOS

Após a definição dos dias dos encontros, cerca de uma semana e meia antes da data prevista para o início da execução, foi criado um grupo no Whatsapp com todas as participantes, com o objetivo de estabelecer um espaço de comunicação para facilitar a troca de mensagens e avisos, compartilhamento de links das reuniões e resolução de dúvidas. Para orientar as participantes sobre o processo de cadastro na plataforma do TJDFT, responsável pela disponibilização do curso, a gravou-se um vídeo em Libras, publicado no Youtube em modo não listado. O vídeo instrutivo detalhou o passo a passo do cadastro, permitindo que as mulheres acessassem integralmente o conteúdo do curso, realizassem as atividades na plataforma e recebessem o certificado emitido pelo TJDFT.

Dessa maneira, durante esse período, disponibilizou-se para auxiliar as participantes com eventuais dúvidas sobre o processo de cadastro. Em casos específicos, realizou o cadastro para aquelas que apresentavam maior dificuldade com o uso da tecnologia. Esse suporte foi oferecido por meio de conversas no WhatsApp, envio de vídeos explicativos e chamadas de vídeo com as participantes.

Inicialmente, foi elaborado um cronograma com as datas dos encontros, horários e os temas a serem abordados ao longo do curso. No entanto, no início das atividades, o estado do Rio Grande do Sul, onde residiam a maioria das participantes, foi afetado por fortes e prolongadas chuvas. Esse evento levou ao cancelamento do segundo encontro e, posteriormente, ao decreto de estado de calamidade pública devido aos alagamentos, enxurradas e enchentes que atingiram grande parte do território estadual.

Diante dessa situação, tornou-se inviável a continuidade do projeto no mês de maio, levando à suspensão temporária das atividades, conforme decisão conjunta entre as participantes no grupo de comunicação. As participantes residentes em outros estados demonstraram grande compreensão e concordaram em aguardar para que todas pudessem participar com segurança. O desastre climático no Rio Grande do Sul causou sérios transtornos, incluindo preocupação, ansiedade, interrupções no fornecimento de energia elétrica e água, além de instabilidade na conexão de internet, entre outros problemas decorrentes das condições emergenciais enfrentadas na região, e relatados pela maioria das participantes.

Após os ajustes necessários, o cronograma final foi definido e realizado conforme apresentado a seguir.

Quadro 3: Cronograma do Grupo de Estudos<sup>5</sup>

| Encontro | Data                | Temas e atividades  |
|----------|---------------------|---|
| 1º       | 28 de abril de 2024 | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Primeira interação: apresentação do grupo.</li> <li>● Módulo I:<br/>Aula 1: “Conceituando Gênero”</li> <li>● Intervalo</li> <li>● Aula 2: “As três ondas do Feminismo”</li> </ul>                  |
| 2º       | 02 de junho de 2024 | Módulo I: <ul style="list-style-type: none"> <li>● Aula 3: “Gênero e Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres”</li> <li>● Atividade avaliativa do módulo I (realizada em grupo)</li> <li>● Intervalo</li> <li>● Módulo II:</li> </ul> |

<sup>5</sup> O cronograma elaborado e encaminhado às participantes está disponível ao final do texto, nos anexos I e II.

| Encontro | Data                | Temas e atividades   |
|----------|---------------------|--|
|          |                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Aula 4: “A Lei Maria da Penha: aspectos gerais”</li> </ul>  |
| 3º       | 16 de junho de 2024 | Módulo II: <ul style="list-style-type: none"> <li>● Aula 4: “A Lei Maria da Penha: aspectos gerais” (continuação)</li> <li>● Intervalo</li> <li>● Aula 5: “Âmbito de atuação e tipos de violência”</li> </ul>  |
| 4º       | 23 de junho de 2024 | Módulo II: <ul style="list-style-type: none"> <li>● Aula 6: “Medidas Protetivas de Urgência”</li> <li>● Atividade avaliativa do módulo II (realizada em grupo)</li> <li>● Intervalo.</li> <li>● Aula 7: “A violência contra a mulher sob uma perspectiva do modelo ecológico”</li> </ul> |
| 5º       | 30 de junho de 2024 | Módulo III: <ul style="list-style-type: none"> <li>● Aula 8: “Fatores de risco e de proteção”</li> <li>● Intervalo</li> <li>● Aula 9:” Paradigma de redes”</li> <li>● Atividade avaliativa do módulo III (realizada em grupo)</li> </ul>   |
| 6º       | 07 de julho de 2024 | Módulo IV: <ul style="list-style-type: none"> <li>● Aula 10: “O papel da escola no enfrentamento à violência”</li> <li>● Intervalo</li> <li>● Aula 11:”Acolhimento e encaminhamento das situações de violência contra a mulher”</li> </ul>   |
| 7º       | 14 de julho de 2024 | Módulo IV: <ul style="list-style-type: none"> <li>● Aula 12: “Acolhimento e encaminhamento das situações de violência contra crianças e adolescentes”.</li> <li>● Atividade avaliativa do módulo IV (realizada em grupo)</li> <li>● Intervalo</li> </ul>                                 |

| Encontro | Data | Temas e atividades   |
|----------|------|--|
|          |      | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Prova final do curso (realizada em grupo) e solicitação de emissão de certificado</li> <li>● Roda de conversa sobre a experiência no grupo de estudos, relatos e sorteio de livros</li> </ul> |

Fonte: elaboração própria

No quadro acima, são apresentadas as atividades realizadas em cada encontro. Cada aula inclui um documento em PDF fornecido pela plataforma, contendo textos em português, figuras como imagens e infográficos, além de links para vídeos e conteúdos adicionais. Na semana anterior a cada encontro o material era revisado, preparando estratégias interpretativas e planejando dinâmicas a serem desenvolvidas em sala. No dia marcado, o tema era introduzido e o material era compartilhado com todas as participantes. Embora o cadastro no site fosse suficiente para acessar todo o conteúdo do curso, ao final de cada encontro, os materiais correspondentes eram também compartilhados no grupo do Whatsapp.

Durante os encontros, havia a interpretação dos materiais em Libras e orientava as discussões. As participantes, surdas e ouvintes, eram bastante engajadas, fazendo intervenções, formulando perguntas e frequentemente respondendo umas às outras, sem depender exclusivamente da mediação da facilitadora. Essas dinâmicas serão exemplificadas com mais detalhes mais adiante.

Ao final de cada módulo, as participantes realizavam em grupo a atividade avaliativa correspondente aos temas abordados. Por meio do compartilhamento de tela, todas discutiam e opinavam sobre as questões, verificando juntas o número de acertos. Em

seguida, cada participante ficava responsável por realizar o teste em sua própria conta na plataforma, a fim de validar a participação e garantir a emissão do certificado ao final do curso.

Esses momentos promoviam discussões significativas, e a experiência de acertar e errar em grupo, refletindo coletivamente, tornava o ambiente mais acolhedor e colaborativo, favorecendo tanto os erros quanto os acertos. Durante as atividades de avaliação em grupo, as participantes fortaleceram vínculos, intensificaram as conversas e aumentaram a interação ao longo das aulas.

Durante os encontros, os conteúdos eram exibidos na tela por meio do compartilhamento do PDF correspondente à aula. Realizava-se a interpretação dos textos em Libras, permitindo que as participantes acompanhassem tanto a leitura quanto a sinalização. Além de responder às perguntas levantadas, ela frequentemente incentivava o grupo a refletir em conjunto, promovendo a participação coletiva na busca por respostas. Dessa forma, as participantes sentiam-se à vontade para responder às perguntas umas das outras.

Esse processo de leitura e sinalização envolve uma interpretação complexa. Mesmo que a facilitadora já tivesse concluído o curso anteriormente e revisado o conteúdo semanalmente, planejando estratégias interpretativas, o trabalho ainda consistia em uma interpretação da leitura, onde o processo realizado foi o de interpretação à vista, comumente conhecido na literatura como “Tradução à Vista”.

A fim de melhor esclarecer o conceito, é importante destacar que a Tradução à Vista refere-se ao processo de converter um texto escrito em uma língua fonte para uma comunicação oral em uma

língua-alvo (Jiménez Ivars, 1999). Essa língua-alvo pode ser uma língua de sinais (Pereira, 2020).

Em determinados momentos, foi necessário realizar interpretações simultâneas de vídeos disponibilizados por meio de links nos materiais do curso. Em algumas situações, era fundamental assistir a vídeos para discutir ações implementadas em escolas de diversas partes do país ou para conhecer a visão de especialistas da área do Direito sobre os tipos de violência. Nesses casos, o vídeo era exibido na tela por meio do compartilhamento, enquanto era realizada a interpretação simultânea. Essa medida se fez necessária, pois nenhum dos vídeos possuía janela com tradução em Libras e muitos não contavam com legendas em português.

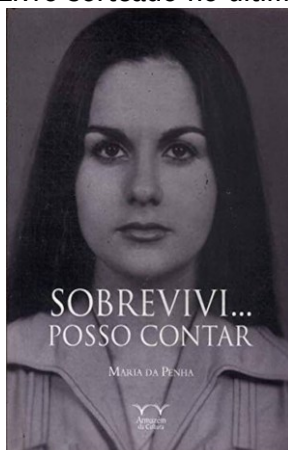
Para tornar o processo mais fluido, foi fundamental organizar o conteúdo, realizar recortes e destacar pontos-chave, facilitando discussões aprofundadas sobre cada tópico. Essa organização era realizada ao longo da semana, de modo que, no dia do encontro, houvesse uma estrutura organizada, embora as participantes tivessem liberdade para se manifestar sempre que considerassem necessário.

O principal desafio enfrentado consistiu em estudar o conteúdo e selecionar pontos-chave para o entendimento sobre a Lei Maria da Penha, gênero, tipos de violência e demais temas abordados em cada momento específico. Além dessa seleção, para a realização da leitura e sinalização foi necessário organizar uma estrutura física que facilitasse o processo, incluindo uma tela grande para o texto compartilhado na sala de aula virtual, boa iluminação, cadeira confortável, bem como uma conexão de internet estável e de qualidade.

Em dois momentos ocorreram instabilidades significativas na conexão de internet, o que resultou no cancelamento e reagendamento dos encontros, exigindo a reorganização do calendário e cronograma até que se alcançasse o resultado final, conforme exemplificado anteriormente neste capítulo. Tais instabilidades são comuns em atividades remotas e devem ser consideradas no planejamento de qualquer tipo de ação dessa natureza.

Ao final do curso, foi necessário responder a uma avaliação com maior número de perguntas e que continha conteúdos de todos os módulos. As participantes precisaram resgatar estudos e discussões de semanas anteriores, incluindo a primeira no final do mês de abril, para que juntas pudessem encontrar as respostas da atividade. Esse foi um momento importante e que destacou que o trabalho colaborativo foi muito bem desenvolvido, assim como um sentimento de coletividade no grupo. Nesse último encontro, também, foram sorteados exemplares do livro em que Maria da Penha relata sua história de vida e luta.

Figura 4: Livro sorteado no último encontro



Fonte: Fernandes (2022)

A proposta de sortear os livros entre as participantes mais assíduas foi apresentada desde o início da formação do grupo de estudos, para incentivar a presença contínua das mulheres ao longo das atividades e a realização das tarefas propostas. Esse incentivo se revelou significativo, pois as participantes expressaram o desejo de serem contempladas no sorteio e de se aprofundar na história da mulher que originou o nome da principal lei de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. No último encontro, os livros foram sorteados e enviados sem custo para as participantes ganhadoras na mesma semana.

Como o projeto do grupo de estudos não possuía vínculo institucional, o investimento nos livros ficou sob nossa responsabilidade que disponibilizou alguns exemplares de seu acervo pessoal para esse fim.

Além dos materiais do curso e do livro sorteado foi apresentado às participantes alguns materiais complementares, como, por exemplo, uma cartilha com perguntas e respostas sobre violência doméstica, produzida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Essa cartilha foi traduzida para a Libras pelas professoras Silvana Aguiar dos Santos e Marianne Rossi Stumpf, em 2019. Trata-se de um material acessível, em Libras, completo e repleto de informações relevantes, que precisam ser amplamente divulgadas para promover a conscientização sobre o tema.

Para as autoras, os dados sobre violência doméstica frequentemente não consideram a vulnerabilidade das mulheres surdas, que enfrentam dificuldades de acesso à língua oficial do país. Elas argumentam que essa barreira linguística impede que muitas mulheres conheçam e compreendam seus direitos,

resultando em uma população que frequentemente fica sem acesso à justiça e proteção (Santos e Stumpf, 2019).

Figura 5: Cartilha traduzida para a Libras



Cartilha Violência Doméstica Perguntas e Respostas em Libras.

Fonte: TJSC (2017)

A reflexão apresentada por Santos e Stumpf (2019) evidencia a necessidade de políticas públicas e iniciativas que garantam o acesso das mulheres surdas à informação sobre seus direitos. A barreira linguística mencionada pelas autoras não apenas limita a compreensão da legislação, mas também restringe o acesso a serviços de proteção e denúncia, perpetuando a vulnerabilidade desse grupo. Diante disso, torna-se fundamental a presença de intérpretes de Libras em espaços de atendimento às vítimas de violência, bem como a produção de materiais acessíveis em Libras, garantindo que essas mulheres possam exercer plenamente seus direitos e buscar a proteção necessária.

A iniciativa do grupo de estudos se mostra especialmente relevante diante da reflexão de Santos e Stumpf (2019), pois busca justamente mitigar as barreiras linguísticas que dificultam o acesso das mulheres surdas ao conhecimento sobre seus direitos. Ao

oferecer a interpretação do curso em Libras, o grupo permitiu que essas mulheres compreendessem de forma acessível a Lei Maria da Penha e sua aplicação prática, promovendo não apenas a disseminação da informação, mas também o empoderamento para que possam buscar justiça e proteção quando necessário. Dessa forma, a ação do grupo de estudos não apenas ampliou o alcance do conteúdo, mas também contribuiu para reduzir a invisibilidade dessa população nas discussões sobre violência de gênero.

## **APONTAMENTOS PARA ESTE MOMENTO**

Ao longo do curso, as participantes frequentemente ofereciam feedback sobre suas experiências, indicando como se sentiam em relação ao conteúdo, se estavam satisfeitas e sugerindo possíveis melhorias. No início, uma participante surda expressou o desejo de ter mais espaço para diálogos entre os conteúdos. Embora houvesse um cronograma estabelecido, foi fundamental acolher e considerar as sugestões apresentadas, o que resultou em um diálogo mais produtivo e maior satisfação entre todas.

Durante o curso, um projeto de lei, PL 1904/2024, que equiparava o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nas gestações ocorridas por conta de estupros, estava em discussão. Diante disso, as participantes propuseram criar um vídeo para explicar o tema e manifestar sua posição contrária ao projeto. Para viabilizar essa ação, foi organizado um documento com textos informativos sobre o projeto. As participantes selecionaram os trechos que iriam gravar, cada uma realizou sua gravação em Libras em sua casa; após isso, também foi realizada a edição do vídeo, incluindo a

interpretação de voz para o Português. O vídeo<sup>6</sup> foi publicado no Instagram utilizado para a divulgação do curso, obtendo até o momento, 6,5 mil visualizações.

Esse movimento ocorreu entre o terceiro e o quarto encontro do grupo de estudos e, por ter sido uma iniciativa das próprias participantes, demonstrou seu alto nível de engajamento e interesse nos temas de direitos e saúde das mulheres. A ação evidenciou que elas estavam atentas aos acontecimentos atuais, dispostas a se posicionar e comprometidas em defender seus direitos, além de organizadas para a realização de uma ação colaborativa.

No sétimo e último encontro, foi realizada uma roda de conversa, proporcionando um momento dedicado para que as participantes compartilhassem suas experiências. Esse espaço, criado especialmente para feedbacks que antes surgiam de forma espontânea, permitiu que elas discutissem suas impressões sobre o grupo de estudos, relatassem como se sentiram ao participar e comentassem se recomendariam o curso a outras mulheres.

Todas as participantes presentes no último encontro relataram que a experiência no grupo de estudos foi extremamente positiva. Algumas comentaram que nunca haviam tido uma oportunidade de educação política em Libras, que nunca haviam estudado nenhuma legislação e que desconheciam questões básicas sobre a Lei Maria da Penha, mas que muito aprenderam durante os encontros.

Um exemplo ocorreu nas primeiras aulas, quando foi apresentada uma situação hipotética em que uma estudante de

---

<sup>6</sup> Link para acesso ao vídeo: [https://www.instagram.com/reel/C8YMe\\_Op2q-/?igsh=MXVuams2cTF1cGsOcQ==](https://www.instagram.com/reel/C8YMe_Op2q-/?igsh=MXVuams2cTF1cGsOcQ==)

graduação sofria violência, como um assédio, por parte de um colega ou professor. Ao questionar se caberia o uso da Lei Maria da Penha nesse caso, todas as participantes, tanto surdas quanto ouvintes, responderam afirmativamente. Uma das questões que mais surpreendeu as participantes, portanto, foi descobrir que a referida lei não se aplica a qualquer situação de violência contra a mulher, mas apenas aos casos de violência doméstica e familiar, sendo necessário, nesse tipo de situação, recorrer a outros mecanismos legais de proteção.

A violência doméstica e familiar contra a mulher é definida na Lei Maria da Penha logo em seu primeiro capítulo da seguinte forma:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. (Brasil, 2006).

Outros conteúdos abordados causaram grande surpresa entre as participantes, como os tipos de violência previstos na legislação. A maioria reconhecia a violência física como a principal ou até mesmo a única forma contemplada na lei, desconhecendo que, na realidade, a Lei Maria da Penha prevê cinco tipos de violência, sendo elas:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (Brasil, 2006).

Assim, cada tipo de violência foi abordado em Libras, juntamente com casos hipotéticos, para que as participantes pudessem identificar e exercitar o reconhecimento dos tipos de violência envolvidos em diferentes situações. Posteriormente, elas também aprenderam a relacionar esses casos com as Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) previstas na Lei Maria da Penha. Esses exercícios foram essenciais para promover uma compreensão prática e aprofundada, permitindo que as participantes reconhecessem as diversas formas de violência e as medidas legais disponíveis para proteção. Por meio dessa prática, elas puderam desenvolver uma maior segurança no entendimento da legislação e na identificação dos recursos legais aplicáveis a cada situação, fortalecendo assim o conhecimento e a capacidade de atuação em situações de violência doméstica e familiar.

Durante essas atividades, algumas participantes compartilharam relatos de pessoas conhecidas que já haviam passado por situações de violência doméstica e familiar. Esses momentos, mais delicados, tornaram-se espaços de escuta ativa, o conteúdo era interrompido para direcionar a atenção a esses relatos e demonstrar solidariedade. As mulheres, já mais familiarizadas com o grupo, conversavam e se acolhiam umas às outras. Não houve momentos de emoção intensa; geralmente, ao

trazer essas histórias, as participantes já conseguiam identificar e relacionar os fatores discutidos nos conteúdos do curso, o que proporcionou um ambiente de apoio e aprendizado mútuo.

Ao término do curso, as participantes agradeceram pela oportunidade. Algumas delas compartilharam seus certificados emitidos pela plataforma em suas redes sociais. Entre elas, mulheres surdas publicaram relatos sobre a experiência do curso, contando em Libras como foi participar, destacando conteúdos que mais chamaram sua atenção e manifestando interesse em recomendar o curso. Algumas, inclusive, demonstraram entusiasmo público em participar novamente caso uma nova turma fosse aberta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das vivências desenvolvidas ao longo do grupo de estudos permite uma reflexão sobre a interseção entre a prática da interpretação de Libras e a promoção dos direitos das mulheres surdas. Ao longo das atividades, foi possível observar como a interpretação não se limita apenas aos conteúdos, mas desempenha um papel fundamental na construção de um espaço de aprendizado acessível, no qual as mulheres surdas puderam discutir e se apropriar de temas relevantes para suas vidas, como a Lei Maria da Penha e os direitos das mulheres.

A atuação da intérprete de Libras, como proponente e idealizadora do curso, ao interpretar conteúdos jurídicos e sociais complexos, não apenas garantiu o acesso das participantes aos temas abordados, mas também possibilitou a construção de um ambiente colaborativo e empático, onde as participantes puderam

se expressar e discutir suas próprias experiências e realidades na língua delas.

Os relatos e a participação ativa das mulheres surdas nas atividades demonstraram que, por meio da interpretação (à vista e simultânea) e da interação, foi possível criar uma ponte entre o conhecimento jurídico e a vivência cotidiana dessas mulheres, muitas das quais não tinham acesso a informações em formatos acessíveis anteriormente. A experiência também destacou a importância de espaços como esse, que, ao promoverem a educação e a reflexão crítica, contribuem para a construção de uma sociedade mais justa.

Em suma, as vivências compartilhadas ao longo do curso não apenas revelam a importância da interpretação para a Libras a fim de garantir o direito à informação, mas também ilustram como esse processo pode ser transformador para as mulheres surdas, ao capacitá-las para se posicionar e lutar por seus direitos. Assim, o grupo de estudos se configurou não apenas como um momento de aprendizado, mas também como um instrumento para a promoção da autonomia e da defesa dos direitos das mulheres surdas.

## REFERÊNCIAS

BEER, Hanna. **Direitos linguísticos como direitos fundamentais: as políticas linguísticas para as comunidades surdas no ordenamento jurídico brasileiro**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2016.

BRANDÃO, Lahis; LAGUNA, Maria Cristina. **Projeto Libras e Feminismo**. Viver IFRS: EXTENSÃO: ENSINAR, APRENDER, TRANSFORMAR, Bento Gonçalves, v. 2, n. 11, p. 20-24, ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº. 5626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta e dispõe sobre a língua brasileira de sinais - Libras.** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)> Acesso em 16 de agosto de 2024.

BRASIL. **Lei Maria da Penha:** Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)> Acesso em 18 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais - Libras** e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)> Acesso em 05 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em 2 de setembro de 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

JIMÉNEZ IVARS, Amparo. **La traducción a la vista. un análisis descriptivo.** (Tese de Doutorado em Tradução) Universitat Jaume I, Facultat de Ciències Humanes i Socials – Castellón, 1999. Disponível em: <<https://www.tdx.cat/handle/10803/10564>>. Acesso em 30 de outubro de 2024.

PEREIRA, Maria C.P. Interpretação interlíngue: **As especificidades da interpretação de língua de sinais.** Cadernos de Tradução (Florianópolis) v. 1, p. 135-156, 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4925667>>. Acesso em 30 de outubro de 2024.

PERLIN, Gladis; VILHALVA, Shirley. **Mulher Surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa.** Revista Fórum - INES - número 33, Rio de Janeiro, 2016. p. 6.

SANTOS, Silvana Aguiar dos; STUMPF, Marianne Rossi. **Cartilha sobre violência doméstica – perguntas e respostas: experiências de tradução do Português para a Libras**. Revista Espaço, v. 51, p. 39-58, 2019.

*“Mas que roupa você  
estava usando?”: o assédio  
e o corpo da mulher  
tradutora e intérprete de  
Libras/português*

Camila Stephanie Gallo  
Saionara Figueiredo Santos

# “MAS QUE ROUPA VOCÊ ESTAVA USANDO?”: O ASSÉDIO E O CORPO DA MULHER TRADUTORA E INTÉRPRETE DE LIBRAS/PORTUGUÊS

Camila Stephanie Gallo  
Saionara Figueiredo Santos

## INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade de muitas concepções machistas. Mesmo considerando que homens e mulheres estão sujeitos a sofrer assédio, é possível perceber que, por vivenciarmos uma cultura predominantemente patriarcal, os corpos femininos são alvos de maior objetificação. Nesse contexto, de maneira abrangente, o termo “assédio” é utilizado para categorizar qualquer forma de comportamento que resulte em desconforto psicológico ou físico e pode ser horizontal, vertical ou misto, conforme observado por Felix (2022).

Uma pesquisa recente conduzida pelo Instituto Datafolha (2023)<sup>7</sup>, baseada em dados recolhidos no período de 2017 a 2023, revela que a terceira maior incidência de violência direcionada às mulheres ocorre no ambiente de trabalho. Taxa essa que fica atrás somente dos incidentes relatados no ambiente doméstico e nas vias públicas.

No caso desta pesquisa, realizada com mulheres que trabalham no campo da Tradução e Interpretação de Línguas de

---

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.google.com/url?q=https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf&sa=D&source=docs&ust=1692661561860222&usg=AOvVaw350qUw\\_TgjH-yf2fBIWPik](https://www.google.com/url?q=https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf&sa=D&source=docs&ust=1692661561860222&usg=AOvVaw350qUw_TgjH-yf2fBIWPik)

Sinais, essa situação também é recorrente. Como as profissionais Tradutoras e Intérpretes de Libras-português (TILSP)<sup>8</sup> transitam entre línguas de modalidade visual gestual e oral auditiva, usam o aparelho fonador para articulação dos sons (na interpretação direta) e seus corpos (na interpretação indireta) para mediação linguística.

Sobre isso, Santos (2023) explica que, diferente do que acontece em outros idiomas, em que as intérpretes se instalam em cabines para a realização de seus trabalhos, sendo ouvido apenas o som de sua voz, as mulheres TILSP ficam evidenciadas. Seus corpos tornam-se um espaço de significação política, onde não somente o translado da língua é observado, mas também suas roupas, acessórios e postura.

Motivada a contribuir com o ainda incipiente campo de estudos sobre mulheres TILSP, este artigo tem o objetivo de relacionar o assédio no trabalho e a vestimenta. Além disso, como pesquisadoras e tradutoras/intérpretes de Libras, particularmente, já sofremos assédio em contexto de trabalho. Diante desta dupla motivação, trazemos como objetivo geral compreender, usando dados empíricos, como o corpo da mulher TILSP e, conseqüentemente, os aspectos relacionados a esse corpo, no campo do trabalho, podem estar suscetíveis ao assédio.

Como objetivos específicos, trazemos: relacionar o corpo e a vestimenta das mulheres TILSP com a ocorrência de assédio no contexto do trabalho; demonstrar, mediante dados coletados, como mulheres TILSP reagem a casos de assédio ocorridos;

---

<sup>8</sup> Nesta pesquisa, utilizamos TILSP para denominar Tradutoras e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais em par com o português.

contribuir com novas pesquisas que entrelaçam Estudos Feministas e Estudos da Tradução, no contexto das Línguas de Sinais.

## **ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE O ASSÉDIO AO CORPO DA MULHER**

Antes de relacionarmos o contexto da tradução e interpretação com a ocorrência (ou não) de assédio, é necessário apresentar um contexto geral de como essa temática passou a ser debatida. No contexto contemporâneo, essa discussão (principalmente relacionada ao assédio sexual) ganha destaque na segunda metade da década de 1970, quando a professora de direito Catharine MacKinnon introduziu a proposição pioneira de criminalizar o assédio sexual sob uma perspectiva jurídica abrangente. Seu enfoque residia na punição daqueles que se aproveitavam de posições hierárquicas superiores em ambientes corporativos para obter concessões de natureza sexual. Por meio da formulação de uma teoria que interligava comportamentos sexuais e a discriminação de gênero, MacKinnon enfatizou que o assédio sexual era uma manifestação intrínseca à disparidade de status entre os gêneros (Santos, 2019).

Mesmo que outros países, como Itália, Estados Unidos, México, Canadá e Austrália, já tivessem uma legislação sobre a temática e estudos como os de MacKinnon, no Brasil o Decreto nº 2.848, que discorre sobre crimes e suas penalizações, foi publicado no ano de 1940. Entretanto, apenas em 2001, por meio da Lei nº 10.224, a legislação foi ampliada, incluindo o assédio sexual como ação criminosa. Dessa maneira, o Brasil criminaliza o assédio sexual 30 anos depois dos países acima citados. A partir desse marco, novas pesquisas passaram a ser desenvolvidas e

aprofundadas, contemplando novas perspectivas e vislumbrando o empoderamento do corpo feminino também em contexto laboral.

Huerk (2018), jornalista que, em colaboração com o Projeto Olga, buscou promover a conscientização a respeito do assédio sexual, explica a necessidade de desconstruir a percepção equivocada que a sociedade possui em relação a determinadas ações rotuladas como meros “elogios” ou “brincadeiras”. A autora esclarece que gestos, olhares insistentes, toques indesejados e outras abordagens invasivas não devem ser tolerados. Em seu estudo, com uma amostra de 8 mil mulheres participantes, constatou que 98% das entrevistadas vivenciaram alguma forma de assédio, como pressuposto.

Estes dados estão ancorados em um contexto histórico, e é possível constatar que eventos como esses não são isolados ou excepcionais, mas reflexos da dominância patriarcal. Esse fenômeno é delineado por Liebel (2004), que articula a hipótese de que, desde tempos remotos, o feminino foi consistentemente associado à noção de inferioridade e a características adversas. Essa matriz de pensamento foi transmitida de uma geração a outra, consolidando-se como uma ideologia inquestionável e sem espaço para novas visões. Liebel (2004) ainda esclarece como esse ciclo se consolida, em suas palavras:

A submissão da mulher resulta na legitimação do poder dominante, conferindo-lhe sua justificativa intrínseca; assim, a apreciação da virilidade subsiste unicamente mediante a convivência e subordinação femininas, ao passo que o reconhecimento dos limites impostos suprime qualquer potencialidade de transgressão (Liebel, 2004, p. 5).

Nesse contexto, as mulheres encontram-se sujeitas a um ciclo de repressão no qual o pensamento e a cultura misóginos prevalentes exercem influência significativa em todos os âmbitos de sua vida. Esses elementos machistas moldam a estrutura da sociedade, resultando no surgimento de situações em que as mulheres são confrontadas com assédio de forma isolada. O medo de represálias ou de não serem ouvidas as impede de denunciar, uma vez que receiam agravar a situação e não serem protegidas pelo sistema, repercutindo em experiências ainda mais negativas após seus relatos.

Esses pensamentos conservadores também resultam em muitas outras consequências. Como ressalta Bosco (2005), mundialmente as mulheres compõem 70% da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, compõem dois terços da população analfabeta e, ainda, enfrentam a disparidade salarial, recebendo apenas 30% do montante recebido por seus colegas do gênero masculino.

Dessa maneira, consideramos importante que os Estudos da Tradução e Interpretação transcendam as fronteiras linguísticas, adentrando também as esferas políticas e interdisciplinares. Pretende-se que essa pesquisa não se limite meramente ao reconhecimento das identidades de mulheres TILSP, mas vise igualmente promover uma problematização e transformação nas relações desiguais que envolvam machismo e sexismo entre a comunidade surda e os TILSP (Santos, 2019), especificamente no que tange à vestimenta.

## COMUNIDADE SURDA: HÁ MACHISMO NESSE ESPAÇO?

A primeira significação da palavra machismo é buscada em dicionários, que a define como “ideologia da supremacia do macho que nega a igualdade de direitos para homens e mulheres.” (Michaelis, 2024). Para Drummond (1980), essa supremacia do “macho”, ou seja, o machismo, pode ser conceituada como um sistema de representações que se vale do argumento baseado no gênero para estabelecer uma estrutura de poder que, por meio da mistificação, distorce e simplifica o homem como sinônimo de dominante e a mulher, de dominada.

Gutmann (2013) também corrobora Drummond (1980) ao afirmar que o machismo é muito mais do que uma simples ideologia: são proposições enraizadas nas relações produtivas. Sendo assim, o machismo transcende o mero domínio das ideias e crenças, estendendo-se às interações sociais, normas e práticas que continuamente produzem e reproduzem a desigualdade de gênero, naturalizando o processo e consolidando o machismo estrutural.

Sobre o Brasil, Chagas (2017) conduz os leitores por uma jornada temporal que abarca diferentes períodos históricos, com o intuito de analisar as transformações nas estruturas de gênero ao longo do tempo e nos fazer compreender os dias de hoje. Segundo seus estudos, no período pré-histórico o matriarcado predominava, conferindo às mulheres status de autoridade e poder. No entanto, à medida que a população crescia e as disputas por terras se intensificavam, os homens começaram a assumir o papel de protetores e líderes, sinalizando uma mudança significativa nas dinâmicas de poder. A virada de paradigma ocorreu durante a era medieval quando, impulsionadas pelo cristianismo, às mulheres foi

exigida submissão, consolidando assim a supremacia masculina e estabelecendo o patriarcado como novo sistema dominante. No contexto da Idade Moderna, com a ascensão do movimento capitalista e a necessidade crescente de mão de obra, as mulheres foram atraídas para um novo papel social, não caracterizado pela igualdade, mas como trabalhadoras. Esse período deixou um legado duradouro que influencia a dinâmica de gênero contemporânea (Chagas, 2017).

Dessa forma, entendendo o caminho histórico de mudança de paradigma de poder no que diz respeito ao contexto de gênero, também conseguimos associá-lo às relações dentro da comunidade surda, uma vez que as ações de seus integrantes estão ligadas diretamente ao contexto em que vivem. Santos (2019) explica que a forma como cada pessoa se expressa no mundo tem relação com o grupo cultural no qual está inserida; a maneira como agimos e como nos vemos varia a depender da situação em que nos encontramos. Dessa forma, procedemos de acordo com o contexto e as convenções sociais do meio, constituindo uma identidade social. Sendo assim, é importante reconhecer que a hegemonia do machismo também se manifesta dentro da comunidade surda.

A autora, a respeito da dominação social, argumenta que os “discursos revelam a visão de mundo dos sujeitos e refletem a formação dos indivíduos, as estruturas sociais, reforçando ainda mais a realidade, assim como as relações sociais e identidades e ideologias” (Santos, 2019, p. 41). Compreendemos que viver em uma sociedade machista retroalimenta essa ideologia como um ciclo: quanto mais se experimenta, mais consolidada se mantém.

Embora tenhamos avanços significativos ao longo do tempo na busca pela igualdade de gênero, ela permanece incompleta e desafiadora. Apesar dos esforços, a disparidade persiste em todos

os espaços e é reflexo da estrutura patriarcal historicamente enraizada e das normas de gênero perpetuadas ao longo da história. Assim, a luta pela equidade de gênero permanece uma pauta importante no contexto contemporâneo para alcançar o sonho de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

## **ÉTICA E A INTÉRPRETE - FALANDO SOBRE A VESTIMENTA**

A TILSP desempenha um papel significativo na promoção da comunicação eficaz entre a comunidade surda e os ouvintes. Como medida regulatória, os códigos de ética foram desenvolvidos para orientar seu exercício profissional.

Neste momento da investigação, debruçamo-nos nos itens dentro do(s) Código(s) de Ética que tratam da vestimenta (indumentária) de uma TILSP. Quadros (2004), em sua cartilha orientadora para TILSP e instituições, defende o uso de roupas discretas e neutras: “Ser discreto em sua forma de atuar. Não mastigar chicletes nem usar roupas e adereços que distraem os que dependem dele, não chamando a atenção para si mesmo dificultando a interpretação.” (Quadros, 2004, p. 43). É importante ressaltar que esse texto foi escrito há quase 20 anos, o que não reflete completamente os paradigmas atuais da profissão.

Alguns anos depois, a Federação Brasileira de Profissionais de Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils) publicou um código de conduta e ética que abordou a temática de forma mais concisa. Este documento diz que o TILSP tem a responsabilidade de “apresentar-se adequadamente em relação à postura e à aparência” (Febrapils, 2008, p. 4).

Além dos documentos anteriormente mencionados, há uma tendência crescente na academia que direciona seu escopo para os

preceitos éticos associados à prática das TILSP. Uma contribuição importante é o estudo investigativo de Pereira (2014) sobre a ética profissional na esfera da saúde, no qual a autora entrevista profissionais e, a partir dos relatos, reflete acerca da ética, destacando principalmente questões de ordem linguística. Estas incluem, entre outros aspectos, seleção adequada do vocabulário na mediação entre pacientes e profissionais de saúde, a manutenção do sigilo e da discrição e os desafios inerentes à interpretação.

Outro exemplo ilustrativo dessa abordagem pode ser encontrado no artigo de Cruz (2016), no qual a autora enfatiza questões intrinsecamente ligadas ao desempenho dos TILSP. Tais questões incluem a fidelidade na tradução, a neutralidade, as competências requeridas e as áreas específicas de atuação. Notavelmente, esta pesquisa concentra-se exclusivamente no âmbito profissional, deixando de lado as discussões pertinentes à vestimenta.

Há uma justificativa para a alteração nas abordagens das propostas sobre ética. Ao investigar mais a fundo o conceito da palavra, Souza (s.d.) explica que: “A ética não define normas, nem dita comportamentos e nem está à margem da moral, mas busca explicar a realização do homem em sua totalidade e refletir como e por que as coisas acontecem” (Souza, s.d., p. 4). Então, a ética é um modo de ser que almeja o bem comum e, por meio da moral, oferece orientação em relação a questões de natureza mais abrangente, diferenciando-se, assim, das abordagens anteriores que se concentravam apenas nos direitos e deveres dos intérpretes.

Goulart (2017) afirma que encaixar as vestimentas da TILSP no código de ética pode ser uma tentativa de moralização dos

corpos dos profissionais e desenvolve: “essa orientação faria parte do ‘pacote’ da boa conduta, de conduzir esse corpo que é veículo, que se exime de expressar opiniões e preferências, de exibir marcas” (Goulart, 2017, p. 9) — classificando a abordagem como excessivamente restritiva e limitante, uma intromissão no que é de escolha particular, uma vez que a vestimenta pode ser uma forma de expressão cultural e pessoal.

## **METODOLOGIA**

Neste estudo, adotamos uma abordagem de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. De acordo com Nasser (2008), a pesquisa qualitativa é caracterizada pela ausência de interferência direta do pesquisador durante a coleta de dados, baseando-se primordialmente na observação e na captação de informações, com o propósito de descrever e compreender os fenômenos em estudo, sem necessariamente quantificá-los. Nesse contexto, a ênfase recai sobre a profundidade da compreensão e a riqueza de detalhes sobre o fenômeno investigado.

Além disso, na coleta de dados em pesquisas qualitativas, como ressalta Günther (2006, p. 3), “há aceitação explícita da influência de crenças e valores sobre a teoria, sobre a escolha de tópicos de pesquisa, sobre o método e sobre a interpretação de resultados”. Portanto, a pesquisa qualitativa procura não só investigar o que é palpável, mas também ir mais a fundo, explorando o que está oculto, levando em conta os detalhes e as subjetividades para interpretar os resultados. O autor explica que o processo da pesquisa se dá em etapas, sendo elas: delimitar a temática, coletar os dados e apresentá-los para, por fim, examinar e contextualizar.

Diversas estratégias podem ser empregadas para a obtenção de resultados dentro da presente abordagem, e, neste contexto específico, optou-se por utilizar um Formulário do Google como instrumento de coleta de dados. O referido formulário consistiu em uma combinação de questões de múltipla escolha e questões abertas de resposta opcional. Durante o mês de agosto de 2023, esse formulário foi aplicado na comunidade TILSP. Um total de setenta e duas mulheres, representando diversas regiões do país, participou do estudo, fornecendo informações relevantes para a pesquisa. As participantes concordaram em ceder seus dados para a análise, com a garantia de que sua identidade seria mantida em sigilo absoluto.

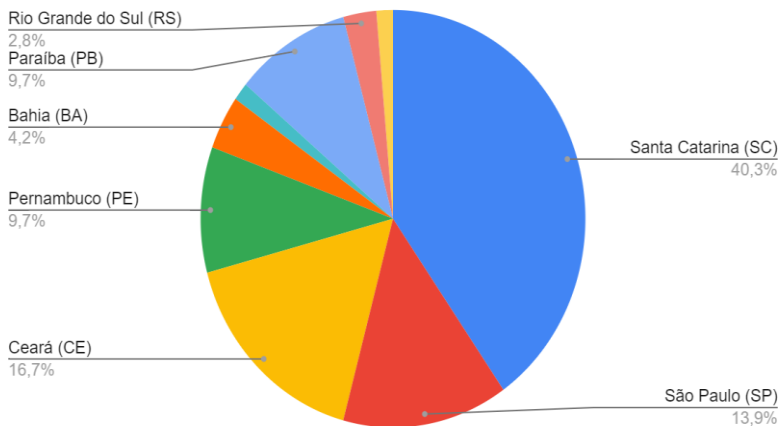
Por meio das questões formuladas no instrumento de coleta de dados, foram obtidas informações relacionadas a diversas variáveis, tais como características de identidade, localização geográfica, formação acadêmica, raça e orientação sexual. Além disso, a pesquisa se concentrou em uma pergunta central: “Você já sofreu preconceito por ser mulher / performar feminilidade / questões relacionadas a gênero?”, que direcionou o estudo, investigando a incidência de casos de machismo e/ou assédio direcionados às TILSP. Os dados coletados foram submetidos a uma análise minuciosa, permitindo comparações e conclusões que foram registradas de forma detalhada neste artigo acadêmico.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

O questionário foi enviado para mulheres TILSP de diversos estados do Brasil. O corpus total de respostas obtidas compreendeu 72 participantes, distribuídas geograficamente conforme segue: 3 residentes na Bahia, 12 no Ceará, 1 em Goiás,

1 em Minas Gerais, 7 em Pernambuco, 7 na Paraíba, 2 no Rio Grande do Sul, 29 em Santa Catarina e 10 em São Paulo.

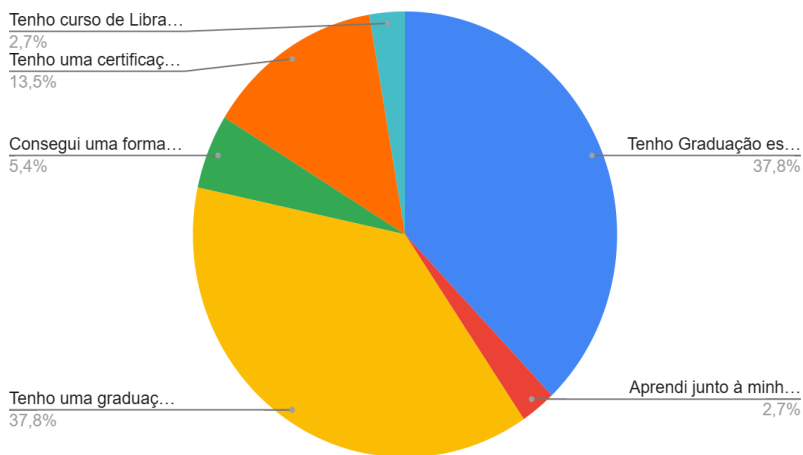
Gráfico 1: Distribuição das entrevistadas por estados brasileiros



Fonte: autoras (2025)

Quanto à formação das entrevistadas, observa-se que 31 delas possuem formação específica na área, enquanto 23 têm graduação em áreas correlatas; 9 entrevistadas possuem certificação em Prolibras; 4 apresentam formação técnica pública; 2 possuem curso de Libras; outras 2 têm formação técnica em instituição particular; e 1 adquiriu conhecimento no âmbito religioso.

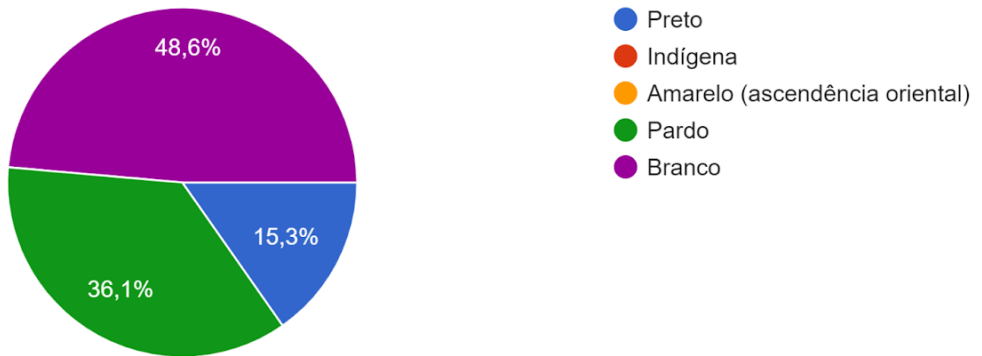
Gráfico 2: Da formação das intérpretes participantes



Fonte: autoras (2025)

Perguntamos também como as entrevistadas se identificaram em relação à etnia ou raça e, antes de mostrar o gráfico com os resultados, é importante considerar, a partir dos dados do gráfico anterior, a questão geográfica da pesquisa. Em virtude de a grande maioria das pesquisadas responderem dos estados do Sul do Brasil, também região na qual as pesquisadoras residem atualmente, é notória a predominância de mulheres brancas. Entretanto, se somarmos o número de mulheres que se autodeclararam pretas e pardas, esse número ultrapassa o número de mulheres brancas investigadas.

Gráfico 3: Distribuição da raça/etnia das mulheres TILSP entrevistadas.



Fonte: autoras (2025)

Esse fato pode ser justificado ora pela maioria da amostragem estar residindo na região Sul do Brasil, ora também por ser mais uma profissão na qual mulheres brancas são a maioria. Infelizmente, pesquisas indicam que, por consequência do período da escravidão, pessoas pretas continuam a enfrentar diversas barreiras, inclusive no mercado de trabalho. Heringer (2002) destaca questões estruturais, tais como o limitado acesso à educação de qualidade e as poucas oportunidades de desenvolvimento; assim, consequentemente, elas ocupam as vagas de trabalho mais precarizadas. A autora apresenta ainda uma informação relevante, indicando que “mais da metade das mulheres negras (56,3%) está ocupada como domésticas ou mensalistas” (Heringer, 2002, p. 64).

Um interessante estudo de Fernandes (2001) revela que pessoas pretas e pardas apresentam, em média, uma disparidade de 2,3 anos a menos de escolaridade em comparação com pessoas brancas. Mesmo com a progressão temporal e o aumento da taxa de escolarização, observa-se que a média permanece a mesma.

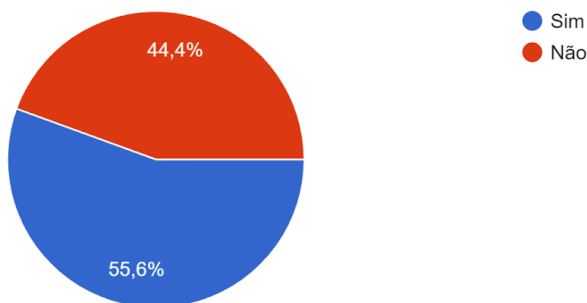
Foram 35 participantes brancas, 26 participantes pardas e 11 participantes pretas. Considerando o histórico de experiências e vivências desafiadoras enfrentadas por pessoas pretas no Brasil, é imperativo abordar esses dados com extrema sensibilidade. É possível que muitas brasileiras optem por identificar-se como pardas em virtude da complexidade da miscigenação brasileira e das nuances do colorismo. Em relação a essa temática, Sueli Carneiro (2011, p. 62) explica:

Isso indica uma suposta melhor aceitação social dos mais claros em relação aos mais escuros, o que parece ser o fator explicativo da diversidade de expressões que pessoas negras ou seus descendentes miscigenados adotam para se definir racialmente, tais como moreno-escuro, moreno-claro, moreno-jambo, marrom-bombom, mulato, mestiço, caboclo, mameluco, cafuzo, ou seja, confusos, de tal maneira que acabam todos agregados na categoria oficial do IBGE: pardo! Algo que ninguém consegue definir como raça ou cor. Talvez o termo “pardo” se preste apenas a agregar os que, por terem sua identidade étnica e racial destroçada pelo racismo, pela discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou, simplesmente, não desejam ser o que são (Carneiro, 2011, p.62).

Na explicação da autora, identificamos que o fenômeno do embranquecimento de pessoas pretas, independentemente de suas motivações, tem o potencial de influenciar significativamente nossa compreensão dos dados apresentados e, por isso, a temática relacionada à raça ainda necessita ser amplamente discutida dentro da comunidade surda.

A seguir, foi perguntado se as participantes já haviam vivenciado algum comentário maldoso ou preconceito por ser mulher/performar feminilidade/questões relacionadas a gênero em contexto de trabalho. Dentre as participantes, 55,6%, ou seja, 40 mulheres, relataram ter vivenciado preconceito de gênero (misoginia).

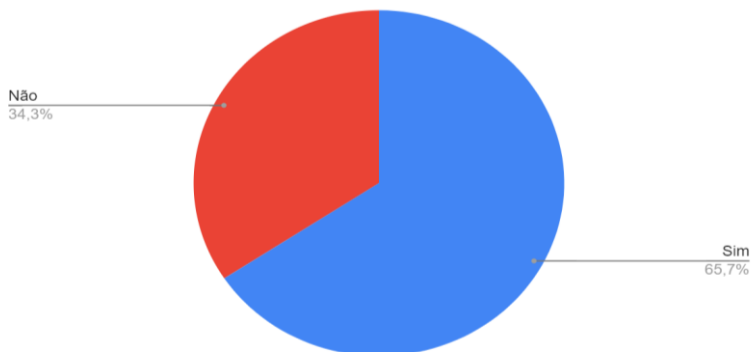
Gráfico 4: Mulheres que sofreram preconceito por ser mulher/performar feminilidade/questões relacionadas a gênero.



Fonte: autoras (2025)

Desse gráfico, podemos também fazer o recorte de raça. Conforme já delimitado no Gráfico 3, mulheres brancas foram a maioria dentre as que responderam a este questionário, o que pode nos indicar a predominância de mulheres brancas trabalhando como TILSP. Dessa maneira, no gráfico abaixo apresentamos dados de mulheres brancas que relataram ter sofrido misoginia.

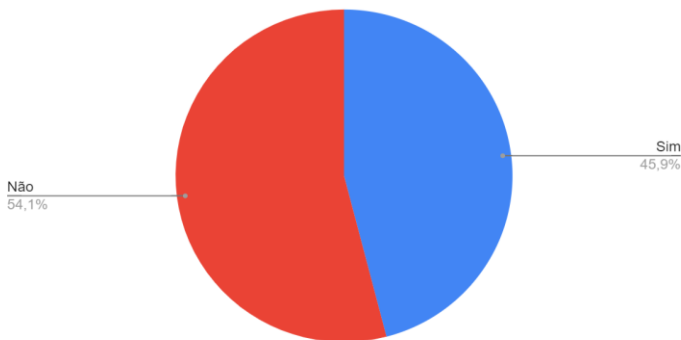
Gráfico 5: Mulheres brancas que sofreram misoginia no contexto do trabalho como tradutoras e intérpretes de Libras



Fonte: autoras (2025)

No gráfico 6 trazemos dados de mulheres pretas e pardas que informam ter sofrido algum tipo de misoginia ou preconceito.

Gráfico 6: Mulheres pretas e pardas que sofreram misoginia no contexto do trabalho como tradutoras e intérpretes de Libras



Fonte: autoras (2025)

Hirigoyen (2001) explica que qualquer ambiente, especialmente o laboral, ao apresentar esse fenômeno, torna-se prejudicial à saúde das trabalhadoras. Ela cita que, por exemplo,

ações agressivas/assediosas, tais como a deliberada deterioração das condições laborais, qualquer afronta à dignidade e a utilização de violência verbal, física ou sexual, representam métodos pelos quais os agressores impactam as vítimas.

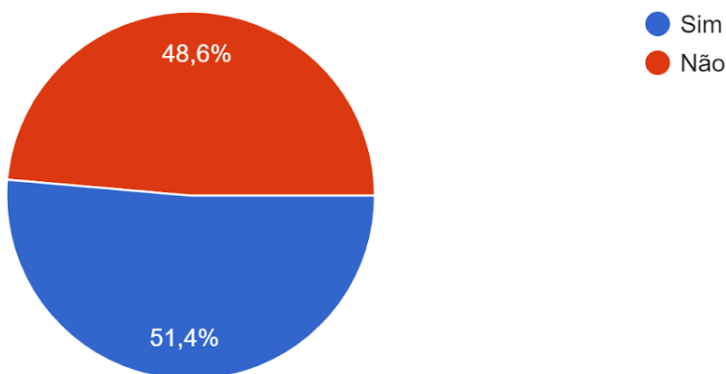
Mulheres enquanto classe sofrem machismo; entretanto, é impossível igualar a situação entre mulheres brancas e pretas. Enquanto a mulher branca precisa lutar contra a desigualdade de gênero e classe para ter sua inserção social, a mulher negra enfrenta:

(...) a barreira de classe e de gênero, e a mulher negra enfrenta um problema a mais: a raça, como os dados estatísticos demonstram, uma vez que a desigualdade por cor não pode ser reduzida à desigualdade de gênero e classe. Ou seja, a mulher negra sofre discriminação tripla: como mulher, como negra e como pobre, considerando-se que a pobreza é negra e atinge principalmente a mulher negra (Garcia, 2012, p. 156).

Dessa forma, percebemos que quanto maior o número de marcadores sociais carregados pela mulher, ou seja, raça, classe e/ou orientação sexual, mais vulnerável ela está a sofrer opressão e violência, assim “como ser restrita ao acesso a seus direitos” (Penas e Cuellar, 2018, p.139).

A seguir também perguntamos se elas haviam sentido incômodo/assédio pelas roupas, ou acessórios/adornos que usavam durante o trabalho e 51,5% das mulheres entrevistadas relataram que já passaram por esse tipo de situação.

Gráfico 7: Mulheres que já sentiram incômodo/assédio pelas roupas, ou acessórios/adornos que usava durante o trabalho



Fonte: autoras (2025)

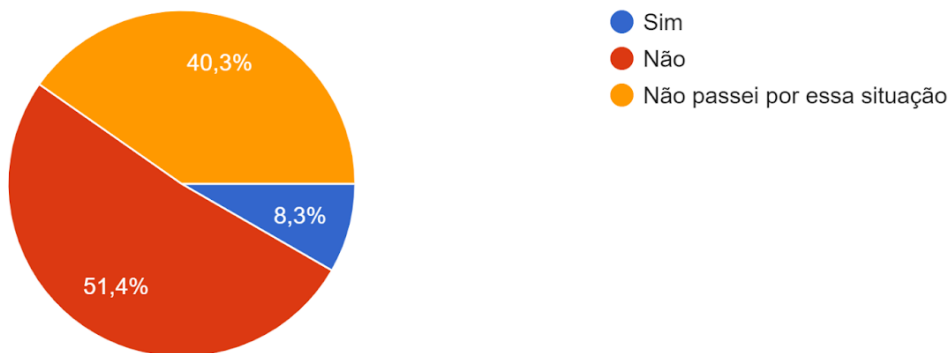
Desse total, 51.4% dessas mulheres eram brancas; 48.6% de mulheres pretas/ pardas. A maioria das mulheres que sofreram qualquer tipo de comportamento intolerante se concentram em estados como Santa Catarina, São Paulo, Ceará, Pernambuco e Paraíba.

No Brasil, é observado que as mulheres enfrentam uma maior incidência de violência no ambiente de trabalho em comparação aos homens, uma realidade que ecoa em diversas partes do mundo. A valorização do trabalho feminino é inferior ao trabalho masculino, conforme destacado por Andrade (2018). Além disso, a análise de um estudo brasileiro revela que há uma subdivisão adicional entre mulheres mesmo considerando a desvantagem geral das mulheres no mercado de trabalho, aquelas ainda pertencentes a mulheres pretas, que têm experiências mais desafiadoras que as mulheres brancas.

No entanto, é relevante destacar que apenas uma parcela reduzida dessas mulheres se sentiu segura para denunciar ou buscar ajuda. No questionário, deixamos em aberto que tipo de

ajuda seria essa - seja conversar com um superior, ou pedir ajuda a colegas, ou mesmo dos clientes surdos. O gráfico a seguir ilustra essa distribuição:

Gráfico 8: Denúncias feitas pelas tradutoras e intérpretes entrevistadas.



Fonte: autoras (2025)

Por último, solicitamos que as mulheres entrevistadas, que se sentissem confortáveis, compartilhassem situações mais marcantes em que tenham experimentado manifestações de machismo, misoginia ou preconceito no contexto de sua atuação como TILSP.

Lamentavelmente, os relatos corroboram as hipóteses, evidenciando que a atuação das mulheres TILSP ainda está substancialmente impregnada por preconceitos e práticas machistas, fenômeno que persiste em diversas outras comunidades. Essas ocorrências refletem as normas e valores da sociedade contemporânea, na qual comportamentos lesivos à integridade do próximo, especialmente das mulheres, continuam a ser tolerados.

A seguir, passamos a apresentar alguns relatos das participantes que gentilmente compartilharam suas experiências conosco.

TILSP 1: “Em um modo geral sempre estou bem maquiada, então por algumas vezes ao atender algum cliente surdo que precisa resolver questões ditas como "masculinas" já me falaram coisas do tipo: “ esse assunto é sobre carros acredito que você não vai conseguir traduzir isso, pois é muito delicada, nem deve saber o nome das peças do carro , se fosse sobre maquiagem aí sim” ou ainda, “nossa você está tão arrumada quer chamar atenção dos homens ?” e por último “o atendimento é para o meu marido, mas você é tão linda, ele vai se distrair melhor eu chamar outro tils”.

É possível perceber, nesse contexto, que uma simples manifestação da feminilidade dá a falsa abertura para a avaliação baseada em estereótipos de gênero, delineando o que é considerado como características atribuídas a "meninos" ou "meninas". À medida que o tempo avança, observa-se que, em diversas circunstâncias, os conceitos preestabelecidos predominam sobre elementos que deveriam ser prioritários, tais como competência e formação profissional. Três outras colegas também comentam sobre a relação entre feminilidade e assédio em contexto de trabalho:

TILSP 2: “Certo colega comentou sobre uma calça colada e me perguntou para quê uma mala (sic) tão grande (referindo-se ao tamanho do meu bumbum. 2. colega chegou ao pé do ouvido e disse que queria me lambe todinha (sic). 3. colega me convidou para assistir vídeo pornográfico no ambiente de trabalho.”

TILSP 3: “Percebi que um surdo ficava olhando de forma desrespeitosa e comentando sobre o formato do meu corpo para um outro rapaz ao lado dele. Como não o conhecia e estava interpretando para mais pessoas, não interrompi na hora.”

TILSP 4: “Infelizmente é comum (e não deveria) ao demonstrar feminilidade durante atuação de trabalho interpretativo,

principalmente em ambiente acadêmico ou de conferências, ouvir comentários ou piadinhas de duplo sentido. O que na maioria das vezes gera um constrangimento e pode sim, afetar nossa performance de trabalho. Como estratégia particular, procuro ficar séria e ignorar o que foi dito ou mesmo em casos de continuidade, pedir diretamente e friamente para o agressor repetir em voz alta o que foi dito, pois acredito não ter entendido direito o que queriam dizer. Geralmente a brincadeira cessa. Mas é triste que uma mulher tenha que se posicionar por vezes de forma um tanto agressiva para ser respeitada enquanto profissional que só quer exercer seu trabalho com dignidade.”

Santos (2021) explica que esse tipo de comportamento e liberdade está coeso com os princípios do patriarcado, onde a objetificação do corpo da mulher é marcada por “um olhar para o corpo dito como “feminino” como se fosse um objeto, sem sentimentos, o qual está ali para satisfazer os desejos masculinos” (Santos, 2021, p. 7). Esses comportamentos estão consolidados de tal maneira que a erotização é admitida como “elogio”, entendendo-se que é algo positivo quando um ou mais homens notam a presença de uma mulher. A estética “feminina” performada ainda é notada e perseguida, conforme outra colega relata:

TILSP 5: "Quando trabalhava em diversos eventos presenciais, percebia olhares que me deixavam extremamente desconfortável. Em algumas ocasiões, eu precisava me apresentar como intérprete e, por vezes, não me sentia devidamente atendida. Era notável que quando meu colega, um homem branco, chegava, era recebido de forma mais acolhedora. Similarmente, em um contexto de sala de aula, já me deparei com comentários relacionados à minha estética e insinuações sobre como eu deveria me vestir mais conforme o padrão estereotipado de "mulher". É importante mencionar que esses comentários eram, na maioria das vezes, provenientes de homens."

Se a masculinidade é associada ao poder e à grandeza, por outro lado a feminilidade emerge como sinal de fragilidade ou fraqueza. Campos (2010) propõe uma teoria feminista que explana esse fenômeno ao argumentar que, culturalmente, as mulheres são concebidas como detentoras da capacidade geradora. Essa

característica passa a ser intrinsecamente atribuída à mulher, associando o papel de maternar e cuidar a ela a fim de acabar com sua autonomia, enquanto a responsabilidade de prover é designada ao homem. E são esses conceitos culturalmente enraizados que abrem pretexto para, por exemplo, um homem se sentir no direito de interferir no que não lhe compete. Temos também um comentário de outra colega de trabalho que corrobora com o que acima citamos:

TILSP 6: "Mas percebo que alguns professores (homens), por exemplo, duvidam da atuação profissional da TILSP mulher e, por vezes, querem impor outras atribuições que não são as suas, como "ensinar".

E o mesmo acontece com mulheres que não performam feminilidade, pois constatamos que tais interferências não se originam de suas condutas, mas sim do simples fato de serem mulheres, como evidenciado no comentário a seguir, também de outra colega:

TILSP 7: "Após cortar o cabelo curto e pelo estilo das roupas que utilizo que são chamadas de 'masculinas' algumas vezes fui chamada de intérprete dele/ele e mesmo vendo que cometeram um erro eles persistem e havia um zombamento a respeito. Isso aconteceu antes de cortar o cabelo também, mesmo ele estando na altura do ombro por conta do meu estilo."

O fato é que, independentemente do comportamento dessas mulheres, o assédio acontece. Sobre isso, a autora Martins (2019) argumenta que isso decorre do patriarcado, no qual o homem se sente à vontade para exercer autoridade e demonstrar poder, enquanto as vítimas são culpabilizadas pelos atos do agressor. Mais duas colegas contam:

TILSP 8: “Em relação ao assédio, já ocorreu de eu estar acompanhando alguns surdos em um trabalho e em vários momentos um deles me parava para dizer q(sic) eu era linda, q(sic) estava apaixonado, sempre procurava oportunidade de encostar em mim, e até mesmo me pediu um beijo. Desde então, sempre que acompanho surdos tento ao máximo evitar assuntos paralelos para que qualquer outro sujeito não se sinta à vontade o suficiente para tentar alguma aproximação indesejada.”

TILSP 9: “Fui assediada por um professor, ele falou umas coisas quando não tinha ninguém por perto, fingi não entender, fiquei com nojo, ele sabia que eu sou casada, nunca escondi, pelo contrário fazia questão de mostrar minha aliança e falar do meu marido.”

E é por esse motivo que uma considerável parcela das mulheres que, apesar de enfrentarem situações adversas, hesitam em compartilhar suas experiências. O que ocorre é que as mulheres guardam com elas o ocorrido; não conseguem denunciar. Inclusive, uma pesquisa conduzida no estado de São Paulo (2017) revela que 87% das mulheres que vivenciaram esse tipo de circunstância optam por não denunciar o ocorrido. Uma colega também relata:

TILSP 10: “Ao traduzir materiais de campanhas eleitorais, com equipe de audiovisual completa por homens, senti na pele o primeiro assédio em ambiente de trabalho. Através de comentários no estúdio de gravação e do envio de mensagem do responsável pela contratação. Com as investidas sem sucesso, ele compartilhou com outros homens da equipe fatos que não aconteceram. O contrato de dois meses finalizou e segui sem conseguir compartilhar o acontecido. Houve tentativa de novos contratos pela empresa, os quais recusei.”

É importante refletir em como, mesmo as mulheres que sofreram o assédio, quando exigem o mínimo de respeito no ambiente de trabalho, sentem-se incomodando ou são vistas como agressivas<sup>9</sup>. É notório aqui o quanto a vítima está neste lugar da

---

<sup>9</sup> Principalmente com mulheres pretas, “no que se refere ao perfil das mulheres que estão sendo vítimas de violência, o Datafolha/ FBSP (2019) identificou que, dentre as mulheres pretas, 28,4% sofreram algum tipo de violência em um período de 12 meses, enquanto 24,7% das mulheres brancas relataram a agressão” (...) Quando uma mulher é preta e/ou

culpa, seja ao denunciar ou ao silenciar. É assim que se consolida o machismo. Outra colega relata sobre a relação do público surdo e seu corpo:

TILSP 11: “Passei por situações de olhares, comentários, na maioria das vezes não busquei ajuda, quando pude revidei o comentário. É sempre complexo escolher a roupa, busco evitar roupas justas, ou sobrepor com algo mais largo, na tentativa de evitar certos comportamentos alheios. [Referência ao tamanho dos seios] fui assediada por usar uma roupa, a mesma era adequada para o trabalho.”

TILSP 12: “Uma vez, fazendo vídeo para uma produtora, um comentário maldoso pelo fato da minha blusa não ter mangas compridas para esconder as tatuagens e a produção não teria uma camisa no meu número, pois eu estava fora do peso.”

Santos (2023) comenta, ao realizar uma pesquisa com tradutoras e intérpretes brasileiras e argentinas, que o corpo é um fator fundamental: é um espaço linguístico e um espaço de empoderamento das mulheres, de socialização da língua, de militância e de relações de poder.

Essa vigilância que os corpos femininos estão submetidos, assim como a remodelação do corpo, para que se ajuste aos critérios externos de valorização do corpo feminino faz com que as mulheres tenham que disciplinar seus corpos e sua conduta a uma regulação social heteropatriarcal e heteronormativa (Santos, 2023, p. 5) (tradução nossa)<sup>10</sup>.

---

pobre, há uma soma de estereótipos (por gênero, etnia e condição econômica) e preconceitos que a torna ainda mais vulnerável à violência e ao feminicídio (Lourenço, Lélío Moura et al, 2021, p. 63 e 70).

<sup>10</sup> Citação na língua original do artigo: *“Esta vigilancia la cual los cuerpos femeninos están submetidos, así como a la remodelación del cuerpo, para que se ajuste a los criterios externos de valoración del cuerpo femenino hace con que las mujeres tengan que disciplinar sus cuerpos y su conducta a una regulación social externa y ideales de aceptación social heteropatriarcal y heteronormativo”* (Santos, 2023, p.5).

A reflexão sobre os corpos femininos sempre vem acompanhada da cobrança para seguir os padrões de beleza que já estão pré-estabelecidos socialmente. O machismo, por sua vez, dita como os corpos femininos devem ser e se comportar. Desta forma, é imperativo que o respeito delinear as relações entre sociedade, corpos e identidades. Debater sobre autonomia e liberdade pode ser uma das maneiras de empoderar mulheres com relação aos seus próprios corpos. A seguir, selecionamos alguns comentários que ajudam a entender o que Santos (2023) explica, relacionado às experiências das mulheres TILSP:

TILSP 13: “Na época eu estava fazendo transição capilar e estava deixando meu cabelo crespo. Estava traduzindo um material e fui orientada a prender meu cabelo, pois deixá-lo solto poderia prejudicar a captura das imagens.”

TILSP 14: “A situação foi em relação a minha guia de proteção, artigo religioso. A pessoa me viu interpretar e depois vou dar minha guia e o tratamento mudou, foi muito ruim. Ao mesmo tempo que já fui "reconhecida" enquanto Umbandista e foi muito legal.”

TILSP 15: “Os comentários relacionados especificamente a minha forma de vestir/ expressar, em geral vêm com "justificativas" técnicas (como minha cor de cabelo/ uso do Chroma Key), às vezes respondo com argumentos mais plausíveis tecnicamente falando, mas em geral opto por não discutir e tenho buscado trabalho em lugares onde posso me expressar como sou.”

O domínio da tradução e interpretação de línguas de sinais no Brasil não escapa às influências desses cruzamentos e dos eventos históricos relacionados às questões raciais. Sá (2022) escreve seu trabalho de Conclusão de Curso sobre a Estética de tradutores e intérpretes pretos. Entre muitos apontamentos, ela cita a pesquisa de Scheila Costa e Roberto Costa, onde:

reivindicam esse ponto na pesquisa deles, a saber, sobre o primeiro código de ética para tradutores intérpretes de Libras-Português, no seu artigo 5º. Elaborando uma série de questionamentos quanto à forma que desejam que se porte um TILSP, apontando que o apagamento das marcas identitárias individuais era algo presente nesse artigo. Os autores explicam que traços característicos (os fenótipos), o cabelo, as roupas ou quaisquer outros adereços que remetem ou denominam-se diferentes do tradicional padrão são artefatos identitários. Por meio deles é a auto e reafirmação e orgulho do povo preto (Sá, 2022, p. 53).

Em busca de uma formação decolonial (Sá, 2022), seria viável instigar um diálogo acerca de normativas emancipatórias que promovam uma atuação como TILSP, dando espaço para ouvir essas vozes sem suprimi-las ou censurá-las. Torna-se imperativo romper com as narrativas padronizadas, entendendo a diferença entre acessórios e estética identitária, principalmente utilizando ações que transcendam códigos antiquados, presentes em publicações, mas que ainda exercem influência atualmente.

Por último, decidimos expor o comentário de uma Tradutora e Intérprete Trans que relata:

TILSP 16: "Um ano antes ainda na Feneis, onde atuei como intérprete por 5 anos, também sofri transfobia por parte de uns diretores e coordenadores surdos!"

Decidimos finalizar esse momento de análise de dados com o comentário dessa colega, que, por ser mulher trans, sofreu preconceito em contexto de trabalho. Silva (s.d) já discutia a dificuldade de mulheres trans se inserirem no mercado de trabalho, justamente pelo preconceito e estigma, fazendo com que muitas

delas aceitem e se sujeitem a condições de trabalho “precárias sem qualquer amparo legal ou nas maiorias dos casos terem que se sujeitar à prostituição por falta de oportunidade no mercado de trabalho” (Silva, [S.D.] p.13). No caso do campo da Tradução e Interpretação, esse cenário não é diferente do acima citado.

Acerca dessa questão, é necessário ponderar sobre a importância de discussões sobre identidade de gênero dentro da comunidade surda, já que “não há como impor que a comunidade surda, inserida nesta sociedade intolerante, seja um espaço de perfeição e completa aceitação da diferença” (Santos, 2019, p.152).

Dessa maneira, defendemos que o modelo de uma Tradutora e Intérprete (no caso desta pesquisa), seja baseado em sua “capacidade interpretativa e a qualidade do trabalho realizado” (Santos, 2019, p. 180), desconectando-se “com o patriarcal, masculino e heterossexual” (Santos, 2019, p. 180), ou seja, o cisgênero.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho abordou a relevância da discussão sobre assédio em corpos femininos no ambiente de trabalho, destacando a prevalência do machismo em uma sociedade que frequentemente vitimiza mulheres. A realidade enfrentada pelas mulheres Tradutoras e Intérpretes de Línguas de Sinais (TILSP) reflete essa dinâmica, já que seus corpos desempenham um papel fundamental na tradução, sendo sujeitos à análise de vestimenta, acessórios e postura.

O objetivo principal desta pesquisa, conduzida de maneira qualitativa e analítica, foi analisar como os corpos das mulheres

estão suscetíveis ao assédio no ambiente de trabalho. Por meio de um formulário, buscamos demonstrar como o assédio ocorre e se as profissionais que passaram por essa situação procuram ajuda. Os dados obtidos, como reflexo da sociedade, revelaram que das 72 participantes, mais da metade, 40 mulheres, sofreram assédio, e 37 mulheres relataram ter sido assediadas especificamente por suas roupas e apenas seis mulheres denunciaram tais casos. Ressaltamos que não obtivemos dados de todos os estados do Brasil e que as entrevistas se concentram nas regiões Sudeste e Sul, o que provavelmente não refletirá a realidade brasileira em seus pormenores. Assim, com um número maior de mulheres brancas respondendo na coleta de dados, deduzimos que o alcance da pesquisa foi limitado, além de reconhecer o impacto do racismo estrutural e suas consequências para as pessoas negras. Dessa maneira, discutimos sobre questões relacionadas à raça, mas não foi possível fazer muitos recortes aprofundados. Incentivamos que outras pesquisadoras sigam realizando estudos nesse contexto.

Enfatizamos, por fim, expressamos o desejo de que pesquisas futuras busquem ampliar a representatividade de estudos relacionados à subjetividade de TILSP, utilizando uma amostra maior de participantes e incluindo uma variedade de vozes e experiências. A discussão sobre assédio, especialmente no contexto das TILSP, precisa evoluir para abordar não apenas as manifestações, mas também os sistemas que perpetuam tais comportamentos, contribuindo para um ambiente de trabalho mais seguro e inclusivo para todas as mulheres.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cristiane; ASSIS, Simone. Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbso/a/4jH9bBbXyBr49hXPqTJMJs/>.  
Acesso em: 21 set. 2023.

BRUSCHINI C, LOMBARD MR. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: Maruani M, Hirata H. As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac; 2003. p. 323-56.

BOSCO, Maria . Assédio sexual nas relações de trabalho. *Nome do Site*. 2005. Disponível em: <https://www.saoluis.br/revistajuridica/arquivos/Revista%202006/20062.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil, 2011. Disponível em: <https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/Racismo-Sexismo-e-Desigualdade-Sueli-Carneiro-1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

CAMPOS, Veridiana. Beleza, feminilidade e reflexividade um estudo sobre mediação agencia: estrutura por mulheres intelectuais, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9182/1/arquiv\\_o2612\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9182/1/arquiv_o2612_1.pdf). Acesso em: 18 set. 2023.

CHAGAS, Letícia ; CHAGAS, Arnaldo . A POSIÇÃO DA MULHER EM DIFERENTES ÉPOCAS E A HERANÇA SOCIAL DO MACHISMO NO BRASIL, 2017. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1095.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2023.

CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA. Febrapils, 2014. Disponível em: <https://febrapils.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Codigo-de-Conduca-e-Etica.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

CRUZ, Raquece. Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras, 2016. Disponível em: <https://www.editora-ararazul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/4%C2>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DRUMONT, Mary. Elementos para análise do machismo, 1980. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108171/ISS>

N1984-0241-1980-3-81-85.pdf?sequence=1. Acesso em: 22 ago. 2023.

FÉLIX, Aylane; DANTAS, Gislayne. Assédio a mulher no ambiente de trabalho:: uma análise sobre as formas de proteção no sistema jurídico brasileiro. *anima educação*, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/25228>. Acesso em: 21 jun. 2023.

FRANCISCO, Gildete da S. Amorim; CONDI, Jueirce Christiane Medeiros Ramos; DE CASTRO JÚNIOR, Gláucio. Tradutores-Intérpretes de Libras no contexto da educação de surdos: relação entre a conduta do profissional e aspectos linguísticos e extralinguísticos. *Percursos Linguísticos*, Vitória (ES), v. 12, n. 32, p. 32–54, 2022. DOI: 10.47456/pl.v12i31.38997. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/38997>. Acesso em: 9 jun. 2025.

GÜNTHER, Hartmut . Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/?lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2023.

GUTMANN, Matthew . O Machismo, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41518/23638>. Acesso em: 18 ago. 2023.

HENRIQUES, Ricardo . DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL: EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NA DÉCADA DE 90. *Nome do Site*. 2001. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0807.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0807.pdf). Acesso em: 13 set. 2023.

HERINGER, Rosana . Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas, 2002. Disponível em: [https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/csp/v18s0/13793.pdf](https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v18s0/13793.pdf). Acesso em: 22 nov. 2023.

HUECK, Karin. CHEGA DE FIU FIU, 2018. Disponível em: <https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/12/Olga-Projeto-Chega-de-Fiu-Fiu.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

LIEBEL, Silvia. Demonização da mulher: A construção do discurso misógino no Malleus Maleficarum, 2004. Disponível em: [https://www.academia.edu/599598/Demoniza%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_mulher\\_a\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_discurso\\_mis%C3%B3gino\\_no\\_Malleus\\_Maleficarum](https://www.academia.edu/599598/Demoniza%C3%A7%C3%A3o_da_mulher_a_constru%C3%A7%C3%A3o_do_discurso_mis%C3%B3gino_no_Malleus_Maleficarum). Acesso em: 13 jul. 2023.

MACHISMO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Palhoça, 2020. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/MACHISMO/>>. Acesso em: 25/08/2023.

PEREIRA, Patrícia. Tradutores-intérpretes de LIBRAS na Saúde: o que eles nos contam sobre questões éticas em suas práticas, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-04082015-133658/publico/PatriciaCrsitinaAndradePereiraREVISADA.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

POUPART , Jean ; DESLAURIERS , Jean; GROULX , Lionel; LAPERRIÈRE , Anne ; MAYER , Robert ; PIRES , Álvaro . A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos, 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895937/mod\\_resource/content/1/04\\_OB-JACCOUD\\_MAYER.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895937/mod_resource/content/1/04_OB-JACCOUD_MAYER.pdf). Acesso em: 06 set. 2023.

MURY, Julia; SENRA, Luciana; GEBARA, Carla. Feminicídio e Psicologia Social: apontamentos a partir de uma revisão sistemática da literatura, 2021. Disponível em: [https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/LOURENCO\\_9786589512073-1.pdf#page=61](https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/LOURENCO_9786589512073-1.pdf#page=61). Acesso em: 29 nov. 2

QUADROS, Ronice . O tradutor interprete de língua de sinais e língua portuguesa, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SANTOS, Paula; KURPEL, Denise . OBJETIFICAÇÃO DO CORPO DA MULHER: O SER-EM-SI E O OBJETO, UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79336>. Acesso em: 19 set. 2023.

SANTOS, Figueiredo Saionara. "A construção discursiva de identidade de gênero de tradutores e intérpretes de libras não heteronormativos." Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. (2019).

SANTOS, Figueiredo Saionara. "De la cabeza a los pies: Vivencias políticas y sociales de cuerpos femeninos que traducen e interpretan lenguas de señas en Brasil y Argentina. Revista Eletrônica Interfaces. v. 14, n. 3, p. 1-28, 2023.

SOUZA, Jamacy; SILVA, Érica; CAMINHA, Katiúcia; ALBUQUERQUE, Maria. ÉTICA: UMA FERRAMENTA FUNDAMENTAL NA FORMAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS, s.a. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conapesc/2019/TRABALHO\\_EV126\\_MD1\\_SA14\\_ID2377\\_17072019141317.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conapesc/2019/TRABALHO_EV126_MD1_SA14_ID2377_17072019141317.pdf). Acesso em: 04 set. 2023.

*Luz, câmera, assédio:  
ações sobre o corpo da  
tradutora no mercado  
audiovisual*

Amanda Tamires dos Santos Silva

# LUZ, CÂMERA, ASSÉDIO: AÇÕES SOBRE O CORPO DA TRADUTORA NO MERCADO AUDIOVISUAL

Amanda Tamires dos Santos Silva

## INTRODUÇÃO

Os debates sobre relações de gênero e assédio no ambiente de trabalho vêm, progressivamente, ampliando a possibilidade de problematizar as experiências vivenciadas por mulheres que diariamente têm seus corpos invadidos, seus sentimentos invalidados e suas posturas questionadas.

Considerando uma cultura social que coloca a mulher em um lugar de submissão, visualizamos que, nos setores nos quais a presença masculina é majoritária, as ações sobre o corpo feminino precisam ser constantemente exploradas, estudadas e apontadas por meio das experiências desses corpos. São falas de mulheres que diariamente são ultrapassadas por ações que permeiam seus traumas, dilemas e as colocam em barreiras sociais que podem influenciar suas relações nos diversos ambientes em que frequentam.

No mercado audiovisual, relatos são expostos na grande mídia de diversas formas, seja por produtoras, atrizes ou mulheres que nunca estiveram à frente das câmeras. A exposição de ações de assédio nesse ambiente ganha notoriedade, porém de forma frenética essas discussões são apagadas e são substituídas por questionamentos, falta de credibilidade da fala dessas mulheres que, por medo, silenciam, por descrédito, são silenciadas. E, quando ouvidas, são amplamente questionadas. O cansaço desse ciclo amplifica a importância de pensarmos em estratégias que nos

garantam, como mulheres, o acesso e permanência, seja qual for nosso papel dentro dessa teia do mercado audiovisual.

Objetivando discutir a relação existente entre tradução audiovisual acessível, o corpo da tradutora e assédio, este artigo, a partir de experiências vividas, revisita sentimentos e ações, libertando algo interno que precisa ser evidenciado como estratégia para refletirmos sobre corpos femininos em tela e em estúdios de produtoras audiovisuais. Corpos esses que, na frente das câmeras operam como canal que garante direito linguístico, mas que, por trás, sofrem as consequências de uma sociedade patriarcal alicerçada sobre a dominância e controle dos corpos de todas as mulheres.

A necessidade de escrita deste artigo surge após perceber que o tema aqui abordado não havia sido antes compartilhado com outras pessoas e que, ao realizar leituras sobre tradução e assédio, necessitava se externalizar, implicando sentimentos e escolhas no âmbito profissional. Há uma certa dualidade na escrita deste artigo, um misto de lembranças e necessidade da fala. Um entrelaçamento entre profissionalismo e angústia. Um grito cercado de reflexões cruciais para a discussão acerca do corpo feminino que traduz e que, inserido em um contexto majoritariamente masculino, precisa lidar de diversas formas com o machismo, assédios e desacreditamento de uma sociedade patriarcal, que segue deslegitimando gritos de mulheres, em diversos âmbitos, grupos, etnias e status social.

É necessária a explanação de experiências exitosas e desastrosas, para que sirvam de alerta para produtores, editores e demais profissionais inseridos no mercado audiovisual. É preciso refletir sobre nosso papel social no enfrentamento às

problemáticas que permeiam o machismo, a cultura do estupro e as diversas formas de violação do corpo feminino.

## **A TRADUÇÃO AUDIOVISUAL ACESSÍVEL E A PRESENÇA DO CORPO FEMININO: UMA RELAÇÃO CONSTANTE**

Como subárea dos Estudos da Tradução, a Tradução Audiovisual (TAV) foi utilizada, em princípio, segundo Díaz Cintas (2005), na tradução de diversas mídias audiovisuais, a saber: cinema, televisão e VHS. Nesse contexto, ficaram reconhecidas como estratégias de tradução audiovisual: a legendagem, a dublagem e o voice over.

Nesse caminho tradutório, mais recentemente surge a Tradução Audiovisual Acessível (TAVa), objetivando oportunizar acessibilidade e inclusão audiovisual para pessoas com necessidades específicas sensoriais. O termo TAVa foi abordado por Jiménez-Hurtado (2007) com a finalidade de definir as traduções direcionadas para esse público-alvo. Tais traduções consistem em Audiodescrição (AD), a Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) e a janela de tradução em línguas de sinais. Percebe-se que a tradução audiovisual acessível tem ganhado cada vez mais espaços nas mídias, seja por um trabalho de conscientização ou pela obrigatoriedade pelos editais de fomento à arte e cultura.

A Tradução e Interpretação Audiovisual da Língua de Sinais (TALS), termo proposto por Nascimento e Nogueira (2019), em substituição ao termo “Janela de Libras”, vem ganhando cada vez mais espaço nas produções audiovisuais em nosso país. Segundo os autores, “a tradução e interpretação de língua de sinais em produtos culturais audiovisuais no Brasil aparece como pauta de

discussão e luta da comunidade surda no início dos anos 2000 no centro do debate da acessibilidade.” (Nascimento e Nogueira, 2019, p. 109).

Assim como a TALS, o corpo feminino também vem galgando seu espaço em diversas áreas profissionais na sociedade, e uma delas é o mercado audiovisual. Nesse cenário, presenciamos tradutoras e intérpretes de línguas de sinais que atuam como agentes cruciais na garantia do direito social e linguístico das comunidades surdas. Por isso, precisamos observar essa crescente profissional com a devida valorização e cuidado. Cuidado no sentido de ouvir essas mulheres, entender como acontecem as ações de assédio, conscientizando o mercado sobre atitudes normalizadas, mas que seguem ferindo, traumatizando e bloqueando o desejo de estar inserida em um campo profissional promissor e necessário, onde as línguas de sinais precisam estar inseridas, onde o corpo feminino é explorado cruelmente de diversas formas.

## **A CÂMERA, A TELA E O CORPO**

No Brasil, a Lei de Acessibilidade - Lei nº 10.098/00 (Brasil, 2000) - inaugura a discussão no âmbito legal determinando que os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens deveriam adotar um “[...] plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento” (Brasil, 2000, s/p). É importante destacar que, por ser o primeiro documento com a discussão acerca da acessibilidade no audiovisual, alguns desacertos nas

escolhas terminológicas aparecem no documento (tais como: “linguagem de sinais” e “pessoa portadora de deficiência”). É importante ressaltar que esses termos, ou eram inadequados ou caíram em desuso, com estudos e publicações de diversos pesquisadores engajados nos estudos inclusivos e de línguas de sinais.

Com relação ao termo “linguagem de sinais”, é sabido que, em 2002, com a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como meio de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, com estrutura gramatical própria<sup>11</sup>. Já com relação à expressão “pessoa portadora de deficiência”, com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) (Brasil, 2015), houve a substituição por Pessoa com Deficiência.

A legislação vem contribuindo para a disseminação da Libras em diversos espaços sociais, porém ainda se percebe que, no mercado audiovisual, essa ampliação e visualização ocorre de forma tímida. E, quando ocorre diante da exigência de editais que fomentam as produções, há uma prática equivocada desde a procura e contratação de profissionais, até a execução em tela.

Desde o ano de 2005, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (ABNT, 2005), órgão responsável pela normalização técnica no Brasil, criou a NBR 15.290 que trata da acessibilidade em comunicação na televisão. O documento que permanece em uso até os dias atuais apresenta as diretrizes gerais

---

<sup>11</sup> Antes da promulgação da Lei nº 10.436/2002, diversos estudiosos já apontavam a inadequação do termo “linguagem de sinais” do ponto de vista científico e sociolinguístico, uma vez que as línguas de sinais possuem estrutura gramatical própria e devem ser reconhecidas como línguas naturais. h

para a garantia da acessibilidade na comunicação. São abordados os recursos de audiodescrição, legenda oculta e janela de Libras.

Com relação a Janela de Libras, o documento trata das características gerais, pontuando questões sobre: 1. Estúdio 2. Janela 3. Recorte 4. Requisitos para a interpretação e visualização da Libras. Contudo, não apresenta aspectos técnicos com relação à tradução da língua de sinais (Nascimento, 2017).

Em 2016, é lançado, pelo Ministério das Comunicações, o Guia (Naves et al, 2016)<sup>12</sup> para produções audiovisuais acessíveis. No que tange às orientações para elaboração da Janela/Espaço de Interpretação de Língua de Sinais, o documento visa orientar sobre questões técnicas, linguísticas e tradutórias.

Nesse sentido, o documento esclarece que a Janela de Interpretação de Língua de Sinais

é o espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e outra língua oral ou entre duas línguas de sinais, feita por Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), na qual o conteúdo de uma produção audiovisual é traduzido num quadro reservado, preferencialmente, no canto inferior esquerdo da tela, exibido simultaneamente à programação (Naves et. al. 2016, p. 15).

Pontuar os documentos mencionados é de grande relevância para que possamos entender o papel da tradutora e intérprete de línguas de sinais nesse cenário. Um papel social, profissional e que requer conhecimentos técnicos, linguísticos e culturais.

---

<sup>12</sup> <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/11463?mode=full>

Antecedendo às câmeras, existem estudos acerca do conteúdo a ser gravado. Há a procura por procedimentos técnicos da tradução, escolhas gramaticais, visuais e estéticas. Há o conhecimento conforme as formações destinadas ao profissional que atua com línguas de sinais. Há preparação física, organização da vestimenta e acessórios.

Conforme orientam Marques e Oliveira (2012), sobre a vestimenta do TILS, podemos refletir: o que acontece quando uma tradutora põe sua blusa de manga curta ou longa e sem decote aberto e se posiciona frente a uma câmera? Esse é um questionamento que abarca muitas reflexões. Afinal, diferentemente do corpo de tradutoras de línguas orais, nossos corpos ficam expostos. Dessa forma, são observados, analisados, desejados e temidos, o que pode refletir em ações opressivas (Santos, 2023).

O trabalho da tradutora e intérprete que atua com línguas de sinais é inteiramente corporal. Da cabeça aos pés estamos transmitindo comunicação, informação e culturas. Em situação de exposição intensa, diante das demandas apresentadas, é assim também que somos vistas - um corpo. São anulados nosso fazer profissional, nossos aprofundamentos formativos e nossas vontades. É assim que nosso corpo passa de comunicação para ser subjugado.

Em sua pesquisa de pós-doutoramento, Santos (2023) documenta, a partir de uma abordagem interseccional, experiências opressivas no campo da tradução e interpretação no Brasil e na Argentina, com resultados que demonstram que o corpo feminino sofre de diversas formas, com a visão construída socialmente da masculinidade e feminilidade, demonstrando ainda outros pontos de reflexões significativas.

É importante o debate a partir de uma abordagem interseccional, pois, segundo Ribeiro (2017):

A análise interseccional ressalta que as mulheres não são de todo iguais, mas se diferem em suas experiências e necessidades a depender dos grupos sociais, econômicos, raciais, étnicos ou culturais a que pertencem. Dessa forma, não pode a mulher surda e lésbica ser tomada da mesma forma que a mulher ouvinte ou heterossexual, visto que as suas peculiaridades a tornam mais vulnerável a um sistema patriarcal, lesbofóbico e ouvintista (Ribeiro, 2017, p.180).

Nesse contexto, evidenciar experiências de mulheres diversas que possuem como ponto em comum a exposição de seus corpos no ambiente de trabalho é de grande relevância para os estudos de tradução com base feminista. Podemos pontuar também a interseccionalidade existente nessa relação quando nos questionamos: Quantas de nós possuem seus corpos em foco? Quantas são silenciadas? Como expomos as violências vivenciadas? Precisamos, aqui, pontuar também as violências sofridas por tradutoras surdas que, ao procurarem por seus direitos, encontram barreiras linguísticas, diante de atendimentos conforme suas necessidades. Mulheres que pela falta de conhecimento da sociedade, e nesse caso, do mercado audiovisual, são vistas sexualmente de forma errônea: ora ingênuas, ora necessitadas. Contudo, ressaltamos que a sexualidade do indivíduo surdo se desenvolve como a de uma pessoa ouvinte (Ribeiro, 2017).

Mulheres surdas estão conquistando seus lugares no mercado de trabalho, porém também sofrem diariamente com o

machismo. Essa é uma discussão que merece atenção, pois, segundo Lamberg e Oliveira (2017):

Percebe-se que, no decorrer dos avanços das discussões de gênero e com as mudanças nas relações de trabalho, as mulheres vêm conquistando uma ampliação no mercado de trabalho, oportunizando maior visibilidade e consequente da mulher surda em espaços antes ocupados por homens em sua maioria (p.4).

Espaços como o mercado audiovisual nos levam para mais reflexões, tais como: Quantas de nós, não somos/fomos contratadas por causa de nosso corpo, sexualidade, aparência física? Em sua pesquisa, Santos (2023) evidencia a experiência de uma entrevistada, que não foi contratada, para uma determinada campanha publicitária, pois a empresa já havia anteriormente definido as roupas e tamanhos. Aqui percebemos que não foram levados em consideração a formação, conhecimentos e profissionalismo da tradutora. O corpo, mais uma vez, foi o ponto crucial para estabelecer a atuação em tela.

Outro ponto abordado por Santos (2023) está relacionado à orientação sexual de tradutoras. Quantas de nós possuem seus corpos objetificados quando (homens) sabem que nós nos relacionamos com outras mulheres? O quanto isso se agrava, quando seguimos estereótipos de feminilidade?

Todas essas questões são amplamente associadas também ao mercado audiovisual, que exerce grande papel na disseminação de estereótipos em novelas, séries, filmes e propagandas. Colocando a mulher em papel de submissão, a lésbica em papel ridicularizado, a bixessual em papel de confusão e o corpo que não atende os padrões estabelecidos em um lugar de não merecimento

do amor. Seguindo essas reflexões e apontamentos, precisamos falar dessas experiências negativas, buscando estratégias para informar, educar, problematizar e fomentar a discussão acerca do mercado de trabalho na esfera audiovisual e sua relação contra nossos corpos, no momento da gravação, nos estúdios e nas telas.

## **TRADUZINDO SENTIMENTOS ENTRE A SINALIZAÇÃO E ASSÉDIO**

Revisitar nossas histórias é sempre um desafio, alguns gatilhos são acionados, memórias vão chegando aos poucos e vamos percebendo o quão violentadas somos no percurso vivenciado em nossa sociedade, pelo simples fato de sermos mulheres. Cara leitora, aqui serão relatados episódios vivenciados no mercado audiovisual enquanto tradutora e intérprete do par linguístico Libras-português. As experiências hoje chegam como ciclos e é assim que costumo observá-los. Sempre há a esperança da não repetição, do rompimento desse ciclo, mas nem sempre isso ocorre. Contudo, precisamos dialogar sobre más experiências, partindo da ideia de que quanto mais falarmos, mais reflexões podemos proporcionar para nós e para os homens que insistem em querer controlar nossos corpos, vontades e desejos.

O início desse ciclo ocorre com um contato telefônico, e-mail, mensagem nas redes sociais ou de forma presencial, seguido por uma proposta profissional cercada de dúvidas e questionamentos sobre o fazer tradutório para a Libras. Nesse momento, o solicitante/contratante, em sua maioria homem e bem-educado, relata suas demandas, questiona sobre os procedimentos, solicita um orçamento.

O segundo contato, que pode ocorrer de forma presencial ou remota, conta com a apresentação de um portfólio profissional

e de orientações iniciais sobre a contratação do profissional de Tradução e Interpretação entre o par linguístico Libras-Português, suas demandas e valores. Tudo parece tranquilo, o valor é combinado a partir da Lista de Referência da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils)<sup>13</sup>, após debate sobre este assunto que sempre vem cercado de questionamentos. Normalmente é assim que inicia o processo de contratação para atuação em diversas demandas, ou deveria ser.

Após o contrato fechado, inicia-se o processo tradutório com o recebimento do material para estudo e escolhas tradutórias, um momento de grande relevância para o profissional da área. É importante que o material a ser traduzido seja fornecido com bastante antecedência, possibilitando ao tradutor o estudo de conceitos, informações específicas, léxico e observância de necessidades de adaptações no texto para a cultura surda (Febrapils, 2017).

Passamos por uma porta e estamos em um estúdio de gravação profissional, exigência do solicitante/contratante, que pode ser uma pessoa física ou jurídica (Febrapils, 2014). Uma sala pequena, entre computadores, filmadoras, tecidos e/ou paredes verdes e um objetivo: realizar a tradução. O contexto é a gravação de uma série de vídeos para campanha eleitoral. Aquele seria apenas o primeiro de diversos materiais traduzidos ao longo de alguns meses. Do contratante ao editor, todos possuem seu contato, fato importante para o trabalho em equipe, a não ser pelo incômodo que inicia de uma forma que não percebemos. Uma mensagem ao amanhecer, uma música compartilhada, um vídeo

---

<sup>13</sup> A lista de referências de honorários pode ser consultada em <https://febrapils.org.br/lista-de-referencia-de-honorarios/>

engraçado (ou não) sobre sua área de atuação, a oferta de caronas ao final da noite após um longo dia entre traduções e assessoria para que as traduções estejam em sintonia com os vídeos. Nesse sentido, a Febrapils (2017) recomenda a verificação do produto final.

Dentro do estúdio, com presença majoritariamente masculina, percebemos profissionalismo por parte de alguns, piadas machistas e olhares que analisam criteriosamente aspectos para além de sua posição, vestimenta ou sinalização.

Para o telespectador, segundo a NBR 15290:2005, página 9, um corpo com recorte em tamanho conforme informações a seguir:

- a) a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor;
- b) a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor;
- c) sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda oculta;
- d) quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor, deve haver continuidade na imagem da janela.

Para quem manuseia a câmera (cinegrafista), um corpo da cabeça aos pés, inteiro ao seu olhar e análise. Em movimento, focado no processo e entrega à tradução, o olhar de quem grava nos toca, de uma forma que não deveria acontecer.

Um outro momento de contato, o diretor de imagens e roteirista de uma propaganda comercial entra em contato, o vídeo não está totalmente pronto, mas há um texto. A exigência é que se grave com sua voz, para que, quando o vídeo estiver pronto, a ação possa ser realizada. O olhar não casa com a leitura, as mensagens

enviadas após a finalização do dia de trabalho demonstram isso. *“Eu olhava para sua boca mexendo enquanto eu lia, é necessário mesmo ficar seduzindo assim enquanto trabalha?”*. Essa foi a mensagem recebida naquela madrugada. Aqui, um misto de sentimentos, com relação à gravação de um material não finalizado, o que não é uma prática corriqueira dentro das experiências vivenciadas e principalmente com a postura de uma pessoa que deveria vivenciar o profissionalismo com ética.

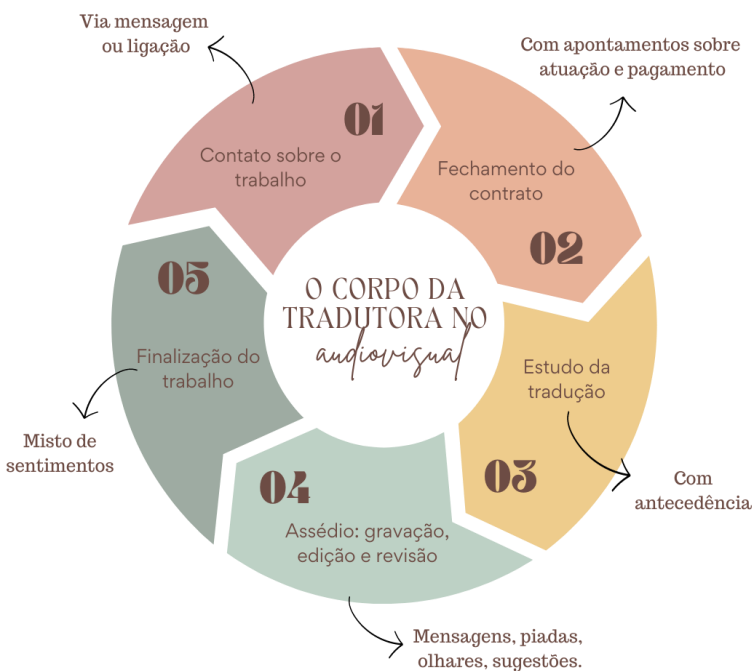
A terceira experiência condiz com a tradução de um curta-metragem. A pessoa que fez o primeiro contato, que se mostrou profissional desde o início, após algumas semanas envia mensagens com *“a equipe está amando seu trabalho, falaram que você é boa com as mãos hehehe”*, seguida com emojis que demonstram suas intenções. Não ver maldade nessas ações é inevitável, diante das piadas diárias, dos comentários que o colega tradutor ouve quando a tradutora não está perto. Quando os olhares e ações demonstram que nossa presença está destinada à tradução. Contudo, também busca-se uma certa “diversão” no controle que tentam (às vezes conseguem) ter sobre nossos corpos.

Nos contratos assinados, parece haver uma cláusula que diz que nossos corpos sinalizantes são de domínio da equipe, que podem falar e fazer o que a sociedade insiste em normalizar. A finalização do trabalho fecha esse ciclo, finalização com um misto de sentimentos, tais como: dever cumprido, libertação das ações de insistências via piadas e mensagem, gestos corporais e sugestões impertinentes e receio em fechar novos contratos com a empresa ou pessoa física que oportunizou tais experiências.

A seguir, procurou-se, a partir de uma representação visual, demonstrar a possibilidade da existência de um ciclo quando

refletimos sobre assédio contra tradutoras de línguas de sinais no cenário audiovisual. Que possamos realizar mais estudos acerca dessas ações, para que possamos comprovar ou não a existência desse ciclo.

Figura 1 - Ciclo das ações sobre o corpo da tradutora no audiovisual<sup>14</sup>



Fonte: autora (2025)

<sup>14</sup> **Descrição da imagem:** Representação de um ciclo, com círculo dividido por cores, sendo elas em tonalidades de rosa, bege e azul, com numeração de 01 a 05. Ao centro em branco o título, "O corpo da Tradutora no audiovisual." Seguindo de cima com setas que indicam algumas das ações em cada fase: 01 Contato sobre o trabalho (via mensagem ou ligação), 02 Fechamento do contrato (com apontamentos sobre atuação e pagamento), 03 Estudo da Tradução (com antecedência), 04 Assédio: gravação, edição e revisão (mensagens, piadas, olhares, sugestões) e 05 Finalização do trabalho (misto de sentimentos).

Evidenciar três experiências negativas, diante de tantas positivas, pode ser visto como uma estratégia que oportuniza às pessoas envolvidas no processo de contratação, captação, edição e demais atividades na esfera audiovisual, diversas reflexões sobre o desenvolvimento de suas atividades laborais. É preciso escrever sobre essas ações; é urgente ouvir as mulheres/tradutoras nos ambientes laborais. É para ontem que haja políticas públicas mais eficazes no combate ao assédio nesses espaços

Um espaço em nosso ambiente familiar, tecidos, paredes pintadas ou até mesmo fundos desmontáveis, tripé, iluminação e nossos equipamentos, foi assim que se deu o processo de tradução e interpretação dos profissionais que trabalham com línguas de sinais, durante o período pandêmico. O serviço mediado pelas tecnologias, diante do distanciamento social, oportunizou reflexões sobre adaptações intencionais na oferta dos serviços de tradução, o que corrobora com a entrega de materiais traduzidos para Libras produzidos com equipamentos próprios.

Sendo assim, pontuamos que esse cenário cercado de novidades, inseguranças e aprendizados colaborou, se assim podemos dizer, para um ambiente de trabalho que proporcionou mais segurança no sentido de estarmos longe de presenças que tornam nossos corpos alvos de situações constrangedoras, abusivas e controladoras. Aos poucos fomos voltando aos estúdios, pois com a pandemia do Covid-19, a Libras ganhou mais visibilidade diante das inúmeras lives musicais e acadêmicas. O mercado já tem um novo olhar para a importância das produções bilíngues; mulheres estão cada vez mais presentes em estúdios e em produções audiovisuais; nossos corpos continuam a resistir em diversos espaços da sociedade. Vai ser sempre assim.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debater, problematizar e evidenciar violências de gênero contra tradutoras no ambiente laboral é uma pauta que necessita de mais atenção. Buscou-se, neste texto, compartilhar três experiências advindas de trabalhos realizados na esfera audiovisual, ambiente majoritariamente masculino, no qual o corpo feminino é colocado em visibilidade quando o assunto é assédio, preconceito ou discriminação.

Buscou-se, com os relatos de três atuações, organizar visualmente como ocorreram as situações, a partir da construção de uma possibilidade de ciclo, diante dos relatos apresentados. Evidenciou-se que o corpo feminino está em foco, ao ser gravado, ao ser editado ao telespectador e que a sinalização pode ser vista com olhares que divergem do papel linguístico que desempenha.

Possuir espaços e equipamentos tecnológicos podem possibilitar uma fuga dos assédios ocorridos no ambiente laboral, mas aparentemente não é este o desejo das tradutoras. Precisamos refletir, discutir e exigir políticas públicas que assegurem o direito ao trabalho seguro. Precisamos de educação sexual, para que as gerações atuais e as futuras entendam seus papéis no enfrentamento à violência contra minorias em todos os espaços sociais.

Os relatos expostos não inauguram a discussão, tampouco finalizam, contudo abrem margem para que mais profissionais pesquisem, dialoguem e evidenciem situações sobre o assunto.

As reflexões aqui expostas também possibilitam ao mercado repensar as ações que desempenham sobre os diversos tipos de corpos dentro do processo midiático. Em linhas gerais, ratificamos a urgência de mais estudos, a importância da escuta de mulheres

dentro dos espaços mencionados e ações reflexivas como também políticas públicas que garantam mais segurança aos nossos corpos.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 15290: Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 08 abril. 2024.

BRASIL. Lei Nº 10.098, de 23 de março de 1994. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>>. Acesso em: 08 abril. 2024

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 08 abril. 2024.

DIAZ CINTAS, J. Audiovisual Translation Today. A question of accessibility for all. Translating Today, v. 4,2005, p. 3-5.

FEBRAPILS. Código de Conduta e Ética – FEBRAPILS –Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia intérpretes de Língua de Sinais. 2014.

FEBRAPILS. Tradução e Interpretação de e para Libras: Um guia para quem quer contratar serviços de tradução e interpretação de Libras - Língua Brasileira de Sinais. FEBRAPILS –Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia intérpretes de Língua de Sinais. 2017.

JIMENEZ-HURTADO, C. Traducción y accesibilidad: subtitulación para sordos y nuevas modalidades de traducción audiovisual. Frankfurt: Peter Lang, 2007.

LAMBERG, Doriana Tetu. OLIVEIRA, Glacielli Thaiz Souza de. Mulheres surdas e a violência de gênero . Seminário Internacional Fazendo Gênero 11&13<sup>th</sup> Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos) Florianópolis, 2017,ISSN 2179-510X

MARQUES, Rodrigo Rosso; DE OLIVEIRA, Janine Soares. a normatização de artigos acadêmicos em Libras e sua relevância como instrumento de constituição de corpus de referência para tradutores. UFSC. Santa Catarina, 2012

NASCIMENTO, V. Janelas de libras e gêneros do discurso: apontamentos para a formação e atuação de tradutores de língua de sinais. Trabalhos de linguística aplicada, vol.56, n.2, pp.461-492, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/010318138649203273941>

NASCIMENTO, Vinícius; NOGUEIRA, Tiago Coimbra. “Tradução Audiovisual e o Direito à Cultura: O Caso da Comunidade Surda”. Percursos Linguísticos. 21. 9. (2019): 105-132. Portal de Periódicos da UFES. Disponível em <http://www.periodicos.ufes.br/percursos/article/view/23740>.

NAVES, S. B.; MAUCH, C.; ALVES, S. F.; ARAÚJO, V. L. S. (Orgs.). Guia Para Produções Audiovisuais Acessíveis. Brasília: Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, 2016.

RIBEIRO, Jéssica Akemi Kawano. A lésbica-dade e a surdez. Revista Periodicus, 2017, 1.7: 179-191.

SANTOS, Saionara Figueiredo. De la cabeza a los pies: experiencias laborales de cuerpos femeninos que traducen e interpretan lenguas de señas en Brasil y Argentina. Revista Eletrônica Interfaces. Vol. 14 n. 3 (2023).

*Desafios da  
masculinidade na  
interpretação no par  
Libras-português:  
estereótipos, preconceitos e  
práticas profissionais*

Wharlley dos Santos

# DESAFIOS DA MASCULINIDADE NA INTERPRETAÇÃO NO PAR LIBRAS-PORTUGUÊS: ESTEREÓTIPOS, PRECONCEITOS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

Wharley dos Santos

## INTRODUÇÃO

A presença de mulheres na profissão de intérprete no par Libras-português (ILSP) constitui um marco histórico de resistência, consolidação e luta por reconhecimento em um campo ainda marcado por assimetrias estruturais. A atuação feminina, majoritária nesse espaço profissional, tem sido fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas de acessibilidade linguística, bem como para a valorização da mediação interlinguística e intercultural junto à comunidade surda. No entanto, a centralidade das mulheres nesse processo, ainda que merecedora de amplo reconhecimento, não deve invisibilizar outras experiências de gênero que também compõem o campo da interpretação. A atuação de homens — sejam eles cisgêneros ou transgêneros — ainda é um tema que desperta certo incômodo e, por vezes, permanece relegado a um lugar de silêncio dentro da área.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo central investigar de que maneira ILSP, que se identificam como homens cisgêneros ou transgêneros, percebem e interpretam a relação entre sua identidade de gênero e sua atuação profissional. Trata-se, portanto, de uma indagação que não pretende instaurar uma lógica comparativa ou hierarquizante entre os gêneros no exercício da profissão, mas, sim, abrir espaço para a problematização de um

tema que ainda é tratado como tabu em muitos círculos acadêmicos e profissionais. Compreender como as construções socioculturais de masculinidade operam no contexto desse tipo específico de interpretação é fundamental para ampliar a compreensão sobre as múltiplas formas de vivência e experiência profissional no campo.

A relevância desta pesquisa reside justamente na necessidade de promover um debate crítico e inclusivo sobre os marcadores sociais que atravessam a prática tradutória e interpretativa, sobretudo no que tange às dinâmicas de gênero. Ao lançar luz sobre as experiências de intérpretes homens, busca-se não apenas compreender as especificidades de suas trajetórias, mas também contribuir para a construção de um campo mais equitativo, sensível às pluralidades e comprometido com a valorização de todos os profissionais que atuam na mediação linguística.

Para desenvolver tal reflexão, este trabalho está organizado em três seções. A primeira, intitulada Gênero e trabalho, apresenta uma revisão crítica da literatura sobre os estudos de gênero aplicados às dinâmicas laborais, com ênfase na configuração das masculinidades e seus impactos sobre o mundo do trabalho. A segunda seção, O mercado de trabalho de ILSP, discute os dados disponíveis e as percepções sobre a inserção desses profissionais, destacando as relações entre gênero, visibilidade e oportunidades. A terceira seção é dedicada à Metodologia, a qual descreve a abordagem qualitativa adotada, fundamentada na aplicação de questionários online e na realização de entrevistas com profissionais que se enquadram no perfil investigado. Já na quarta seção, analisamos os dados sob a perspectiva qualitativa e, por fim, tecemos nossas considerações.

Com essa estrutura, pretende-se oferecer uma análise inicial e sensível à complexidade do tema, contribuindo para o fortalecimento das discussões sobre gênero nos Estudos da Tradução e da Interpretação (ETILS) e, mais especificamente, no campo da interpretação em interface com as línguas de sinais.

## **GÊNERO E TRABALHO: UM OLHAR PARA AS INTERSECCIONALIDADES**

Nas pesquisas acadêmicas que abordam a prática profissional do TILSP, raramente são encontradas discussões que problematizam a questão de gênero no exercício dessa profissão (Nicoloso, 2017), especialmente no que se refere à identidade de gênero dos profissionais que desempenham esse papel. O que se observa nas pesquisas, como em Dos Santos (2020, 2024), é a demarcação do gênero do profissional como um dado estatístico para qualificação de uma determinada amostra de sujeitos, sem um aprofundamento na interseccionalidade existente entre essa característica humana, a prática profissional e as relações sociais que se desdobram a partir disso. A ausência desse debate não significa, contudo, que o fator gênero seja irrelevante no contexto da Interpretação das Línguas de Sinais. Pelo contrário, compreender as dinâmicas de gênero que permeiam a atuação dos ILS é fundamental para uma análise mais ampla das relações profissionais, das expectativas sociais e dos desafios enfrentados por esses profissionais.

Estudos de gênero e estudos do trabalho são dois campos temáticos que, na história das ciências sociais no Brasil, uniram-se em uma permanente fertilização recíproca, para brincar

com os termos da metáfora sem pôr em questão a sua pertinência. Foi graças aos estudos de gênero, em sua criadora maneira de interpelar a pesquisa da sociologia brasileira do trabalho, que esta aguçou a sua capacidade interpretativa, desafiou teorias solidamente estabelecidas e teceu interlocução intensa entre acadêmicos/as e militantes, afinando o modo de captar as diferentes dimensões do seu objeto (Guimarães, 2004, p. 145).

A partir dos estudos sociológicos, observa-se um campo fértil para a investigação do impacto das relações de gênero na sociedade e conseqüentemente nas relações de trabalho envolvidas nessa sociedade (Guimarães, 2004; Neves, 2013). Já lhe adianto que, em consonância com Guedes (1995), a palavra “gênero” se torna extremamente complexa de se definir, uma vez que congrega em si múltiplos olhares bem como teorias de análise.

Primeiramente chamo sua atenção para as questões da(s) possível(is) definição (ões) de gênero, pois ultimamente observamos uma luta significativa em prol da igualdade dos gêneros como pauta de reivindicações e lutas em âmbito político. Podemos recorrer a Ferreira (1986) que, de maneira gramatical no seu sentido estrito, define-a como uma categoria identificada por desinências baseadas em sexo e associações psicológicas. Por outro lado, Theodoro (2016) nos mostra que gênero é um conceito que diz respeito aos papéis sociais, que são desempenhados, e comportamentos que culturalmente foram associados ao sexo biológico das pessoas ao nascer. Ou seja, tal conceito está relacionado às múltiplas formas que uma determinada sociedade constrói, ventila e nos ensina sobre as representações do que venha a ser “homem” e “mulher”, uma vez que as relações entre

esses gêneros são atribuídas por essa sociedade a partir de seu recorte de tempo e cultura. Nas palavras de Scott (1995):

O gênero torna-se uma maneira de indicar construções sociais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1995, p.7).

Nesse sentido, tem-se então, por categorização de gênero, a identidade de gênero que é nome dado à forma com que uma determinada pessoa se vê em relação ao seu gênero próprio, que pode ser em conformidade ao seu sexo biológico, ou seja, a partir de uma relação de cisgeneridade (Bagagli, 2018), ou ainda, em contraposição a ele, isto é, a partir de uma relação de transgeneridade (Modesto, 2013).

Dessa maneira, compreende-se que as categorias “homem” e “mulher” não são meramente determinadas por fatores biológicos, mas, sobretudo, constituídas social e culturalmente a partir de um processo contínuo de construção de identidade<sup>15</sup>. A perspectiva teórica dos estudos de gênero, especialmente nas contribuições de Butler (2002), discute a performatividade do gênero, ou seja, o fato de que as identidades de gênero não são

---

<sup>15</sup> Neste texto não se trabalhará a perspectiva de gênero a partir da não-binariedade apenas por uma questão de recorte metodológico dos dados coletados. Cabe, ainda, salientar a necessidade de pesquisas que abordam tal perspectiva para compreendermos como esse fator intersecciona a prática de profissionais ILS que apresentam, como identidade de gênero, a não-binariedade compreendida em seu aspecto vasto de configuração.

essenciais inatas, mas sim efeitos de discursos, normas e práticas reiteradas ao longo do tempo.

Assim, ser homem ou ser mulher não se reduz à conformidade com características biológicas, mas envolve um complexo sistema de expectativas sociais, valores culturais e representações históricas que moldam a experiência de cada indivíduo. No caso da masculinidade, Connell (1995) propõe o conceito de masculinidade hegemônica para descrever o modelo dominante de ser homem em uma sociedade, frequentemente associado a valores como força, racionalidade e liderança, em oposição a uma feminilidade tradicionalmente vinculada à sensibilidade, à emoção e ao cuidado, definições extremamente problemáticas, diga-se de passagem. Em suma, o que percebemos é que essas construções, de gênero, não são universais nem fixas, mas variam conforme o tempo, o espaço e os contextos socioculturais.

Na prática profissional, tais construções de gênero podem influenciar as relações interpessoais, as oportunidades de trabalho e a forma como determinados grupos são percebidos dentro de diferentes profissões. No caso dos TILSP, um campo historicamente marcado pela predominância feminina, a presença de homens pode suscitar questionamentos sobre papéis de gênero e hierarquias simbólicas.

Assim, analisar a atuação de intérpretes homens sob a ótica das construções de masculinidade permite refletir sobre possíveis desafios, estereótipos e deslocamentos que emergem dessa interseção entre identidade de gênero e prática profissional.

## O MERCADO DE TRABALHO DE ILSP

Historicamente, o campo da interpretação tem sido majoritariamente associado a mulheres, o que levanta questionamentos sobre como essa configuração influencia a inserção e a experiência de homens no exercício da profissão. A percepção do intérprete enquanto homem pode impactar tanto as relações no ambiente de trabalho, quanto a forma como seu desempenho é avaliado por pares e contratantes. Assim, ao nos debruçarmos sobre essa temática, buscamos preencher uma lacuna na literatura acadêmica ao investigar de que maneira a identidade de gênero dos intérpretes, em especial dos homens cisgêneros, dialoga com sua prática profissional, suas oportunidades no mercado de trabalho e os estereótipos que podem emergir dessa intersecção entre gênero e profissão.

Tal fato remonta aos anos 60 em que o Brasil passou a adotar uma nova metodologia para a educação de crianças surdas, denominada Comunicação Total, em substituição ao oralismo promulgado pelo Congresso de Milão de 1880. Essa abordagem defendia a utilização de todas as formas possíveis de comunicação, incluindo a oralidade, a escrita, gestos e, ainda que de maneira incipiente, a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Como destaca Poker (2011), foi nesse período que a Libras voltou a ser inserida, ainda que timidamente, no contexto escolar, o que demandou a atuação, ainda de modo não profissional, de ILSP.

Entretanto, nesse momento histórico, ainda não havia a presença sistemática de ILSP no ambiente educacional, o que fazia com que a mediação linguística das crianças surdas recaísse majoritariamente sobre suas famílias. Nesse cenário, a figura materna desempenha um papel central na construção das primeiras

interações linguísticas e na facilitação do acesso da criança surda ao mundo ao seu redor. Tal fenômeno não era casual, mas sim resultado de um contexto sociocultural que atribui às mulheres, especialmente às mães, a função de cuidadoras primárias e responsáveis pelo desenvolvimento educacional e emocional dos filhos.

A ausência de profissionais especializados na mediação entre a Libras e o Português, somada às limitações impostas pelo oralismo e pela falta de políticas educacionais inclusivas, reforçou a sobrecarga das mães como principais interlocutoras das crianças surdas. Esse cenário evidencia não apenas a negligência histórica em relação à acessibilidade linguística das pessoas surdas, mas também a interseção entre gênero e cuidado na esfera da educação, um fator que precisa ser analisado sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar.

Avançando no tempo, chegamos às décadas de 1980 e 1990 (Quadros, 2007), período em que a atuação do ILSP começa a se consolidar, ainda que de maneira informal e *ad hoc*, sobretudo em contextos religiosos. As instituições religiosas desempenharam um papel fundamental na formação inicial de intérpretes, uma vez que tinham a preocupação de garantir acessibilidade às pessoas surdas em cultos e celebrações. No entanto, essas instituições também possuíam diretrizes rígidas sobre gênero e comportamento, frequentemente embasadas em interpretações de textos sagrados, os quais, por não serem o foco desta análise, não serão aqui discutidos.

Nesse contexto, se observa que a participação feminina na profissão foi significativamente mais expressiva do que a masculina. Muitos homens evitavam se envolver com a interpretação de Libras nos cultos e cerimônias religiosas, pois

temiam que a performatividade da língua de sinais, marcada por expressões faciais e corporais intensas, fosse percebida como feminina demais. A construção social da masculinidade, alicerçada em uma visão tradicional que associa a virilidade à contenção emocional e à rigidez corporal, fez com que poucos homens se aventurassem na profissão, por receio de serem estereotipados ou de terem sua identidade de gênero questionada.

A experiência pessoal de indivíduos que, como eu, vêm de um espaço religioso de formação evidencia essa realidade de maneira concreta. Como homem cisgênero que por quase 20 anos atua profissionalmente como ILSP, vivenciamos de forma direta os desafios impostos pelos estereótipos de gênero na prática profissional. Em diversas ocasiões, fui alvo de comentários maldosos, pejorativos e depreciativos, que sugeriam que a interpretação de Libras não era uma profissão adequada para um homem. Esse tipo de discurso reflete uma questão mais ampla: até que ponto o gênero influencia a escolha profissional e a aceitação de determinados profissionais em seus respectivos campos de atuação?

Souza (2015), em seu trabalho intitulado *Gênero e Escolha Profissional*, argumenta que a escolha de uma profissão faz parte de um processo de desenvolvimento humano, ocorrendo, em geral, na adolescência. Esse período, marcado por transformações físicas e intelectuais, é também um momento crucial para a construção da identidade profissional. Nesse processo, os modelos internalizados pelo indivíduo – influenciados pela família, pelos professores e pelas demandas sociais e culturais – impactam diretamente suas escolhas profissionais. Como resultado, profissões historicamente associadas a um determinado gênero tendem a reproduzir esse

padrão ao longo do tempo, dificultando a inserção de grupos que fogem à norma estabelecida, como destaca Souza (2015).

Além disso, a disparidade de gênero na profissão de TILSP também pode ser analisada a partir de fatores estruturais, como demonstra Nicoloso (2017).

Atualmente as discussões sobre identidade de gênero permeiam praticamente todas as instâncias sociais, podendo citar as classes políticas, familiares, religiosas, educacionais e profissionais. Nesse sentido, é válido dialogar sobre questões de gênero no âmbito do trabalho de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras) levando em consideração a polêmica neutralidade/invisibilidade dos/das intérpretes e suas subjetividades (Nicoloso, 2017, p.1).

A autora destaca um desequilíbrio significativo na composição da categoria profissional, com uma predominância expressiva de mulheres, o que pode estar relacionado a aspectos como baixos salários, falta de reconhecimento profissional e desvalorização da profissão em uma sociedade que ainda negligencia a importância do trabalho dos intérpretes. Argumentam, ainda, que a desigualdade salarial está intrinsecamente ligada à diversidade de gênero, uma vez que profissões ocupadas majoritariamente por mulheres tendem a ser menos valorizadas financeiramente. Dessa forma, a histórica predominância feminina na área da interpretação de Libras pode ser tanto um reflexo quanto um fator determinante para a manutenção desse cenário de desvalorização.

Diante desse contexto, torna-se essencial ampliar a discussão sobre gênero e profissionalização na área de tradução e

interpretação de língua de sinais, problematizando não apenas a inserção de homens no campo, mas também as implicações sociais, culturais e econômicas dessa configuração. Compreender como essas dinâmicas se estruturam permite refletir sobre possíveis estratégias para promover maior equidade na profissão, garantindo que o acesso e o reconhecimento sejam pautados na competência profissional, e não em estereótipos de gênero.

A primeira vez que essa temática nos atravessou foi a partir de uma declaração controversa proferida por um profissional TILSP, aparentemente um homem cisgênero, cuja fala, supostamente desprovida de reflexão crítica, trouxe à tona uma questão sensível dentro da profissão: “Homens, exercitem a masculinidade de vocês. Até sua sinalização vai refletir se você tem uma sinalização afeminada ou masculina. No caso de homens héteros!” (Oliveira, 2021, s/p)<sup>16</sup>.

Essa afirmação não apenas reforça uma concepção binária e estereotipada da linguagem, mas também sugere, de forma problemática, que a sinalização em Libras pode – e deve – refletir construções normativas de gênero, delimitando comportamentos esperados para homens e mulheres. Tal perspectiva ignora a complexidade da língua de sinais que é uma manifestação linguística natural, e não uma performance rigidamente atrelada à masculinidade ou feminilidade. Além disso, ao enfatizar a necessidade de uma “sinalização masculina”, a declaração parece invisibilizar a diversidade de expressões dentro da comunidade de

---

<sup>16</sup> A citação também foi base para o episódio 9 do podcast *De Tédio o Intérprete não morre* sob o título *Sinalizar em Libras fere sua masculinidade*, apresentado pelo Dr. Wharley dos Santos no âmbito da Academia Tradós. Disponível em <https://open.spotify.com/show/7wp3Yw8dYOJAirNDYDjr9>.

intérpretes, criando uma hierarquia implícita em que determinados estilos de sinalização seriam mais adequados do que outros.

Essa fala, além de revelar o impacto das normas de gênero no exercício da profissão, também reflete um discurso normativo que pode reforçar preconceitos e excluir profissionais que não se encaixam nos padrões hegemônicos de masculinidade. A imposição de um ideal masculino na interpretação de Libras não apenas desconsidera a multiplicidade de expressões individuais, mas também cria um ambiente que pode ser hostil para aqueles que fogem a esses padrões.

Dessa forma, a problematização dessa fala se torna necessária para questionar até que ponto a profissão ainda carrega resquícios de discursos excludentes, que podem restringir a liberdade de atuação dos profissionais e, em última instância, comprometer a qualidade da interpretação. Afinal, os conhecimentos, habilidades e atitudes de um profissional não devem ser medidos por sua adequação a normas de gênero, mas sim por sua prática.

## **PERCURSOS METODOLÓGICOS: PILARES DESTA PESQUISA**

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em um levantamento de dados por meio de questionários online e entrevistas, estratégia amplamente utilizada nos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS), conforme demonstram trabalhos como os de Lacerda e Gurgel (2011), Oliveira (2018) e Pimentel (2020). A opção metodológica visa compreender as percepções e experiências de ILSP homens cisgênero ou transgênero no contexto profissional,

explorando como as construções de masculinidade influenciam sua atuação na interpretação no par Libras-português.

De acordo com Fonseca (2002), o levantamento de dados pode ser realizado por meio de duas abordagens principais: amostral ou censitária. O presente estudo se insere na primeira categoria, uma vez que os participantes foram selecionados a partir de critérios previamente estabelecidos, buscando abranger intérpretes homens cisgêneros que atuam na área, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Tal escolha se justifica pela necessidade de coletar dados representativos sobre a temática, sem a exigência de um censo populacional, que envolveria toda a comunidade de intérpretes no Brasil.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado com duas seções a saber: a primeira voltada à identificação profissional do participante e a segunda voltada para a temática em questão. Com um total de dez perguntas, composto por questões de verdadeiro ou falso, questões fechadas de múltipla escolha e perguntas abertas, conforme indicado por Gil (2007) para estudos descritivos. Os estudos descritivos, segundo o autor, são amplamente utilizados em pesquisas de opinião e atitudes, possibilitando a obtenção de dados que refletem percepções individuais e coletivas sobre um fenômeno social. Além disso, as entrevistas semiestruturadas foram empregadas para aprofundar as respostas obtidas, permitindo a análise de narrativas pessoais e da complexidade das experiências dos participantes.

Entre as vantagens da escolha metodológica, destacam-se a possibilidade de acesso direto às experiências dos intérpretes, a economia e rapidez na coleta de dados, bem como a organização

dos resultados em quadros e categorias analíticas que possibilitam uma maior riqueza interpretativa dos dados (Fonseca, 2002). A combinação de questionários e entrevistas permite tanto a identificação de padrões nas respostas, quanto a captação de nuances discursivas que enriquecem a análise qualitativa.

Os dados foram coletados a partir do compartilhamento do formulário online em grupo de mensageria intitulado *TILSP Brasil*, que possui 1.024 membros e congrega profissionais de todas as unidades federativas no prazo de 01 de fevereiro a 30 de março de 2025.

## **NOSSOS ACHADOS DESTA PESQUISA<sup>17</sup>**

Nesta pesquisa, participaram 27 sujeitos, todos se identificando com homens autodeclarados como cisgêneros. Esse dado, apesar de relevante para a compreensão da dinâmica da relação entre identidade de gênero e atuação profissional desses indivíduos, revela simultaneamente uma lacuna crítica, decorrente da ausência de participantes transgêneros.

A não presença de intérpretes transgêneros entre os participantes não devem ser compreendida apenas como uma circunstância metodológica, mas como um reflexo de dinâmicas sociais mais amplas, associadas à invisibilidade e exclusão estrutural que ainda recaem sobre esses profissionais. Tal cenário levanta questionamentos importantes acerca da abrangência e da

---

<sup>17</sup> Os dados aqui apresentados foram compilados e tratados numérica e estatisticamente, a partir das respostas do questionário estruturado aplicado, por ferramenta de inteligência artificial (Chat-GPT4), seguindo os parâmetros éticos estipulados pelo Relatório Técnico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ISO/IEC TR24027 DE 04/2024, com o único intuito de facilitar sua apresentação ao leitor.

representatividade das investigações realizadas no campo dos ETILS apontando para a necessidade de maior sensibilidade metodológica, exatamente o que nos faltou ao recortar tais sujeitos da amostra, e crítica na realização de pesquisas futuras.

O fato de profissionais transgêneros não figurarem nesta e em outras pesquisas evidencia não somente um potencial desconhecimento por parte da academia sobre suas trajetórias e experiências profissionais, como também reflete barreiras estruturais que podem dificultar ou impedir o acesso desses intérpretes ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, sua participação ativa em investigações acadêmicas. Portanto, faz-se necessário um posicionamento crítico por parte da comunidade científica sobre a inclusão ativa e deliberada de intérpretes transgêneros em futuras pesquisas.

Um outro fator que nos chamou atenção foi a baixa participação numérica de profissionais, apesar dos reiterados esforços de divulgação e insistência para o preenchimento do formulário anônimo. Tal fato revela um ponto crítico significativo que merece atenção no âmbito acadêmico e profissional. Embora o anonimato seja frequentemente utilizado como estratégia metodológica para garantir segurança e estimular o engajamento, observa-se que, neste caso específico, não foi suficiente para promover uma adesão representativa por parte da comunidade profissional.

Podemos hipotetizar que alguns fatores tenham influenciado esse baixo retorno. Primeiramente, é possível considerar que o tema investigado — identidade de gênero, orientação sexual e sua relação com a prática profissional — possa ter gerado resistência ou desconforto entre os profissionais, especialmente pelo caráter ainda delicado e, muitas vezes, tabu

associado a questões relacionadas à masculinidade e à diversidade sexual dentro da categoria profissional. A relutância em abordar questões pessoais, mesmo sob anonimato, pode refletir receios ligados à exposição indireta ou ao desconforto com reflexões profundas sobre aspectos que impactam diretamente sua identidade social e profissional.

Outro fator plausível está relacionado à dinâmica da própria comunidade profissional, caracterizada por redes relativamente pequenas e, em certos contextos, marcadas por relações interpessoais estreitas. Nesse cenário, o receio de que respostas, mesmo anônimas, possam ser indiretamente reconhecidas pode ter desestimulado a participação mais ampla. Ademais, é possível, uma vez que recebemos uma mensagem nesse sentido, que exista um desgaste ou cansaço dos profissionais diante de solicitações frequentes de participação em pesquisas acadêmicas que não resultam necessariamente em benefícios claros ou imediatos para sua atuação profissional.

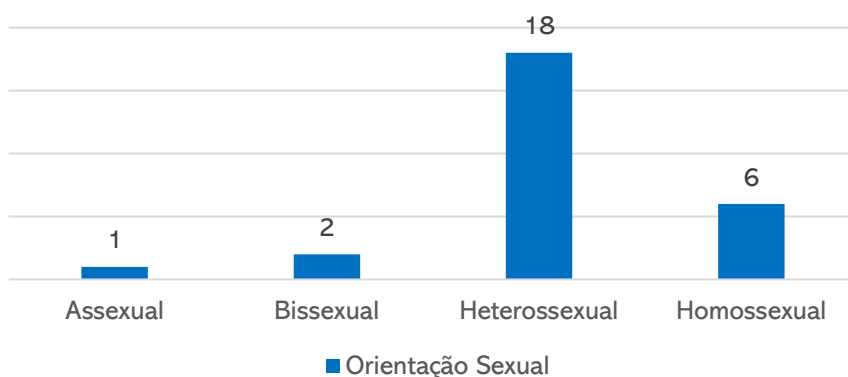
É importante também reconhecer uma possível saturação ou distanciamento em relação às pesquisas acadêmicas que não dialogam de maneira direta e prática com as necessidades cotidianas desses profissionais, o que poderia gerar uma percepção de irrelevância ou baixo impacto dos resultados obtidos. Dessa forma, é fundamental repensar estratégias de sensibilização e esclarecimento sobre a importância das pesquisas acadêmicas para a comunidade profissional, buscando demonstrar claramente seus benefícios potenciais e concretos.

Dessa forma, recomendamos, para futuros trabalhos acadêmicos nesse campo, uma reflexão profunda sobre as estratégias metodológicas e comunicacionais adotadas, bem como uma aproximação mais efetiva junto à comunidade profissional.

Somente assim será possível minimizar resistências e ampliar significativamente o engajamento e a representatividade dos participantes nas pesquisas voltadas ao campo dos ETILs.

Em relação à orientação sexual, os dados mostram a predominância de ILSP heterossexuais conforme gráfico (1) abaixo.

Gráfico 1 - Orientação Sexual dos sujeitos desta pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Considerando os dados coletados sobre a orientação sexual dos participantes desta pesquisa, obteve-se a seguinte distribuição estatística: dentre os 27 intérpretes participantes, 19 se identificaram como heterossexuais, representando cerca de 70,4% da amostra; 6 participantes se declararam homossexuais, o que corresponde a aproximadamente 22,2%; já os participantes bissexuais totalizaram 2 respostas, o equivalente a aproximadamente 7,4%, enquanto apenas 1 participante se identificou como assexual, representando 3,7%.

Esses resultados revelam uma predominância significativa de indivíduos heterossexuais entre os intérpretes participantes desta pesquisa, seguida por uma presença considerável de

profissionais homossexuais. A existência, ainda que minoritária, de participantes bissexuais e assexuais sugere uma diversidade real, embora em menor proporção, dentro do grupo investigado.

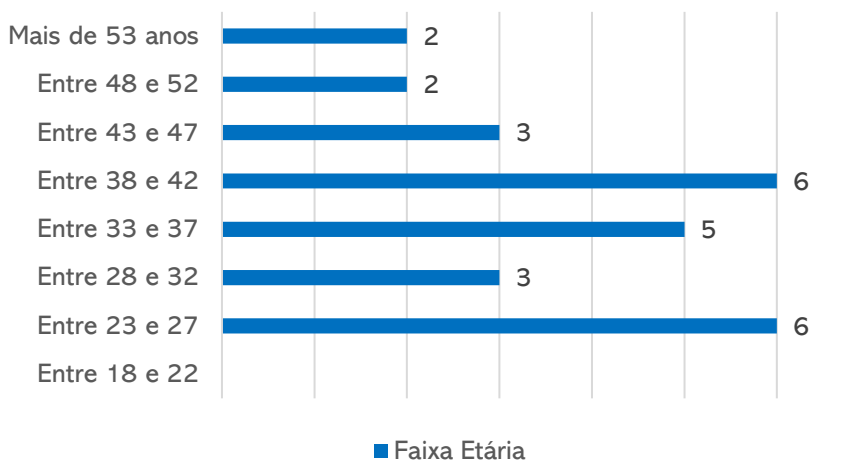
A configuração desses dados merece uma análise crítica quanto à representatividade e à diversidade presente no campo profissional de interpretação Libras-português. A elevada participação de intérpretes heterossexuais pode indicar uma tendência à normatividade social e estrutural da profissão, que reflete, em certa medida, padrões majoritários presentes na sociedade como um todo. Contudo, a significativa presença de participantes homossexuais (22,2%), maior do que em contextos profissionais tradicionalmente investigados em outros estudos, sugere uma abertura específica ou um contexto de maior visibilidade e acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+ dentro desse segmento profissional específico.

Todavia, o reduzido número de profissionais que se identificam como bissexuais e assexuais reforça a necessidade de promover debates inclusivos e políticas afirmativas que garantam ambientes seguros e acolhedores para todas as orientações sexuais. A visibilidade dessas minorias sexuais é fundamental para o entendimento completo e realista do campo, bem como para a criação de estratégias que visem reduzir possíveis preconceitos, discriminações ou invisibilizações desses indivíduos no mercado de trabalho.

O próximo dado que foi analisado é a faixa etária desses profissionais. Em nossa amostra, verificamos que duas faixas etárias, especificamente aquelas compreendidas entre 23 e 27 anos e entre 38 e 42 anos, concentram o maior número de respondentes como detalhado abaixo, no gráfico (2).

Observamos, então, que a faixa compreendida entre 23 a 27 e entre 38 e 42 anos representa aproximadamente 22,2% do total da amostra, com 6 intérpretes em cada categoria. Em seguida, destacam-se aqueles com idades entre 33 e 37 anos, contabilizando 5 intérpretes, o que corresponde a 18,5% dos participantes.

Gráfico 2 - Faixa etária dos sujeitos desta pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Os intérpretes que têm idades entre 28 e 32 anos, assim como os que possuem entre 43 e 47 anos, constituem categorias intermediárias, cada uma contando com 3 intérpretes, representando respectivamente 11,1% da amostra. Já as faixas etárias superiores apresentaram menor número de participantes: tanto o grupo situado entre 48 e 52 anos quanto aqueles com idade superior a 53 anos contam com apenas 2 intérpretes cada, correspondendo a 7,4% por faixa.

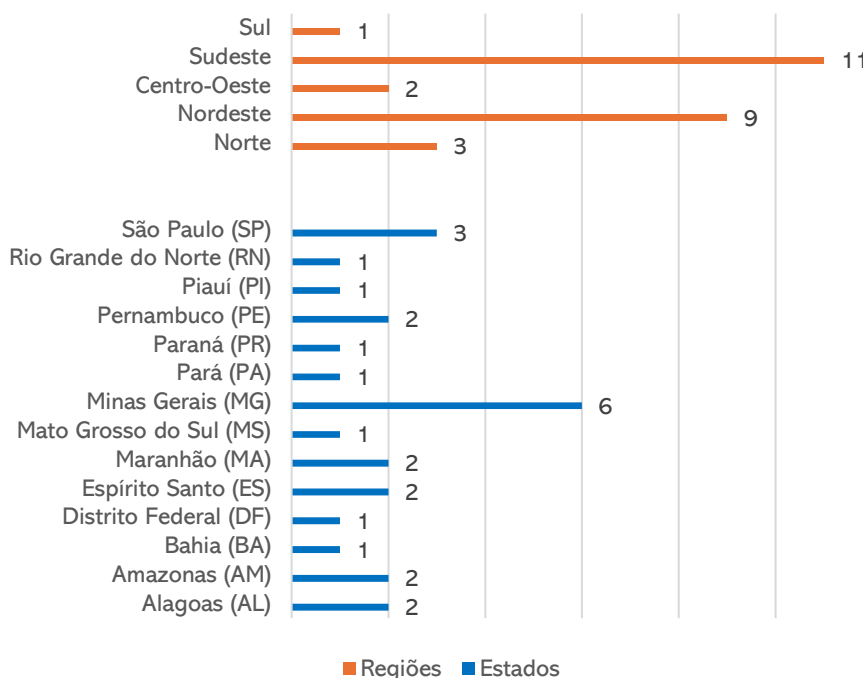
Essa composição etária da amostra permite uma reflexão sobre o perfil geracional e profissional dos intérpretes do par Libras-português na atualidade. A expressiva participação de profissionais mais jovens, situada entre 23 e 27 anos, pode indicar um recente interesse e expansão da profissão, possivelmente impulsionada por iniciativas de visibilidade e políticas públicas que têm reconhecido cada vez mais o papel dos intérpretes no campo da acessibilidade linguística. Por outro lado, a significativa presença de profissionais entre 38 e 42 anos demonstra que há um grupo de intérpretes consolidado na profissão, possivelmente já estabilizado em suas carreiras e contribuindo ativamente para o fortalecimento do campo profissional.

A reduzida representação das faixas etárias superiores, especialmente entre os intérpretes com mais de 48 anos, sugere possíveis aspectos históricos e contextuais da profissão, uma vez que o reconhecimento institucional e formalização do mercado de interpretação Libras-português constituem fenômenos relativamente recentes. Tal constatação também levanta questionamentos quanto à permanência e estabilidade dos profissionais mais velhos nesse mercado, possivelmente afetados por condições de trabalho, desafios financeiros e instabilidades contratuais, aspectos que merecem investigação aprofundada em futuras pesquisas.

Nesse sentido, a faixa etária se apresenta como um relevante marcador profissional e geracional, capaz de influenciar diretamente as percepções individuais e coletivas dos intérpretes sobre o mercado de trabalho, oportunidades profissionais e suas próprias trajetórias de atuação. Destacamos, portanto, a necessidade de futuras investigações que explorem de maneira mais aprofundada as relações entre idade, experiência profissional

e inserção no mercado de trabalho, proporcionando uma compreensão mais detalhada e consistente das dinâmicas geracionais na profissão de intérprete de Libras-português.

Gráfico 3 - Dispersão geográfica dos sujeitos desta pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Quanto à representação geográfica dos participantes nesta pesquisa, em uma grata surpresa, nossa amostra apresenta significativa dispersão territorial entre os estados brasileiros. Em termos quantitativos, Minas Gerais apresenta maior representação, somando 6 participantes, o que equivale a aproximadamente 22,2% da amostra total. Logo após, aparecem os estados de São Paulo e Alagoas, com 3 e 2 intérpretes respectivamente. Também o Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco e Amazonas contam com

2 participantes cada, configurando uma representatividade intermediária. Os estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Piauí, Pará e Bahia possuem representação pontual, cada um com apenas 1 participante, correspondendo a 3,7% por estado.

Ao analisarmos esses dados sob uma perspectiva regional, verifica-se uma participação bastante diversificada entre as regiões brasileiras, com certa predominância das regiões Sudeste e Nordeste, embora com uma considerável representatividade também das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, ainda que pontualmente. A predominância do Sudeste é explicada principalmente pela forte presença de Minas Gerais e São Paulo, estados tradicionalmente reconhecidos por sua concentração de profissionais e instituições formadoras de intérpretes.

A diversidade geográfica presente nesta amostra pode indicar avanços importantes na descentralização das atividades de interpretação no país, refletindo um cenário de maior abrangência e capilaridade da atuação profissional. Entretanto, há que se reconhecer também uma limitação crítica nesta representatividade geográfica. A ausência de participantes de estados tradicionalmente relevantes no contexto da acessibilidade linguística, tais como Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por exemplo, aponta para um potencial limitação nos processos de recrutamento e divulgação da pesquisa.

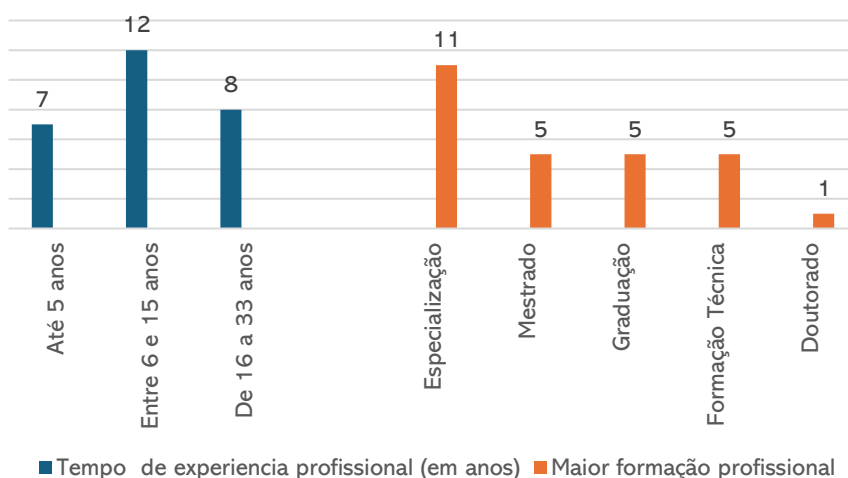
Tal ausência pode ser decorrente de diversos fatores, dentre os quais se destaca possivelmente as limitações de alcance das estratégias de divulgação do instrumento de coleta de dados, restrições nas redes profissionais utilizadas para disseminação, ou ainda a existência de múltiplas demandas por pesquisas

simultâneas, causando fadiga entre profissionais que recebem repetidamente solicitações semelhantes.

Diante dessa constatação, se torna necessária a implementação de estratégias metodológicas futuras que ampliem a abrangência geográfica das pesquisas no campo da interpretação Libras-português. Isso permitiria não apenas uma maior representatividade nacional nas amostras obtidas, mas também uma compreensão mais profunda e equilibrada das especificidades regionais que influenciam diretamente as dinâmicas profissionais, culturais e sociais dos intérpretes brasileiros.

Os dados relativos ao tempo de atuação profissional e à formação acadêmica mais elevada dos 27 intérpretes participantes desta pesquisa revelam um cenário bastante diversificado, tanto em relação à experiência, quanto ao percurso educacional desses profissionais.

Gráfico 4 - Tempo de experiência versus maior formação acadêmica dos sujeitos



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

No que diz respeito ao tempo de atuação, a amostra analisada apresenta ampla variação, situando-se entre 2 e 33 anos de experiência.

É possível identificar três categorias principais de experiência profissional: um grupo inicial, formado por 7 intérpretes com até 5 anos de atuação, representando aproximadamente 25,9% da amostra; um grupo intermediário, que concentra o maior número de participantes (12 intérpretes, cerca de 44,4%), com experiência entre 6 e 15 anos; e um terceiro grupo composto por 8 intérpretes com longa trajetória profissional, entre 16 e 33 anos de atuação (29,6% da amostra). Esses dados sugerem uma composição profissional bastante equilibrada entre iniciantes, intermediários e experientes, refletindo tanto o crescimento recente da profissão quanto sua consolidação histórica.

Quanto ao nível acadêmico máximo alcançado pelos participantes, observa-se igualmente uma heterogeneidade expressiva: a especialização predomina, com 11 intérpretes (40,7%); mestrado, graduação e formação técnica apresentam um equilíbrio numérico, contando com 5 intérpretes cada (18,5% para cada categoria), enquanto apenas 1 intérprete possui doutorado (3,7%). Esse cenário evidencia que, apesar da presença significativa de profissionais com especialização ou mestrado, parte expressiva dos intérpretes ainda atua com formação acadêmica de nível técnico ou graduação, sugerindo que a prática profissional nem sempre esteve condicionada ao nível acadêmico mais elevado, especialmente considerando profissionais com trajetórias mais extensas.

Ao se estabelecer uma comparação entre o tempo de atuação e a formação acadêmica máxima, verifica-se que não há

uma relação linear entre experiência profissional e grau acadêmico alcançado. Profissionais com mais de 20 anos de experiência, por exemplo, exibem perfis acadêmicos diversos, que variam desde graduação e especialização até o nível de doutorado. Isso possivelmente reflete um contexto histórico no qual o ingresso e a permanência na profissão não exigiam obrigatoriamente níveis avançados de formação acadêmica, dando espaço a percursos de aprendizagem mais informais ou fortemente pautados na experiência prática cotidiana.

Em contrapartida, entre os profissionais com menor tempo de atuação (até 5 anos), também é possível notar diversidade acadêmica, incluindo especialização e mestrado, fato que sugere uma mudança recente nas exigências do mercado, com uma tendência de valorização crescente da formação acadêmica especializada e avançada como diferencial competitivo e profissional.

Diante dessas observações, destaca-se a necessidade de aprofundar o entendimento sobre o impacto dessas trajetórias acadêmicas diferenciadas na atuação profissional, especialmente em um contexto em que a valorização da formação formal tende a se tornar progressivamente mais determinante.

Passando para a análise qualitativa das respostas coletadas no formulário, perguntamos aos nossos participantes se eles concordavam ou não com a seguinte afirmativa: *Acredito que a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais é majoritariamente associada a mulheres pela sociedade.* Essa indagação buscou investigar, sob uma perspectiva qualitativa, as percepções e representações sociais que os profissionais possuem sobre a relação entre gênero e sua atuação profissional. Por meio das respostas obtidas, foi possível identificar tendências

discursivas que abordam elementos históricos, culturais e sociais acerca da associação feminina da profissão.

De maneira geral, as respostas destacaram que há uma predominância histórica e simbólica de mulheres na profissão, associando essa realidade às origens da profissão em contextos religiosos e educacionais, frequentemente ligados a papéis de voluntariado e cuidado, tradicionalmente atribuídos às mulheres. Além disso, foi mencionada a associação do uso corporal e expressivo da língua de sinais a características consideradas femininas, fator que gera estereótipos e preconceitos que podem impactar homens intérpretes, sobretudo quanto à sua orientação sexual ou à adequação social a padrões hegemônicos de masculinidade.

Alguns participantes, entretanto, apontaram mudanças recentes na composição de gênero da profissão, indicando uma maior presença masculina e defendendo que a competência profissional deve prevalecer sobre questões de gênero. Todavia, mesmo reconhecendo essa transformação gradual, muitos ressaltaram que ainda permanecem barreiras simbólicas e sociais que afetam especialmente os intérpretes homens.

Diante disso, as respostas coletadas evidenciam que a questão de gênero permanece relevante e complexa na profissão, indicando a necessidade de aprofundamento em futuras investigações acadêmicas sobre o tema, especialmente para compreender melhor as dinâmicas sociais e culturais que moldam as percepções e as experiências dos intérpretes no par Libras-português.

A segunda questão apresentada aos participantes foi: *Já me senti deslocado ou questionado em algum ambiente profissional por ser um homem atuando como Tradutor e Intérprete de Língua*

*de Sinais*. Tal afirmativa buscou investigar qualitativamente se eles já haviam vivenciado situações de deslocamento ou questionamento profissional em função de sua identidade de gênero masculina, ao exercerem a profissão de ILSP. As respostas demonstram percepções bastante variadas, com tendências discursivas importantes de serem destacadas.

Inicialmente, observamos que, dentre os 27 respondentes, 11 intérpretes afirmaram já terem se sentido deslocados ou questionados em ambientes profissionais devido ao seu gênero, enquanto 16 relataram não terem vivenciado situações desse tipo. Esses números, embora indiquem uma prevalência de experiências positivas ou neutras, não eliminam a relevância das vivências negativas, que emergem de modo significativo nas justificativas qualitativas dadas à afirmativa.

Entre aqueles que afirmaram nunca ter enfrentado situações desconfortáveis ou discriminatórias por serem homens, a argumentação principal está relacionada à ausência de questionamentos explícitos sobre gênero em suas trajetórias, bem como à percepção de que, nesses contextos, a competência profissional prevaleceu sobre as questões de identidade de gênero. Esses participantes reforçam um discurso de normalização e aceitação da diversidade de gênero na profissão, enfatizando um suposto predomínio da postura profissional sobre a identidade social.

Por outro lado, aqueles que relataram ter se sentido deslocados ou questionados trouxeram à tona justificativas mais complexas, evidenciando contextos em que a identidade masculina gerou dificuldades ou resistências. Destacamos especialmente três contextos específicos: o ambiente educacional, o contexto religioso e a interpretação em espaços íntimos ou sensíveis (como consultas

médicas ginecológicas). Nos contextos educacionais e religiosos, os participantes mencionaram uma desconfiança explícita em relação aos homens, especialmente quando lidando com crianças e adolescentes ou em ambientes religiosos que tradicionalmente associam a interpretação em Libras às mulheres, percebendo o homem-intérprete como inadequado ou potencialmente suspeito. Um caso específico relatado detalha situações graves, com acusações infundadas e constrangimentos explícitos que quase levaram ao abandono da profissão por parte do participante.

Além disso, chama atenção a referência a estereótipos sociais, incluindo a interpretação de músicas, mencionada como um espaço percebido inicialmente pelo profissional como feminino devido à expressividade corporal exigida. Contudo, essa percepção foi superada ao observar outros intérpretes masculinos, indicando uma possível mudança ou desconstrução gradual de preconceitos internos à própria categoria.

Por fim, uma das justificativas destaca que contextos jurídicos e policiais, ao contrário, parecem privilegiar ou valorizar mais os intérpretes homens, fato esse corroborado por Dos Santos (2024), percebidos socialmente como mais aptos para lidar com situações de conflito ou emocionalmente difíceis. Esse fato revela uma construção social de gênero bastante complexa, na qual homens são considerados inadequados para certos espaços considerados femininos (cuidado, Educação Infantil, ambientes religiosos), mas altamente apropriados para outros espaços de mediação considerados mais masculinos (jurídico, policial).

Essas respostas indicam que, embora haja avanços significativos na aceitação da diversidade de gênero dentro da profissão, ainda persistem barreiras simbólicas e preconceitos profundos que influenciam a atuação cotidiana dos intérpretes

homens, especialmente em contextos específicos. Assim, torna-se evidente a necessidade urgente de promover diálogos e reflexões críticas no campo profissional e acadêmico, buscando não apenas combater preconceitos sociais e internos à categoria, mas também construir ambientes profissionais seguros, éticos e respeitosos para todos os intérpretes, independentemente do gênero.

A terceira questão qualitativa desta pesquisa indagou aos participantes: *Você acredita que a predominância feminina na profissão influencia a forma como intérpretes homens são vistos no mercado?* As respostas obtidas demonstraram posicionamentos diversos entre os 27 intérpretes investigados, configurando o seguinte cenário estatístico e argumentativo. Do total de participantes, 10 afirmaram que há um impacto significativo, 7 disseram que há um impacto sutil, 8 responderam que a predominância feminina não interfere e 2 alegaram que não há impacto perceptível.

Analisando qualitativamente as justificativas, observa-se que aqueles participantes que mencionaram um impacto significativo argumentam que a forte presença feminina gera um imaginário social ligado a características de cuidado, acolhimento e empatia, ainda que tais características não sejam, necessariamente, exigidas pelo trabalho tradutório. Essas associações sociais geram, segundo os participantes, expectativas distintas sobre intérpretes homens, que podem ser vistos como inadequados, deslocados ou mesmo suspeitos em determinados contextos, especialmente educacionais, religiosos e artísticos, devido ao uso expressivo e corporal exigido pela língua de sinais. Um ponto ressaltado é que homens que não correspondem aos padrões tradicionais de masculinidade podem enfrentar maiores barreiras profissionais.

Já os que percebem um impacto sutil reconhecem que a presença feminina predominante cria algumas expectativas sociais discretas, mas consideram que tais expectativas não chegam a ser suficientemente intensas para afetar significativamente as oportunidades profissionais. Esses participantes destacam que, apesar das expectativas de gênero existentes, o desempenho profissional técnico costuma prevalecer na maior parte dos contextos de trabalho.

Por outro lado, aqueles que argumentaram que não há interferência ou impacto perceptível ressaltaram que o gênero não é considerado um fator relevante para a profissão, enfatizando que nunca vivenciaram situações de preconceito explícito relacionadas ao fato de serem homens. Para esse grupo, o mercado estaria aberto igualmente a todos, independente do gênero.

Chama atenção, entretanto, uma resposta específica que sugere um paradoxo no momento atual, indicando que, apesar da persistência de certos estereótipos e expectativas sociais, a ampliação recente da visibilidade da Libras tem contribuído para diluir parte desse impacto, tornando-o menos intenso do que décadas atrás.

Esses achados qualitativos evidenciam que, embora haja um número expressivo de profissionais que não percebem ou minimizam o impacto das questões de gênero, as percepções de impacto significativo ou sutil demonstram claramente que a predominância feminina ainda exerce influência sobre como os intérpretes homens são percebidos socialmente e profissionalmente. Isso sugere a necessidade contínua de se discutir, refletir e debater criticamente as questões de gênero na profissão, visando promover um ambiente mais equitativo e

consciente quanto às implicações dessas percepções na prática profissional dos intérpretes de Libras-português.

A quarta questão qualitativa analisada nesta pesquisa buscou compreender se os participantes já haviam percebido diferenças de tratamento entre intérpretes homens e mulheres no ambiente profissional. A pergunta proposta foi a seguinte: *Você já percebeu diferenças de tratamento entre intérpretes homens e mulheres no ambiente de trabalho?* Os resultados obtidos, a partir das respostas dos 27 intérpretes, revelam diferentes percepções quanto à existência e frequência dessas diferenças no tratamento profissional.

Dos participantes, dez responderam que nunca perceberam diferenças de tratamento relacionadas ao gênero, enquanto um participante afirmou que isso ocorre raramente. Entretanto, dez participantes afirmaram que perceberam ocasionalmente essas diferenças, e seis declararam que tal fenômeno acontece frequentemente. Esses números sugerem que, embora parte dos profissionais não identifique explicitamente situações de tratamento diferenciado por gênero, um número significativo reconhece que essas diferenças estão presentes, ainda que de forma circunstancial ou recorrente.

As justificativas qualitativas apresentadas permitem aprofundar essa análise. Entre os intérpretes que relataram perceber frequentemente ou ocasionalmente diferenças de tratamento, destacou-se especialmente o contexto educacional e religioso, onde homens costumam ser vistos com maior desconfiança ou estranhamento, sobretudo quando desempenham atividades relacionadas ao cuidado ou ao acolhimento, como na Educação Infantil. Por outro lado, uma parcela das respostas apontou para uma percepção inversa em contextos específicos,

como delegacias e audiências judiciais, em que homens tendem a ser preferidos devido à expectativa social de maior controle emocional ou capacidade para lidar com situações mais difíceis e conflituosas.

Além disso, algumas respostas sinalizaram explicitamente a ocorrência de situações discriminatórias baseadas em estereótipos, ressaltando que homens intérpretes muitas vezes são percebidos como estranhos ou inadequados para determinadas funções tradicionalmente feminilizadas. Já as intérpretes mulheres foram frequentemente mencionadas como alvos de assédio ou condescendência, sendo associadas predominantemente à imagem de cuidadoras ou figuras maternas, especialmente no ambiente educacional.

Por outro lado, aqueles que não relataram perceber diferenças no tratamento enfatizaram que a competência profissional geralmente prevalece sobre questões relacionadas ao gênero. Alguns declararam que sempre foram tratados de maneira igualitária pelos colegas e contratantes, não identificando situações explícitas de diferenciação ou preconceito.

Esses dados qualitativos apontam para um cenário complexo, no qual, embora uma parte significativa dos intérpretes homens não tenha vivenciado diretamente diferenças relacionadas ao gênero, há um número expressivo que reconhece a existência de contextos específicos em que o gênero exerce influência clara no tratamento profissional recebido. Portanto, essas percepções sugerem a importância de se problematizar continuamente as questões de gênero no campo profissional dos Tradutores e Intérpretes de Libras-português, com vistas à promoção de ambientes laborais mais equitativos, críticos e conscientes das

dinâmicas sociais e culturais que interferem diretamente nas relações profissionais.

A quinta questão qualitativa investigada nesta pesquisa buscou identificar se, na percepção dos participantes, o mercado de trabalho possui preferência por intérpretes homens, mulheres, ou se não há preferência específica quanto ao gênero. A pergunta proposta foi formulada da seguinte maneira: *Em sua percepção, o mercado de trabalho prefere intérpretes homens, mulheres ou não há preferência?*

As respostas dos participantes revelaram um cenário diversificado, sendo que nove responderam que o mercado não possui preferência, dois indicaram que há uma preferência condicionada ao contexto, enquanto oito participantes afirmaram categoricamente que o mercado de trabalho prefere mulheres. No entanto, se o grupo majoritário, 12 participantes, afirmou que a preferência depende do contexto específico.

As justificativas qualitativas permitem compreender melhor a complexidade desse cenário. Os participantes que defenderam não haver preferência alegaram predominantemente que o fator mais relevante na contratação de intérpretes é a competência profissional, desvinculada de questões de gênero. Argumentaram, ainda, que têm observado homens e mulheres competindo igualmente por posições no mercado sem vantagem aparente para qualquer gênero.

Em contrapartida, os intérpretes que afirmaram haver uma preferência clara por mulheres argumentaram que essa preferência decorre principalmente das expectativas sociais relacionadas ao gênero feminino, frequentemente ligadas a uma imagem de cuidado, acolhimento e empatia, características valorizadas especialmente em contextos educacionais, religiosos e de eventos

focados em questões femininas, como saúde da mulher ou temáticas sociais relacionadas ao feminino.

Por fim, o grupo mais expressivo afirmou que a preferência é condicionada ao contexto. Nesse sentido, as justificativas apontam que, enquanto contextos educacionais, religiosos e temáticos ligados ao cuidado tendem a preferir mulheres, ambientes que envolvem situações delicadas, jurídicas, policiais ou relacionadas a conflitos demonstram uma clara preferência por intérpretes homens, devido à expectativa social de que esses seriam mais objetivos, emocionalmente controlados e capazes de lidar com situações complexas. Um relato específico exemplifica claramente essa dinâmica ao mencionar que, em contexto policial, houve preferência explícita por um intérprete homem por se acreditar que mulheres poderiam ficar emocionalmente abaladas com situações difíceis.

Portanto, os dados qualitativos indicam que, embora uma parcela significativa dos profissionais não perceba diferenças explícitas de preferência por gênero, há uma percepção clara por parte da maioria de que o mercado de interpretação em Libras é atravessado por expectativas sociais fortemente relacionadas ao gênero, sendo essas condicionadas por contextos específicos de atuação profissional. Isso reforça a necessidade de refletir criticamente sobre como os estereótipos e expectativas sociais afetam as dinâmicas profissionais e a empregabilidade dos intérpretes, buscando construir uma atuação profissional mais equitativa, crítica e livre de preconceitos.

A sexta questão qualitativa desta pesquisa buscou identificar, na percepção dos participantes, quais seriam os motivos, na percepção dos participantes da pesquisa, pelos quais a profissão de ILSP é tradicionalmente associada às mulheres. A

questão foi formulada da seguinte forma: *Na sua opinião, por que a profissão de TILSP é tradicionalmente associada às mulheres?*

As respostas apresentadas pelos participantes foram bastante diversificadas, revelando diferentes perspectivas acerca dessa associação histórica e social. Uma parcela dos respondentes manifestou desconhecimento sobre tal associação ou simplesmente negou percebê-la em suas experiências profissionais, demonstrando que para esses profissionais a questão não é relevante ou evidente no cotidiano da profissão.

Contudo, as justificativas mais elaboradas destacaram fatores sociais e históricos fortemente relacionados aos papéis tradicionais de gênero. Um argumento frequentemente mencionado foi a associação da profissão a funções de cuidado e assistência, historicamente atribuídas às mulheres na sociedade. Essa percepção está relacionada diretamente às origens históricas da interpretação em Libras, especialmente em contextos religiosos e familiares, onde a atuação das mulheres como intérpretes voluntárias se consolidou a partir de práticas assistencialistas e solidárias, reforçando o imaginário social que as associa automaticamente ao exercício da profissão.

Outro aspecto mencionado pelos participantes foi o papel do capacitismo na construção dessa associação, considerando que as pessoas surdas são frequentemente vistas como dependentes e vulneráveis, o que reforça a ideia socialmente construída da mulher como cuidadora natural. Esse estereótipo persiste mesmo após o processo de profissionalização e valorização técnica da atividade interpretativa.

Adicionalmente, alguns participantes apontaram razões ligadas à expressividade corporal exigida pela língua de sinais. Esses participantes argumentaram que os movimentos expressivos

das mãos e do corpo, típicos da língua de sinais, são frequentemente associados a características femininas, o que cria barreiras simbólicas ou preconceitos contra homens intérpretes, devido à incompatibilidade percebida com padrões tradicionais de masculinidade.

Finalmente, houve também respostas que mencionaram o contexto educacional, especialmente em ambientes onde predominam figuras femininas, como professoras e mães responsáveis pelo acompanhamento escolar e médico das crianças surdas. Essa realidade reforça ainda mais a percepção da profissão como essencialmente feminina, uma vez que há maior presença e confiança social em figuras femininas para atuar em situações consideradas sensíveis ou ligadas ao cuidado e à educação.

Assim, os dados qualitativos apresentados pelos participantes indicam claramente que a tradicional associação da profissão de TILSP às mulheres é resultado de múltiplas influências históricas, culturais e sociais que ainda persistem, em maior ou menor grau, no imaginário coletivo e na prática cotidiana da profissão. Esse resultado aponta para a importância de debates acadêmicos e profissionais mais aprofundados, visando questionar e desconstruir estereótipos de gênero que limitam e condicionam a atuação profissional na área da interpretação neste par linguístico.

A sétima questão qualitativa apresentada aos participantes buscou compreender suas percepções sobre a presença masculina na profissão de ILSP, investigando se identificam maior resistência ou aceitação em relação à participação dos homens nesse espaço profissional a partir da sugestão: *Como você percebe a presença masculina na profissão? Acredita que há resistência ou aceitação?*

De modo geral, as respostas demonstraram diferentes perspectivas. Uma parcela significativa dos participantes afirmou perceber uma aceitação crescente em relação à presença masculina, destacando que o mercado de trabalho atualmente valoriza mais a competência profissional do profissional do que propriamente questões ligadas ao gênero. Esse grupo mencionou uma percepção de maior naturalidade e tranquilidade na presença masculina, percebendo-a como positiva, necessária e inclusive crescente nos últimos anos. Além disso, há a percepção de que, mesmo havendo inicialmente algumas resistências pontuais, sobretudo em contextos em que tradicionalmente há predominância feminina, tais barreiras estariam sendo progressivamente superadas.

Entretanto, outra parcela dos respondentes destacou que ainda há resistências importantes, especialmente em contextos educacionais e religiosos, onde intérpretes homens frequentemente enfrentam desconfianças, questionamentos ou julgamentos sobre suas motivações e competências profissionais. Alguns participantes mencionaram especificamente que há homens que evitam a profissão por estereótipos relacionados à movimentação corporal ou expressividade gestual, considerada incompatível com certas construções tradicionais de masculinidade. Além disso, alguns relatos apontaram que profissionais cisgêneros podem ter sua masculinidade questionada, especialmente em contextos artísticos ou expressivos, onde existe uma vigilância social maior em torno de expectativas tradicionais de gênero.

Uma terceira perspectiva ressaltou contextos específicos nos quais a presença masculina é particularmente valorizada, como ambientes policiais e jurídicos. Contudo, essa receptividade ocorre, segundo os participantes, não devido a um entendimento amplo

de igualdade de gênero, mas porque se espera que intérpretes homens correspondam a uma masculinidade associada à objetividade, firmeza e estabilidade emocional, supostamente mais adequadas para esses ambientes.

Outro ponto interessante levantado por alguns participantes está relacionado ao contexto artístico-cultural, onde a vigilância de gênero parece ser reduzida, proporcionando uma maior aceitação da diversidade de expressões corporais e identitárias. Nesse contexto, os intérpretes homens têm encontrado menos barreiras e maior respeito profissional, podendo atuar com maior liberdade, independentemente de normas tradicionais de masculinidade.

As respostas qualitativas revelam um cenário complexo e dinâmico. Embora haja claramente uma aceitação crescente da presença masculina, com ênfase na competência profissional, ainda persistem resistências e estereótipos sociais significativos, especialmente em determinados contextos profissionais. Essa realidade aponta para a necessidade contínua de reflexão e diálogo dentro do campo profissional, visando promover espaços mais inclusivos e conscientes das múltiplas expressões de gênero e identidades profissionais.

A oitava questão qualitativa investigada nesta pesquisa buscou identificar se os participantes já vivenciaram ou presenciaram preconceito e estereótipos relacionados à atuação profissional de intérpretes homens no contexto da tradução e interpretação no par Libras-português. A questão foi formulada da seguinte forma: *Você já vivenciou ou presenciou algum tipo de preconceito ou estereótipo em relação a intérpretes homens? Se sim, pode compartilhar sua experiência?*

As respostas obtidas revelaram uma variedade significativa de experiências e percepções entre os participantes. Uma parcela

expressiva afirmou nunca ter vivenciado ou presenciado diretamente situações desse tipo, destacando que não observaram situações explícitas de preconceito ou estereótipos no exercício da profissão.

Por outro lado, as respostas daqueles que afirmaram ter presenciado ou vivenciado situações de preconceito ou estereótipos trouxeram relatos detalhados e significativos. Um aspecto frequentemente mencionado foi a associação automática entre homens intérpretes e a homossexualidade, percebida pelos participantes como negativa ou depreciativa, especialmente em ambientes religiosos, educacionais e culturais. Houve relatos de comentários diretos que questionavam a orientação sexual dos intérpretes homens devido à sua atuação corporal expressiva exigida pela língua de sinais, vista como incompatível com a masculinidade tradicional.

Outro participante mencionou especificamente uma experiência marcante em ambiente escolar, onde percebeu claramente uma desconfiança institucionalizada quanto à sua atuação profissional por ser homem. Esse intérprete relatou que era submetido a uma vigilância constante, diferente do tratamento dado a colegas mulheres, havendo uma formalização da desconfiança que condicionava sua atuação à presença de supervisão feminina. Essa experiência demonstra um estereótipo explícito e institucionalizado que associa homens à suspeição em contextos sensíveis ou relacionados ao cuidado com crianças e adolescentes surdos.

No ambiente religioso, alguns relatos mencionaram casos explícitos de preconceito quanto à atuação de intérpretes homens, especialmente em relação às expressões não manuais, consideradas inadequadas por serem vistas como "afeminadas".

Esses intérpretes enfrentaram críticas severas, inclusive em tom depreciativo, que questionavam diretamente sua postura profissional e identidade pessoal.

Além disso, algumas respostas apontaram preconceitos mais sutis, como a resistência por parte de contratantes em lidar diretamente com intérpretes homens, preferindo negociar ou se comunicar exclusivamente com mulheres intérpretes, evidenciando desconfianças ou estereótipos ligados à falta de empatia ou sensibilidade supostamente atribuídas ao gênero masculino.

Esses relatos qualitativos indicam que, apesar de muitos participantes não terem vivenciado situações de preconceito ou discriminação diretamente, aqueles que relataram tais experiências demonstram claramente a existência persistente de estereótipos e preconceitos relacionados à masculinidade, orientação sexual e à percepção social sobre o papel dos homens intérpretes no campo da tradução e interpretação no par Libras-português. Esse cenário reforça a necessidade urgente de intervenções e reflexões acadêmicas e profissionais que promovam a desconstrução desses preconceitos, visando assegurar práticas profissionais mais equitativas e respeitosas à diversidade.

A última pergunta qualitativa da pesquisa teve como objetivo compreender, na percepção dos participantes, quais ações ou estratégias poderiam ser adotadas para promover maior equidade de gênero na profissão. A questão foi formulada da seguinte forma: *O que você acredita que poderia ser feito para promover maior equidade de gênero na atuação de TILSP?*

As respostas, assim como as demais, revelaram uma ampla gama de posicionamentos, desde a negação da existência de desequilíbrios de gênero no campo até proposições críticas e sistematizadas sobre como enfrentá-los. Um grupo de participantes

demonstrou não perceber a equidade de gênero como uma questão relevante na profissão, alegando que o mercado já é baseado em critérios de competência profissional e que não haveria discriminação em função do gênero. Nessa perspectiva, reforça-se a ideia de que a qualificação e a formação são os únicos parâmetros que deveriam orientar o acesso e a permanência na profissão.

Em contrapartida, outro conjunto de respostas apresentou sugestões voltadas à visibilização da presença masculina, defendendo que mais homens atuando, divulgando sua prática e sendo incentivados a ingressar nos cursos de formação seria uma forma de equilibrar a representação de gênero na profissão. Para esses participantes, ampliar o número de homens no campo contribuiria diretamente para a naturalização de sua presença, combatendo o estranhamento ou o estigma social ainda presentes em alguns contextos, especialmente nos ambientes educacionais e religiosos.

Há, ainda, respostas que propõem ações educativas e institucionais, como a realização de campanhas de conscientização, a promoção de espaços de diálogo sobre diversidade e inclusão, bem como a revisão de processos formativos que reafirmam que a atuação profissional não está vinculada a papéis de gênero, mas à competência profissional. Também foi sugerida a adoção de políticas de contratação mais equitativas, que considerem a diversidade de gênero entre os intérpretes, sem que isso seja determinante, mas sim como um elemento de equilíbrio representacional nos diferentes espaços de atuação.

Destacam-se ainda as contribuições mais críticas, que situam o debate da equidade de gênero em uma perspectiva sociocultural e estrutural, reconhecendo que a predominância

feminina na profissão decorre de construções históricas ligadas a valores como cuidado, empatia e serviço voluntário. Nessa linha, propõe-se que a superação dessas desigualdades não se restrinja a ações pontuais no interior da profissão, mas que envolva transformações mais amplas, ancoradas em processos educativos de longo prazo, que desafiem os imaginários sociais que associam determinadas profissões a determinados gêneros. Essas respostas enfatizam a importância de desnaturalizar a ideia do intérprete como “cuidador” ou “extensão materna”, reafirmando o caráter técnico, especializado e profissional da atuação tradutória e interpretativa.

Por fim, alguns participantes também apontaram para a importância de inserir a discussão de gênero nas formações iniciais e continuadas, de modo a construir desde a base um campo mais plural, equitativo e crítico. Outros destacaram o papel da presença simbólica, afirmando que a ocupação de espaços historicamente negados aos homens — como a Educação Básica e ambientes religiosos — deve ser estimulada e normalizada, assim como a atuação de mulheres em ambientes políticos, jurídicos e policiais.

Como você pôde observar, as respostas demonstram que, embora haja divergência quanto à percepção do problema, há um consenso entre parte expressiva dos participantes sobre a necessidade de ações intencionais, contínuas e sistemáticas para promover a equidade de gênero no campo da ILSP. O desafio não está apenas na inserção de homens no campo, mas na transformação dos sentidos sociais atribuídos a essa presença, de modo a garantir que gênero não seja critério de desconfiança, suspeição ou exclusão, mas apenas uma entre as múltiplas dimensões da identidade de profissionais altamente qualificados e comprometidos com a acessibilidade linguística e cultural.

Proponho agora uma sistematização das respostas das oito questões qualitativas propostas aos 27 intérpretes homens participantes desta pesquisa. Como observado acima, foi possível delinear um panorama amplo, complexo e revelador sobre as percepções, vivências e posicionamentos relacionados à equidade de gênero no campo da ILSP. As respostas, embora marcadas por diferentes níveis de profundidade e consciência crítica, apontam para a existência de dinâmicas sociais e profissionais que atravessam a categoria de forma contundente, mesmo quando não são reconhecidas explicitamente por todos os sujeitos envolvidos.

Inicialmente, quando provocados a refletir se a profissão é majoritariamente associada às mulheres, a maioria dos participantes reconheceu essa associação como um traço ainda presente no imaginário social, ainda que nem todos a experienciam diretamente. As justificativas apontam fatores históricos, como a origem voluntária e religiosa da prática interpretativa, e culturais, como a vinculação das mulheres a papéis de cuidado e empatia, características que foram incorporadas à imagem pública do profissional. Nesse contexto, a expressividade corporal exigida pela Libras também foi mencionada como fator que reforça estereótipos de gênero e gera constrangimentos para intérpretes homens, especialmente em contextos mais conservadores.

Ao serem questionados sobre experiências de deslocamento por serem homens na profissão, aproximadamente 40%, ou seja, onze profissionais, afirmaram já terem vivenciado situações de estranhamento, vigilância ou constrangimento. Os contextos educacional e religioso foram os mais frequentemente mencionados como espaços nos quais o corpo masculino é mais rigidamente regulado ou questionado, sobretudo quando em contato com crianças. Também emergiram experiências de

hostilidade velada e vigilância institucional, sugerindo que o simples fato de ser homem, em determinados contextos, ainda é um marcador de suspeita ou inadequação.

Por outro lado, ao refletirem sobre o impacto da predominância feminina na forma como os intérpretes homens são percebidos no mercado, a maior parte dos participantes reconheceu que há algum tipo de influência, seja de forma significativa ou sutil. A predominância feminina foi compreendida tanto como reflexo, quanto como reforço de expectativas sociais de gênero. A imagem da mulher intérprete, associada ao acolhimento, ainda é fortemente mobilizada por contratantes, alunos e gestores, enquanto os intérpretes homens, quando não se enquadram nas expectativas normativas de masculinidade, podem ser alvos de preconceito ou estigmatização.

As respostas à questão sobre diferenças de tratamento entre intérpretes homens e mulheres no ambiente de trabalho também confirmam essa tendência. A maioria afirmou já ter percebido tais diferenças, ainda que em níveis variados. As mulheres foram mencionadas como alvos de assédio e condescendência, enquanto os homens, em alguns contextos, enfrentam resistência, desconfiança ou são invisibilizados. No entanto, contextos como os jurídicos e policiais aparecem como espaços onde os intérpretes homens são preferidos, revelando que o mercado se organiza por lógicas de gênero distintas, conforme o campo de atuação.

Quando perguntados sobre a percepção do mercado de trabalho em relação ao gênero, os participantes majoritariamente reconheceram que depende do contexto de atuação profissional, o que confirma a complexidade e a não linearidade da distribuição de oportunidades. Em algumas situações, há preferência por

mulheres (como eventos voltados ao público feminino, ambientes educacionais ou religiosos), enquanto em outras, como espaços de tensão ou autoridade, há preferência por homens, confirmando a presença de estereótipos de gênero mesmo nas decisões institucionais de contratação.

A análise sobre os motivos da associação histórica da profissão às mulheres retomou argumentos já recorrentes, como a relação com o cuidado, com o voluntariado e com a pedagogia. No entanto, também houve a problematização dessa associação como um produto do capacitismo e da desvalorização histórica da profissão, que, ao ser percebida como prática de auxílio e não como atividade técnica, foi naturalizada como pertencente ao campo do feminino.

Em relação à presença masculina na profissão, a percepção predominante foi a de crescimento e aceitação progressiva, ainda que marcada por resistências pontuais e estereótipos persistentes. A diversidade das respostas demonstrou que a aceitação não é homogênea, e que os espaços de maior visibilidade masculina são ainda reduzidos. Também foi apontada a dificuldade de homens se expressarem plenamente em uma profissão que exige o uso do corpo de forma intensa, dado o peso da masculinidade normativa.

Por fim, as sugestões dos participantes para promoção da equidade de gênero foram múltiplas e abrangentes. Parte dos respondentes não reconheceu desequilíbrios de gênero ou não considerou o tema relevante. Por outro lado, um número significativo de intérpretes propôs ações voltadas à visibilidade, ao incentivo à formação de homens intérpretes e à criação de espaços de debate sobre diversidade, gênero e profissionalismo. As contribuições mais críticas apontaram para a necessidade de romper com o imaginário social que associa o ato interpretativo ao

cuidado e não à técnica, propondo uma reconfiguração mais ampla e educativa sobre o papel do ILSP na sociedade.

Assim, o conjunto das respostas analisadas evidência que a equidade de gênero na atuação de ILSP não pode ser compreendida apenas pela presença ou ausência de homens na profissão. Trata-se de uma questão estrutural, marcada por atravessamentos históricos, simbólicos e institucionais, que exigem intervenções em múltiplos níveis: formativo, político, simbólico e cultural. Encerrar o silêncio em torno dessa temática, desnaturalizar os papéis de gênero atribuídos ao profissional de Libras e construir coletivamente novos imaginários sociais são passos urgentes para um campo verdadeiramente plural, justo e representativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente investigação buscou responder à seguinte pergunta-problema: De que maneira intérpretes do par Libras-português, que se identificam como homens cisgêneros ou transgêneros, percebem e interpretam a relação entre sua identidade de gênero e sua atuação profissional? A análise dos dados qualitativos aqui apresentados permite desenvolver considerações conclusivas que articulam o campo da Tradução e Interpretação com as dinâmicas sociais de gênero, evidenciando tensões, permanências e possibilidades de deslocamento.

Inicialmente, é preciso reconhecer que as relações entre gênero e trabalho são atravessadas por processos históricos de naturalização de papéis sociais, especialmente no que tange à divisão sexual do trabalho. O campo da ILSP, apesar de sua tecnicidade, ainda carrega marcas simbólicas de sua origem voluntária e vinculada a papéis de cuidado, sobretudo nos espaços

religiosos e educacionais. Nesse sentido, a profissão passou a ser culturalmente associada ao feminino, reforçando estereótipos de que a mediação linguística, por sua dimensão empática e atencional, seria mais bem desempenhada por mulheres. Tal imaginário foi reproduzido e mantido ao longo do tempo, mesmo após a consolidação da profissão como campo técnico-científico, o que contribui para o estranhamento social quando homens ocupam esse espaço profissional.

As respostas analisadas ao longo desta pesquisa demonstram que os intérpretes homens cisgêneros participantes apresentam percepções diversas sobre os impactos de sua identidade de gênero na atuação profissional. Para uma parte expressiva dos respondentes, há uma compreensão de que o mercado de trabalho ainda é marcado por estereótipos de gênero que influenciam a forma como homens são percebidos. Muitos relataram experiências de resistência velada ou explícita, especialmente em contextos de atuação sensível, como escolas, ambientes religiosos ou quando há interlocutores mulheres. Nessas situações, a presença do intérprete homem é, muitas vezes, submetida a um regime de vigilância e desconfiança que não recai sobre suas colegas mulheres. Em contrapartida, em contextos como o jurídico, policial ou de situações de conflito, há uma preferência pela atuação de intérpretes homens, revelando a permanência de lógicas que associam masculinidade à racionalidade, à força e à frieza emocional.

Outros participantes, por sua vez, relataram não perceber impactos significativos de sua identidade de gênero na atuação profissional, alegando que a competência técnica e a experiência seriam os principais critérios de avaliação e contratação. No entanto, mesmo entre esses, surgem observações pontuais sobre

estereótipos de masculinidade presentes no campo, como a ideia de que a expressividade corporal exigida pela Libras é incompatível com o comportamento esperado de um homem. Esses dados revelam que a neutralidade de gênero, frequentemente evocada no discurso da meritocracia profissional, não se sustenta frente às experiências concretas de muitos intérpretes, cujas trajetórias são marcadas por tensionamentos com normas de masculinidade e por expectativas de gênero impostas socialmente.

É fundamental destacar, no entanto, a ausência de intérpretes transgêneros na amostra desta pesquisa, o que evidencia uma limitação relevante e, ao mesmo tempo, uma constatação crítica: a invisibilidade e o apagamento de profissionais trans no campo da interpretação. A ausência de representatividade de intérpretes transgêneros neste estudo aponta para a urgência de pesquisas que contemplem de forma mais ampla e interseccional os marcadores de gênero, sexualidade, raça e classe, considerando como essas dimensões atravessam o corpo que interpreta e os espaços nos quais esse corpo circula.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os intérpretes homens participantes desta pesquisa percebem sua identidade de gênero como um fator que, em muitos contextos, influencia a maneira como são vistos, contratados e posicionados no mercado de trabalho. Ainda que haja aceitação crescente da presença masculina na profissão, persistem estigmas, resistências e expectativas que precisam ser reconhecidas e enfrentadas. As experiências relatadas sugerem que a equidade de gênero no campo da TILSP não está plenamente estabelecida e que, embora avanços tenham ocorrido, eles ainda não são suficientes para garantir a neutralidade de gênero nas relações profissionais.

Para pesquisas futuras, recomenda-se o aprofundamento da análise interseccional no campo da tradução e interpretação de línguas de sinais, incluindo vozes de intérpretes trans, pessoas negras, indígenas e demais grupos historicamente sub-representados. Ademais, seria pertinente investigar como os processos formativos abordam (ou silenciam) as questões de gênero, e de que maneira as políticas públicas, instituições educacionais e organizações profissionais podem promover ambientes mais inclusivos e menos normativos. É por meio da escuta atenta, da problematização crítica e do compromisso ético com a diversidade que se poderá avançar em direção a uma atuação mais justa, plural e representativa no campo da ILSP.

## REFERÊNCIAS

BAGAGLI, B. P. Cisgênero nos discursos feministas: uma palavra tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida. Campinas: UNICAMP, 2018.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**. routledge, 2002.

CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

GUEDES, M<sup>a</sup>. Gênero, o que é isso?. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 15, p. 4-11, 1995.

GUIMARAES, Nadya Araujo. Gênero e trabalho. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 02, p. 145-146, 2004.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GURGEL, Taís Margutti do Amaral. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. *Revista brasileira de educação especial*, v. 17, p. 481-496, 2011.

MODESTO, Edith. Transgeneridade: um complexo desafio. **Via Atlântica**, v. 14, n. 2, p. 49-65, 2013.

NEVES, Magda de Almeida. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 404-421, 2013.

NICOLOSO, Silvana; HEBERLE, Viviane. As modalidades de tradução aplicadas à interpretação em língua de sinais brasileira. **Cadernos de tradução**, n. 2, p. 197-235, 2015.

OLIVEIRA, Verônica Rosemary. O Tradutor e Intérprete de Libras e a Tradução Audiovisual de Conteúdo Político Partidário: problematizando este trabalho. 2018.

PIMENTEL, Joabe Barbosa. Estudo de Perfil e Atuação dos Intérpretes de Libras-português das Universidades Federais Brasileiras em Conferências. 2020.

POKER, Rosimar Bortolini. **Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez**. In: UNESP. **Libras à distância**. São Paulo: UNESP, 2011. Disponível em: <http://www2.unesp.br/librasadistancia/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SOUZA, Maria Luíza Rodrigues Sampaio de. **Gênero e escolha profissional**. 2015.

*El lenguaje inclusivo y la  
interpretación en Lengua  
de Señas Argentina-  
Español: nuevos desafíos*

Gabriel Claria, Daniela Kaplan, Cecilia  
Mealla, Walter Montes e Jazmín  
Uieytes

# EL LENGUAJE INCLUSIVO Y LA INTERPRETACIÓN EN LENGUA DE SEÑAS ARGENTINA-ESPAÑOL: NUEVOS DESAFÍOS<sup>18</sup>

Gabriel Claria, Daniela Kaplan, Cecilia Mealla,  
Walter Monte e Jazmín Uieytes

## PRESENTACIÓN DEL CONTEXTO Y PROBLEMA

El español, al igual que muchos otros idiomas, tradicionalmente ha utilizado términos masculinos para referirse a grupos mixtos o a personas cuyo género no se especifica. Por ejemplo, "todos" para referirse a un grupo de hombres y mujeres, "los estudiantes" para hablar de un grupo mixto de alumnos y alumnas, entre otros. Esto refleja una estructura lingüística que ha invisibilizado a las mujeres y a otras identidades de género.

La práctica de considerar el género masculino como el género no marcado o genérico universal es una convención arraigada en sociedades patriarcales y en una visión binaria del mundo. Este enfoque refleja una estructura de poder que históricamente ha privilegiado a los hombres sobre las mujeres y ha perpetuado la idea de que lo masculino es la norma, mientras que lo femenino es lo "otro" o lo "diferente".

Este fenómeno se relaciona con el concepto de "androcentrismo", que es la tendencia a ver el mundo desde una perspectiva masculina y a considerar la experiencia y los valores

---

<sup>18</sup> Aunque en español existen diferentes estrategias para evitar el uso de un género como plural, se ha optado en el presente texto por formas sin género y, cuando no es posible, por el empleo de la "x" como género no marcado.

masculinos como universales. En este contexto, el lenguaje y las estructuras gramaticales reflejan y refuerzan esta visión, lo que se traduce en la práctica de utilizar el género masculino como forma genérica o no marcada (Fernández Rius, 2012).

La invisibilización de las mujeres y otras identidades de género está arraigada en la consideración del género masculino como genérico. Esta perspectiva obstruye la visibilidad de las experiencias, contribuciones y perspectivas de quienes no se adhieren a la tradicional dicotomía de género, reforzando la nociva noción de que lo masculino es la norma, lo que exacerba la desigualdad de género.

Esta reproducción de desigualdades se alimenta a través de prácticas lingüísticas que perpetúan un sistema donde lo masculino es sistemáticamente privilegiado sobre lo femenino, erosionando la autoestima, limitando la participación social y menoscabando la representación de las mujeres y otras identidades de género en diversos ámbitos de la vida.

La limitación de la diversidad de género se agudiza cuando el lenguaje se restringe a una visión binaria y simplista del género, excluyendo así a aquellas personas que no se identifican estrictamente como hombres o mujeres, ignorando la compleja y amplia gama de identidades de género existentes, perpetuando la invisibilización y marginación de quienes no encajan en las categorías preestablecidas. Todo esto impide la plena inclusión y reconocimiento de la diversidad de experiencias y realidades de género en nuestra sociedad.

Durante las décadas de 1970 y 1980 en Argentina y la región, movimientos feministas y de derechos humanos comenzaron a cuestionar las normas lingüísticas tradicionales y a bregar por una mayor inclusión de las mujeres en el lenguaje y en

diversos aspectos de la sociedad.

En las siguientes dos décadas, se produjo un mayor reconocimiento de la diversidad de género y una creciente conciencia sobre la exclusión en el lenguaje de personas que no se identifican únicamente con los géneros femenino y masculino. Surgieron nuevas formas de expresión y se comenzaron a utilizar estrategias para incluir a todas las identidades de género en el discurso público (Dorlin, 2009). Desde el 2010, el lenguaje inclusivo ganó una mayor visibilidad y aceptación en Argentina y la región.

Con el paso del tiempo, el uso de diversas formas inclusivas se ha extendido a diferentes ámbitos: político, educativo, cultural, medios de comunicación, entre otros.

Algunas de las estrategias más empleadas (UNSAM, 2021) incluyen:

1. Desdoblamiento o duplicación: consiste en utilizar tanto la forma masculina como la femenina de un sustantivo o pronombre. Por ejemplo, en lugar de decir "los ciudadanos" decir "ciudadanos y ciudadanas", o en lugar de "todos", "todas y todos".
2. Formas neutras: se buscan términos que no tengan género gramatical, como "el estudiantado" en lugar de "los estudiantes", o "el personal" en lugar de "los empleados".
3. Términos genéricos: se prefieren términos que sean inclusivos por naturaleza, como "personas" en lugar de "hombres" o "mujeres".
4. Símbolos (como la arroba [@], el asterisco [\*] o la equis [x] en la escritura o la letra e tanto para la escritura como para la oralidad: se emplean para incluir otros géneros además del masculino y femenino en una sola palabra. Por ejemplo: "tod@s", "tod\*s", "todxs", "todes".

Esto ha generado debate en la sociedad y también dentro

de los ámbitos académicos y políticos. Algunas personas lo ven como una herramienta fundamental para visibilizar y respetar la diversidad de género, mientras que otras lo consideran innecesario o incluso incorrecto desde el punto de vista normativo. Sin embargo, su uso continúa expandiéndose y generando cambios en la forma en que se comunica (Péchin, 2017).

El lenguaje inclusivo y las marcas de género representan un desafío para la interpretación y traducción (De la Calle Galán, 2019; Frías Arcarazo, 2023) por varias razones:

1. Ambigüedad y falta de equivalencia directa: En algunos casos, las marcas de género y las construcciones inclusivas no tienen una equivalencia directa en otros idiomas.
2. Normativas lingüísticas: Cada idioma tiene sus propias normas gramaticales y convenciones lingüísticas. Introducir formas inclusivas puede ir en contra de estas normas establecidas, lo que puede generar resistencia por parte de personas hablantes nativas e intérpretes que, por costumbre, utilizan estructuras lingüísticas más tradicionales.
3. Dificultad para reflejar la intención original: En algunos casos, la intención detrás del uso del lenguaje inclusivo puede ser difícil de reflejar en otro idioma, especialmente si la cultura y las normas sociales en torno al género son diferentes. Esto puede llevar a malentendidos o a una pérdida de la intención original del mensaje.
4. Sensibilidad cultural: Algunas culturas pueden ser más sensibles que otras en cuanto a cuestiones de género e inclusión. Lxs intérpretes deben ser conscientes de ello.
5. Evolución del lenguaje: El lenguaje inclusivo está en constante evolución, con nuevas formas y convenciones que surgen con el transcurrir del

tiempo. La interpretación requiere actualizarse sobre estos cambios.

Reflexionando sobre estos desafíos y adentrándonos en lo que compete a este trabajo, se debe mencionar que la Lengua de Señas Argentina (en adelante LSA) es un idioma que no presenta tantas marcas de género como el español. La LSA no tiene marcas morfológicas para indicar el género en las señas sustantivas, aunque sí se ha observado que cuando sus hablantes desean especificar el género recurren al uso de un sintagma nominal, que se realiza al añadir la seña de VARÓN o MUJER (Massone y Johnsson, 1991; Massone, 1993). Sin embargo, al ser una lengua en estrecho contacto con el español, se han observado otras estrategias de especificación del género propias del español. Estas estrategias son (i) la labialización del sonido vocálico que en español marca género masculino (-o), femenino (-a) o no binario (-e); y (ii) añadir a algunas señas sustantivas la seña del alfabeto dactilológico correspondiente a los sonidos vocálicos del español señalados precedentemente (-o, -a, -e).

Por otro lado, la LSA es una lengua viva que en las últimas décadas ha ocupado más espacios de la esfera pública, política, social, académica, entre otros, y con ella también sus hablantes. Ello ha generado una participación activa en los debates en torno al género y la manera de nombrar(se) y nombrar ciertas identidades de género y orientaciones sexogenéricas (Grinschpun, 2020). En consecuencia, con la llegada de los discursos feministas y LGBT+ a la LSA, surgieron nuevas señas.

Por lo tanto, lxs intérpretes de Lengua de Señas Argentina-español, se enfrentan a un reto ante la perspectiva del género y la interpretación.

## AAILS Y LA MESA DE LENGUAJE INCLUSIVO

AAILS es la Asociación Argentina de Intérpretes de Lenguas de Señas, fundada el 10 de septiembre de 2018 en el seno de la Confederación Argentina de Sordos. Tiene por objeto la representación, el reconocimiento y la profesionalización de intérpretes oyentes y sordxs, quienes ejercen la traducción/interpretación de lengua de señas en distintas combinaciones lingüísticas. Además, la asociación es miembro de la WASLI, la Asociación Mundial de Intérpretes de Lenguas de Señas y tiene un convenio de trabajo conjunto con la Confederación Argentina de Sordos.

En el año 2021, desde la Comisión Directiva de AAILS se propuso crear un equipo de trabajo a fin de reflexionar en conjunto acerca del lenguaje inclusivo y las prácticas de interpretación y traducción. A partir de esto se creó una mesa de trabajo conformada por socixs interesadx en la temática.

Con el resurgimiento y expansión del movimiento feminista y de diversidad sexual a nivel internacional y más específicamente en la Argentina en los últimos 10 años, la sociedad atravesó -y atraviesa- una serie de profundas modificaciones, reflejadas tanto a nivel individual con la manifestación de nuevas identidades y cuestionamientos al orden establecido, como a nivel colectivo, visibles en la mayor producción teórica y el surgimiento de nuevas normativas y legislaciones, lo que ha generado una retroalimentación entre ambas esferas.

Lógicamente las personas sordas usuarias de Lengua de Señas Argentina no quedaron ajenas a este momento histórico. La interpelación a los mandatos de una sociedad patriarcal y heteronormada impulsó la participación de personas sordas tanto

a nivel individual como colectivo, generando la creación de nuevos espacios y agrupamientos en la búsqueda de concientización, difusión y lucha por sus derechos y por una sociedad más igualitaria. En este movimiento, la histórica vulneración del derecho a la información en igualdad de condiciones volvió a manifestarse.

En este punto resulta de gran utilidad el concepto de *interseccionalidad*, entendida como la superposición de múltiples categorías sociales (género, etnia, clase social, discapacidad, etc.) que resultan en diferentes niveles de opresión o privilegios (Viveros Vigoya, 2023). La pertenencia a una comunidad lingüística minoritaria dentro de su propio territorio nacional sumada a la adscripción a determinados géneros e identidades coloca a las personas sordas partícipes de estos movimientos en una situación de doble vulneración. Para participar en la generación y difusión de información primero hay que acceder a la misma. Para defender los derechos primero hay que conocerlos.

Es aquí donde la labor de traductores e intérpretes se vuelve fundamental. El desafío novedoso que se presenta es el siguiente: ¿Cómo transmitir nuevas conceptualizaciones y paradigmas de una lengua a otra cuando sus modalidades de marcación de género presentan tantas diferencias y se encuentran en una mutación constante?

Pero existen otros retos más. Profesionales de la traducción e interpretación están inmersos en la misma sociedad, y por ende atravesadxs por las mismas temáticas. ¿Cómo interpela en lo personal a cada profesional este movimiento por un cambio social? ¿Cuál es su postura subjetiva ante esta disputa de sentidos? Y enfocándonos fundamentalmente en su desempeño profesional y en el objetivo de este escrito: ¿cómo influye su posición ante este contexto el desarrollo de su trabajo? ¿Cómo impacta su formación

profesional en la toma de decisiones y en la utilización de estrategias al momento de interpretar?

Para resumir: con la visibilización cada vez mayor del lenguaje inclusivo, la creciente participación de personas sordas en diferentes espacios y las dificultades que han surgido al momento de interpretar estas cuestiones, es que desde AAALS se decidió crear la Mesa de Trabajo sobre Lenguaje Inclusivo, con el objetivo de reflexionar sobre las prácticas de interpretación del par lingüístico LSA-español en relación a dicha temática, lo cual constituiría unas primeras aproximaciones al tema teniendo en cuenta que es un tópico que se encuentra en construcción socio-cultural.

## **ESTADO DE SITUACIÓN DEL INTÉRPRETE DE LENGUA DE SEÑAS EN ARGENTINA**

Antes de profundizar en el presente trabajo presentaremos brevemente el estado de situación de la formación de intérpretes en Argentina con el objetivo de tomar dimensión de la diversidad existente dentro del campo profesional.

En la actualidad, se encuentran diferentes carreras de interpretación de LSA-español, algunas de nivel terciario y otras de nivel universitario nacional y provincial. Dichas ofertas académicas son diversas en su modalidad, duración, localización, enfoque y titulación. Hoy, el país cuenta con tres carreras universitarias, tres de nivel terciario y cinco nuevas que comenzarán este año en institutos terciarios.

La primera oferta la brindó el Instituto Superior Villasoles (Ciudad Autónoma de Buenos Aires) en el año 2000, en el marco de una institución privada, carrera que cerró sus puertas en el año

2016. Posteriormente y coexistiendo con esta propuesta se crea en el año 2008 también en la Ciudad de Buenos Aires el Centro Educativo de Nivel Terciario N.º 27 (actualmente llamado Instituto de Formación Técnica Superior N.º 27), institución terciaria pública que cuenta con una formación de forma permanente y que sigue abierta hasta la fecha.

En el año 2003 a nivel universitario fue pionera la Universidad Nacional de Cuyo (Mendoza), con la carrera enmarcada en una institución pública y sosteniendo hasta la fecha la inscripción anual. Luego se fueron abriendo distintos espacios de formación en diferentes provincias del país, en su gran mayoría con una o dos cohortes por motivos presupuestarios.

Desde el 2000 a la actualidad, fueron once institutos de formación que dictaron la carrera con titulación de Intérprete de Lengua de Señas Argentina-español. De todos ellos, cinco son de apertura permanente, y están ubicados en cinco de las veinticuatro provincias del país. Por supuesto que esto no es suficiente para la demanda existente y para cumplimentar con la accesibilidad que la comunidad sorda requiere.

En paralelo a la formación académica, siempre hubo cursos de LSA, en su mayoría dictados por asociaciones de personas sordas, lo que representa, a veces, la única opción en la ciudad o en la provincia. En consecuencia, en Argentina conviven intérpretes titulados con intérpretes empíricos, quienes en su mayoría se fueron formando gracias a la práctica e intervención en el campo.

## **MODALIDAD DE TRABAJO Y RESULTADOS**

Desde el equipo de la mesa de trabajo de AAALS, se pensó en la importancia de poder tener acceso a la mayor cantidad de

voces posibles, entendiendo que los miembros de la mesa no podían ser representantes del colectivo de intérpretes sobre esta área. Al no haber hasta el momento información sobre la temática en nuestro país, se decidió hacer un primer relevamiento a nivel federal para obtener información preliminar en relación a la interpretación y el lenguaje inclusivo.

En primera instancia se crearon dos encuestas anónimas distintas para públicos diferentes: una destinada a intérpretes de LSA y otra a personas sordas usuarias del servicio de interpretación. Se decidió no incluir a la población oyente usuaria del servicio, para acotar la muestra.

De ambas encuestas, en esta primera etapa de trabajo se puso el foco en la destinada a intérpretes dejando para una segunda instancia el trabajo específico con las personas sordas usuarias del servicio de interpretación.

La encuesta se compartió con las personas socias de AAALS y con diferentes equipos de interpretación reconocidos a lo largo de todo el país.

Se confeccionaron las encuestas teniendo en cuenta la temática desde una perspectiva lo más global posible. Se optó por solicitar primero información general del profesional para obtener un perfil del mismo, consultando por el rango etario, grado de formación, lugar de residencia, años de experiencia en el campo, etc. para luego pasar a las preguntas específicas sobre la temática del lenguaje inclusivo y la interpretación en el binomio LSA-español.

Se recibieron un total de 75 respuestas de 12 provincias.

- Rango etario: 54,7% entre 30 y 40 años, 22,7% entre 40 y 50 años, 12% entre 50 y 60 años, 9,3% entre 20 y 30 años.

- Grado de formación: 66,7% tituladxs (tecnicaturas o tecnicaturas universitarias existentes al 2021), 17,3% empíricxs (personas que se están desempeñando como intérpretes sin formación oficial pero con experiencia en el campo), 16% estudiantes avanzadxs de la carrera.
- En cuanto a los años de experiencia las respuestas fueron bastante diversas: 26,7% entre 5 y 10 años, 21,3% entre 1 y 5 años, 18,7% entre 10 y 15 años, 18,7% más de 20 años, 14,7% entre 15 y 20 años.

En lo que refiere específicamente al lenguaje inclusivo y la interpretación se indagó sobre las experiencias vividas (de LSA a español y de español a LSA) y qué tipo de resoluciones fueron utilizadas. Así también se consideró fundamental preguntar sobre cómo interpelaba esto a lxs profesionales y qué, según su opinión, facilitaba o dificultaba la interpretación en estos casos.

El 51,9% respondieron que en la experiencia vivida la resolución interpretativa les resultó satisfactoria, un 34,6% la calificó de regular y un 5,8% insatisfactoria.

Se daba la posibilidad de explicar por qué consideraron que había resultado de esa manera. En relación a quienes contestaron que la resolución les resultó satisfactoria, algunas de las explicaciones fueron “por la preparación previa”, “la LSA fue modificándose y ahora hay más herramientas para hacerlo”, debido a la “práctica y experiencia”, porque el lenguaje inclusivo “lo tengo incorporado (...)”, “realizando resoluciones sin marcas de género”, “porque en la LSA no existe el lenguaje inclusivo”, entre otros.

Estas respuestas resultaron interesantes por la diversidad de las mismas, dejando ver un posicionamiento personal sobre el lenguaje inclusivo más allá de la tarea de interpretar.

La importancia de la interpretación como un trabajo en

etapas y dedicar el tiempo correspondiente a la preparación previa puede facilitar situaciones interpretativas complejas. En la interpretación simultánea se deben tomar decisiones en una fracción de segundo y poder anticipar resoluciones ayuda a disminuir errores y generar una producción más fiel. Así como tener conocimiento sobre la temática (en este caso en particular sobre el lenguaje inclusivo) es una herramienta que favorece para comprender el discurso original y tener más recursos para interpretar el mensaje en la L2.

Una de las respuestas tiene que ver con las modificaciones que fue teniendo la LSA en los últimos años y cómo esto facilita interpretar en este tipo de contextos. Así como en el español y en otras lenguas orales se empezó a cuestionar cómo el machismo y el patriarcado pueden atravesar e influir en cómo hablamos, en la comunidad sorda argentina, y por ende en su lengua, sucedió algo similar. Grupos feministas y de disidencias comenzaron a cuestionar algunas señas establecidas y a analizar su connotación ofensiva y sexista. Las mismas por acuerdo y uso de la comunidad se fueron modificando. De la mano de este proceso y con mayor participación de espacios políticos y de discusión por parte de las personas sordas, comenzaron a surgir desde la misma comunidad señas para conceptos que, quizás, antes no circulaban. Por ejemplo “no binario”, “trans”, “sororidad”, entre otras.

Otra respuesta que resulta interesante es la de quienes consideran que la resolución fue satisfactoria “porque en la LSA no existe el lenguaje inclusivo”. Esto hace pensar que existe una confusión entre la posibilidad que brinda la LSA de no explicitar un género y la utilización intencionada de un lenguaje no binario por parte del emisor del mensaje.

Un ejemplo: si quien está exponiendo decide

conscientemente “romper las reglas” gramaticales del español en el uso de la A y la O para género femenino y masculino respectivamente y utiliza la letra E (que es la elegida para el discurso oral como inclusión de las distintas identidades de género), pero al interpretar se decide no realizar ninguna marca específica en la LSA argumentando que “no existe el lenguaje inclusivo” en esta lengua, ¿el mensaje llegó igual al público sordo y al público oyente? Como ya se mencionó en la LSA el género se marca en situaciones específicas añadiendo la seña VARÓN/MUJER o utilizando la letra A y la letra O, en su gran mayoría en las señas de parentesco. Puede ser que el género gramatical no sea “importante” explicitarlo en esta lengua, pero en este caso no se está hablando de un discurso ordinario si no de una alteración intencional por parte de quien diserta marcando con ello un posicionamiento político. ¿Qué pasa si se ignora este aspecto?

Sobre la misma pregunta acerca de *cómo te sentiste con la resolución utilizada en la interpretación*, entre quienes contestaron “regular” o “insatisfactoria” alguna de las explicaciones dadas fue: por “falta de incorporación del lenguaje inclusivo”, “falta de conocimiento sobre el tema”, “falta de preparación previa”, “suma complejidad al acto interpretativo”, “no estoy de acuerdo”, “no me sentí cómodo con la decisión tomada”, entre otras similares.

Muchos de estos comentarios se pueden analizar en forma conjunta destacando nuevamente la importancia del trabajo en etapas y cómo su ausencia o su dedicación escasa puede afectar el producto de la interpretación. La importancia de que los intérpretes, más allá de las temáticas específicas, tengan un alto bagaje de cultura general y de particulares coyunturales es fundamental para evitar imprevistos al momento de interpretar. Hay determinados contextos como asambleas feministas, espacios

de estudios superiores con gran militancia política, jornadas sobre Educación Sexual Integral o temáticas afines, donde se puede prever la presencia de algunos temas y preparar un campo semántico al respecto (en ambas lenguas). Pero muchas veces hay situaciones que toman por sorpresa, la lengua atraviesa y la forma en que se habla da cuenta de un posicionamiento frente al mundo. La elección de hablar utilizando LI no tiene una relación directa con el contexto y como intérprete puede que haya que resolver ciertas situaciones en diversos lugares.

Con quienes dijeron “no sentirse cómodos con la decisión tomada” también es importante remarcar la importancia de la etapa de evaluación para poder ver cuáles fueron las dificultades, los errores y las elecciones tomadas y poder reflexionar con relación a esto y disponer de alternativas más acordes para futuras interpretaciones.

Algo que resulta muy interesante es pensar en “estar de acuerdo” o no con la temática y cómo esto repercute en nuestro trabajo. Lxs intérpretes profesionales saben que deben regirse por un código de conducta manteniendo un comportamiento ético basado en ciertos principios. Las opiniones no deben interferir en el proceso de interpretación, aunque se sabe que es imposible ser 100% objetivo. La cuestión es cómo se hace para que una temática que, quizás, interpela de manera tan directa (ya sea por acuerdo o desacuerdo) no influya en el trabajo generando una modificación del sentido.

Con relación a esto es interesante pensar la siguiente pregunta del relevamiento y sus respuestas: “¿Cómo creés que interfirieron tus opiniones personales en relación a la temática al momento de realizar tu trabajo?”. El 50% respondió “nada”, el

30,8% “poco”, 15,4% “mucho”. Esta reflexión acerca del posicionamiento personal resulta fundamental para tomar las mejores decisiones posibles al momento de llevar adelante una interpretación, y más aún, para poder reconocerlos previamente a aceptar un trabajo y evaluar si se puede realizar esa labor de manera ética y profesional.

Por otro lado, para indagar qué resoluciones se están utilizando en la interpretación del español a la LSA se propuso un listado de técnicas y estrategias interpretativas, de las cuales se podía elegir más de una. Las mismas son: (a) Uso del alfabeto manual; (b) Incorporación de la letra E; (c) Utilizar las señas de hombre y mujer; (d) Utilizar señas sin marcas de género (por ejemplo, la seña de HERMAN\* sin agregar la A o la O, o utilizar la seña de PERSONA en lugar de HOMBRE o MUJER); (e) Enumeración (por ejemplo, decir "mujeres, hombres, no binaries, etc."); (f) Informar a lxs usuarixs al inicio de la interpretación que lxs oradorxs utilizan lenguaje inclusivo (o no binario); (g) Otra.

Las opciones C, D y E fueron indicadas como las más utilizadas. Estas estrategias pueden resultar más o menos exactas o satisfactorias, pero son las que resultan más adecuadas al sistema lingüístico propio de la LSA. Algunas personas encuestadas también mencionaron la incorporación de la letra E (opción B) y en menor medida el uso del alfabeto manual (opción A). Estas dos estrategias extrapolan elementos del español a la LSA, lo que puede resultar más problemático. En ciertas ocasiones, frente a un público con un buen manejo de ambos idiomas y conocimiento del lenguaje inclusivo, dichas técnicas pueden resultar eficaces en el momento ya que permiten transmitir la forma de expresarse del hablante con mayor velocidad. Pero si hablamos de personas sordas con escaso o nulo conocimiento del español,

estas técnicas resultarán ineficaces y pueden generar confusión, por lo que deberían reservarse como un recurso a utilizar cuando no sea posible encontrar una resolución más satisfactoria.

En lo que respecta a la interpretación de la LSA al español, las opciones presentadas fueron las siguientes: (a) Usar la “E” como marca de género; (b) Utilizar frases o palabras sin marca de género (por ejemplo “mi pareja”, “las personas”, etc.); (c) Duplicar utilizando la “A” y la “O” (por ejemplo, “las y los intérpretes”); e (d) Otra.

En este caso, la opción B fue la más seleccionada, seguida por la opción A. La utilización de la “E” en segundo lugar puede ser un recurso que permite mayor velocidad en la resolución en una interpretación simultánea, donde el tiempo es escaso y la utilización de la duplicación puede traer dificultades en esa área.

Es importante señalar también que la necesidad de utilización de estas estrategias estará más determinada por el contexto en el que se desarrolle la interpretación, la temática y el conocimiento de quien diserta, ya que como se mencionó anteriormente, la LSA no incorpora marcas morfológicas que indiquen género.

Pasando en limpio: el lenguaje inclusivo sigue siendo algo novedoso y disruptivo, pero hay diferentes estrategias para lograr resultados lo más satisfactorios posibles.

En primer lugar, la interiorización en la temática es un soporte fundamental y cada vez más necesario. Es un momento de mutación muy marcada y difundida de la lengua, excediendo el lenguaje inclusivo los ámbitos en los que se circunscribía anteriormente, por lo que la interpretación requiere estar al corriente de las nuevas expresiones del idioma en lo que al género se refiere. Las lenguas son la materia prima de su trabajo y es vital

que se conozcan sus transformaciones, siendo el desafío ante el lenguaje inclusivo la velocidad con la que se producen los cambios.

Como en toda interpretación, la preparación previa resulta fundamental. Conocer a los oradores, interiorizarse sobre sus formas de expresarse y sus intenciones resulta primordial, además de contar con diferentes estrategias que permitan desarrollar la interpretación. Y al finalizar la tarea con la evaluación del proceso se podrá replantear lo que sea necesario y sostener y fundamentar las decisiones tomadas.

Para todo esto el trabajo en equipo es un pilar esencial. La reflexión conjunta, los acuerdos, la evaluación y los intercambios resultan vitales para que cada trabajo realizado resulte cada vez óptimo. Y, particularmente, equipos integrados por personas sordas y oyentes, donde se puedan generar acuerdos, debates y encontrar resoluciones pertinentes para ambas lenguas y culturas.

El lenguaje inclusivo es una temática que refleja y a la vez produce transformaciones que se vienen dando en la sociedad a nivel global, implicando a todas las personas y lógicamente también a quienes ejercen la profesión de intérpretes. A través de este relevamiento realizado por la Mesa de lenguaje inclusivo de AAALS se busca plasmar sentires, opiniones y decisiones del colectivo cuando se enfrenta con esta temática. Pero, más allá de cualquier opinión, se reafirma que en cada profesional debe primar la ética que esta labor exige. Atenerse a un código de conducta profesional (nacional o internacional como el de la WASLI-WFD) no sólo orienta en cómo se debe comportar un profesional, sino que ampara y resguarda enmarcando la labor y eliminando posibles inconvenientes por conflicto de interés. Así como lo plasma el código de conducta profesional de la WASLI-WFD en su artículo 3 “responsabilidad en la toma de decisiones” y el código de conducta

profesional de AAILS en sus artículos 9 “fidelidad” y 11 “responsabilidad profesional”.

Con este trabajo se pretende abrir un espacio de reflexión sobre el compromiso ético que tienen lxs profesionales y cómo son interpeladxs por esta y otras temáticas que pueden interferir en su quehacer diario.

## REFERENCIAS

ALBOR, A. et al. Código de conducta profesional de intérpretes de lengua de señas: comisión de ética. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: AAILS, 2022. Disponible en: <https://aails.org.ar/#!/-codigo-de-conducta/>. Acceso en: 24 jul. 2025.

DE LA CALLE GALÁN, C. Estudio de caso de lenguaje inclusivo en interpretación de conferencias: análisis de contenido de discursos interpretados en el Parlamento Europeo. 2019. Trabajo final de grado (Licenciatura en Traducción e Interpretación) – Universitat Jaume I, Castellón de la Plana, 2019.

DORLIN, Elsa. Sexo, género y sexualidades: introducción a la teoría feminista. 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.

FERNÁNDEZ RIUS, Lourdes. Género y ciencia: entre la tradición y la transgresión. In: LAGAR, Mónica (org.). Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales. Ciudad de México: UNAM, 2012. p. 91–110. Disponible en: <https://ru.ceiich.unam.mx/handle/123456789/3171>. Acceso en: 24 jul. 2025.

FRÍAS ARCARAZO, L. El lenguaje inclusivo y la interpretación: un estudio del uso del lenguaje inclusivo en la interpretación. 2023. Trabajo final de máster (Máster Universitario en Interpretación de Conferencias) – Universidad Pontificia Comillas, Madrid, 2023.

GRINSCHPUN, S.; REUTER, M. Neologismos y justicia hermenéutica: la reivindicación lingüística de los grupos LGTIQ de la comunidad sorda. In: ENCUESTRO DE LA RED DE LINGÜISTAS EN

FORMACIÓN, 1., 2020, Argentina. Anais [...]. Argentina, 2020.

MASSONE, M. I. El número y el género en la Lengua de Señas Argentina. *Signo & Seña*, Buenos Aires, n. 2, p. 47–70, 1993.

MASSONE, M. I.; JOHNSON, R. E. Numbers and numeral classifiers suffixes in Argentine Sign Language. In: *WORLD CONGRESS OF THE WORLD FEDERATION OF THE DEAF*, 11., 1991, Tóquio. *Proceedings [...]*. Japão, 1991. p. 743–762.

PÉCHIN, Juan. Entre lo queer y lo cuir: arte, política y críticas pedagógicas en Argentina. In: *CORONADO, Alfredo (org.). Entre otras/otros: perspectivas queer en el mundo hispánico*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2017.

VIVEROS VIGOYA, Mara. *Interseccionalidad: giro decolonial y comunitario*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Amsterdam: TNI Transnational Institute, 2023. (Masa crítica). Livro digital, PDF. Disponível em: <https://bibliotecarepositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248817/1/Interseccionalidad.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

WORLD FEDERATION OF THE DEAF (WFD); WORLD ASSOCIATION OF SIGN LANGUAGE INTERPRETERS (WASLI). Código de conducta para intérpretes de señas internacionales de la WFD-WASLI. 2018. Disponível em: <https://wfdeaf.org/wp-content/uploads/2018/12/WFD-WASLICode-of-Conduct-18012018-Final.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

*Da cabeça aos pés:  
experiências laborais de  
corpos femininos que  
traduzem e interpretam  
Línguas de Sinais no  
Brasil e na Argentina*

Saionara Figueiredo Santos

# TRADUÇÃO DE ARTIGO I DA CABEÇA AOS PÉS: EXPERIÊNCIAS LABORAIS DE CORPOS FEMININOS QUE TRADUZEM E INTERPRETAM LÍNGUAS DE SINAIS NO BRASIL E NA ARGENTINA<sup>19</sup>

Saionara Figueiredo Santos

## O CORPO TAMBÉM É UM CAMINHO A SER PERCORRIDO

Este texto teve como objetivo investigar a comunidade de mulheres tradutoras/intérpretes da Língua de Sinais Argentina e Brasileira sobre que experiências de trabalho seus corpos vivenciaram.

O primeiro ponto é que precisamos de um conceito de experiência. O estudo de Elizalde (2008) defende que uma experiência é definida como algo que não pode ser separado da subjetividade, pois está intrinsecamente ligada à interação fluida, está em constante redefinição e é suscetível a mudanças devido à influência da prática, da política, da teoria e da autoanálise. Essas mudanças se manifestam quando as relações do indivíduo na sociedade podem ser reconfiguradas a partir da “experiência histórica das mulheres” (Wees, 1989 apud Elizalde, 2008). Assim, nas palavras de Lauretis (1984):

[a própria história] é interpretada ou reconstruída por cada um de nós dentro do horizonte de significados e conhecimentos disponíveis na cultura em um determinado momento histórico, um horizonte que inclui também formas de compromisso e luta política

---

<sup>19</sup> Este artigo científico é resultado do pós-doutorado realizado na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. Foi publicado em espanhol na Revista Interfaces, disponível em: [https://revistas.unicentro.br/index.php/revista\\_interfaces/article/view/7625](https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/7625).

[...] Portanto, a consciência nunca é fixa, nunca é alcançada de uma vez por todas, porque as fronteiras discursivas mudam com as condições históricas (Lauretis, 1984 p. 8).

Seguindo esse conceito, o interesse do estudo é focar em experiências de trabalho e como são percebidos os corpos de mulheres intérpretes de Língua de Sinais que não se enquadram nos padrões impostos pela sociedade. Para isso, foram coletados relatos por meio de entrevistas que proporcionaram evidências discursivas e dados empíricos que possam ser analisados à luz das teorias sociais nas relações de trabalho no contexto da Tradução e da Interpretação.

Este capítulo faz parte de estudos anteriores. Na minha tese<sup>20</sup> de doutorado, refleti sobre como intérpretes e tradutores de Língua Brasileira de Sinais (Libras) que não se conformavam com a norma heterossexual sofriam situações de opressão em seu ambiente de trabalho. Houve recortes específicos da minha tese que poderiam ser aprofundados, com a análise baseada exclusivamente na perspectiva feminina (Santos, 2019); então, fizemos essa análise neste momento.

Em linguagens visuais como a Língua de Sinais, o corpo da tradutora e intérprete fica exposto: é observado, analisado, desejado e temido. Nas línguas faladas, a presença do intérprete nem sempre é percebida (geralmente apenas a sua voz é ouvida). Nas Línguas de Sinais dependemos do nosso corpo para que a compreensão aconteça. A escolha da roupa, a postura adotada e o uso de acessórios (qualquer elemento que possa interferir na sinalização) são levados em consideração na hora de se

---

<sup>20</sup> Nesta pesquisa, usei a primeira pessoa do singular ao explicar sobre minha pesquisa anterior e a primeira pessoa do plural em todos os outros momentos.

apresentar. Portanto, a feminilidade “hegemônica” (ou “não hegemônica”)<sup>21</sup> fica evidente no trabalho de uma tradutora/intérprete, o que pode gerar posicionamentos sexistas e opressivos, tanto para o público ouvinte quanto para as pessoas Surdas<sup>22</sup>. Da mesma forma, é elevado o número de mulheres que fazem parte da comunidade de tradutores/intérpretes, pois historicamente essa prática foi feminizada devido ao conteúdo pedagógico que está automaticamente associado ao papel de “educadora/mãe”. Há muito o que ouvir dessas mulheres, cuja imagem pode materializar o papel que a sociedade lhes atribui (Boria, 2008).

Este campo de trabalho que tece conexões entre Brasil e Argentina (Femenías, 2008) nos permitirá vislumbrar um caminho amplo para cruzar os conceitos de gênero, sexismo e feminismo, até mesmo em campos de trabalho mais específicos como o objeto desta pesquisa: tradução e interpretação de língua de sinais.

## **O QUE ACONTECE QUANDO O TRABALHO SE TORNA O CORPO? - MULHERES, SEUS CORPOS E SEUS DISCURSOS INTERSECCIONAIS**

Neste trabalho, consideramos que os corpos<sup>23</sup> podem produzir individual e socialmente subjetividade, identidade. Na materialidade que nos constitui humanos, com e por meio dos corpos, são produzidos discursos e representações. “Esses

---

<sup>21</sup> Ou seja, mulheres que respondem ao estereótipo de feminilidade e outras que não. Ou também podemos dizer que “a forma como essa feminilidade é performada”.

<sup>22</sup> Pessoas surdas e ouvintes podem atuar como Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais.

<sup>23</sup> Judith Butler (2001, p. 189), por sua vez, define o corpo como uma “entidade variável, uma superfície cuja permeabilidade é regulada politicamente, uma prática significativa no campo da hierarquia de gênero e da heterossexualidade”.

discursos são ao mesmo tempo individuais, sociais e simbólicos e afetam nossa posição no mundo social”. Assim, nesta pesquisa, é explorada a relação dos discursos com o corpo (Grau; Ramos, 2018, p.1).

Numa relação indissociável, corpo e gênero constituem-se mutuamente, “como materialidades discursivas, criando um eu com um gênero incorporado (corporificado) que se alimenta tanto da própria subjetividade (generalizada) como das interações sociais e da imagem nos outros e dos outros sobre nós” (Grau; Ramos, 2018, p. 2).

Os estudos de gênero são fundamentais na área em que se insere esta pesquisa: o conceito de “gênero” é entendido como uma noção que é construída social e dinamicamente, e em conjunto com outras variáveis como idade, escolaridade, origem étnica, condição socioeconômica, ocupação, classe social, orientação sexual, filiação política e religiosa (Heberle, 2000).

Nesse sentido, é possível articular discurso e gênero de diversas maneiras. É fundamental investigar como estão sendo construídas as relações de gênero, principalmente porque essa construção é realizada internamente em cada indivíduo. O construcionismo social baseado em gênero não deveria se tornar uma teoria fechada do determinismo (Haraway, 2004). Portanto, consolida-se a relação entre gênero e discurso, visto que gênero é entendido como uma construção cultural e social que requer afirmação e desconstrução. São necessárias práticas discursivas para que haja o processo de subjetivação e identificação com as características de suas práticas.

Ao falar da visão estratégica e exaustiva que a sociedade tem sobre os corpos, principalmente das mulheres e das minorias, descreve-se que, embora haja uma generalização do corpo, as

caracterizações são diferentes. Os discursos que estabelecem os limites do corpo naturalizam certos tabus sobre posturas e limites de troca, que definem o que constitui o corpo (Butler, 2001). As mulheres que têm sido sistematicamente negligenciadas e marginalizadas em termos políticos, económicos e culturais nas representações predominantes da sociedade, geram uma quantidade substancial de testemunhos, biografias, histórias de vida e experiências que desafiam continuamente os pressupostos predominantes com notável força política (Elizalde, 2008).

O corpo, nosso eu visível (Shilling, 2005), é parte importante da constituição de nossa identidade e subjetividade. Além disso, está a serviço da constituição do status social, “intersecção com grupo étnico e classe social” (Grau; Ramos, 2018, p. 2). A identidade de gênero e o consumo estão conectados, sendo nossos corpos representados socialmente “com artefatos simbólicos como vestido, penteado, maquiagem e outros acessórios” (Grau; Ramos, 2018, p. 3). Esses “artefatos” desenvolvem uma imagem (autoimagem) corporal de poder, de status social, de normatividade hetero-hegemônica, de biopoder (Foucault, 1991).

Por interseccionalidade, entendemos que a ordem sociocultural de poder pode construir subjetividades, recompondo “sexo/gênero, etnia/raça, heterossexualidade/homossexualidade, ou capacidade/deficiência, e pensar na produção de subjetividades alienadas para acentuar os processos de interação entre subjetividades e corpos” (Munévar 2012, p. 56). Busca-se desvendar a ideologia das hierarquias sociais e culturais, reconhecendo seus elementos estruturais (Munévar, 2012)<sup>24</sup>. As

---

<sup>24</sup> “Ao materializar o seu alcance político, descobrem-se as raízes dos discursos relacionados para revelar a forma como foram constituídos, confrontados,

categorias de interseccionalidade gênero e raça/etnia operam “em diferentes níveis do cotidiano com suas múltiplas expressões no pessoal, simbólico e institucional” (Munévar, 2012, p. 59). Pensar o gênero na política feminista nos faz repensar potenciais transformadores femininos de confronto dependendo do contexto histórico de cada uma. Por exemplo, “a classe contém manifestações de gênero e etnizadas/racializadas. Falar sobre gênero envolve fazer declarações sobre classe e raça/etnia; algo semelhante acontece com a interação etnia/raça como base da análise interseccional” (Munévar, 2012, p. 60).

No que diz respeito à categoria deficiência, conhecemos o domínio monstruoso/patológico “e a reificação das diferenças corporificadas; uma noção sujeita à ressignificação segundo variantes conceituais e à reconstrução de seus fundamentos biológicos: o normocentrismo e a ideologia eugênica” (Munévar, 2012, p. 61). Assim, por exemplo, o diálogo entre deficiência e teoria queer inclui a deficiência em debates interseccionais, revelando “a exclusão histórica de certos corpos; e decifrar os contornos da deficiência como uma realidade corporificada, reificada, a-histórica e descontextualizada no que diz respeito ao conjunto de experiências pessoais de dominação de acordo com gênero, classe e raça/etnia” (Munévar, 2012, p. 61). Assim, com a interseccionalidade:

Surge uma interação que produz experiências substancialmente diferentes, que ganham importância política nas “pesquisas teoricamente orientadas [para] perceber as mudanças reais

---

(re)produzidos e (re)significados; Requerem também ferramentas hermenêuticas de análise que desmascarem o controle populacional, estrutural e simbólico” (Munévar, 2012, p. 56).

[...] das práticas sociais, revelando as formas de legitimação e justificação da dominação social injusta” (Mattos s.f.: 3). Em suma, fazer intersecções entre gênero e outras categorias explicativas das desigualdades, além de reconhecer a diversidade dos processos identitários, transforma as relações sociais reguladas pela lei, incorpora desafios teórico-políticos e aumenta o ativismo (Munévar, 2012, p 62).

Grau e Ramos (2018) explicam que, embora haja sexualização dos corpos de homens e mulheres, não há como negar as diferenças na forma como objetificam esses corpos. Para as mulheres, o estatuto físico e social dos seus corpos continua a ser “fundamental para a importância do olhar masculino, construído a partir dos cânones masculinos de gênero, corpo, beleza e atratividade que são majoritariamente demonstrados pela cultura popular e que são internalizados e reproduzidos pelas mulheres” (Grau; Ramos, 2018, p. 4). Assim, os corpos que somos (e obviamente temos) são construídos como base de nossas identidades “como elemento de avaliação moral” (Grau; Ramos, 2018, p. 4). Nossa apresentação aos outros apresenta e representa nosso ser: corpo, gênero e sexualidade são constituídos pela estrutura social e por nossas expectativas sobre os corpos e nosso poder sobre eles.

Butler (2001) explica que existem corpos ordenados e desordenados; os primeiros possuem a sequência corpo-gênero-sexualidade coerente com a ordem e os imaginários sociais; os segundos possuem alguma característica disruptiva que altera a interpretação social dessa representação corporal, ultrapassando os limites normativos. As intersecções entre corpo, gênero e sexualidade são muito profundas, o que também se entrelaça com

outras categorias, nomeadamente grupo étnico, idade e classe social. “Essas interseções compõem o jogo entre o normativo e o desregulado, o estático e o dinâmico, o evocado e o esperado, o desejado e o repulsivo, o belo e o desejado e sua incorporação em nossos imaginários sociais sobre gêneros e corpos” (Grau; Ramos, 2018, p. 4).

Desta forma, a imagem da mulher é, na maioria dos casos, mais sensível aos julgamentos que fazemos sobre os corpos e o seu comportamento social. Além disso, essas experiências ocorrem num contexto heteropatriarcal, onde “os homens têm sido tradicionalmente os espelhos onde as mulheres se olham para alcançar aceitação social” (Grau; Ramos, 2018, p. 5). Essa vigilância a que estão sujeitos os corpos femininos, bem como a remodelação do corpo, para que se ajuste aos critérios externos de avaliação do corpo feminino, faz com que as mulheres tenham que disciplinar os seus corpos e os seus comportamentos a uma regulação social externa e aos ideais de aceitação social heteropatriarcal e heteronormativa.

## **O TRABALHO DE TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES**

Há estudos que valorizam a formação de quem traduz e interpreta (no caso desta pesquisa, a mulher tradutora e intérprete), além do trabalho em si, destacando a qualidade da profissão. Ao observar o impacto da socialização no trabalho no contexto da Língua de Sinais, é notável a importância de pesquisas que visam “tornar visíveis e explicar as injustiças nas organizações, os comportamentos e os valores normativos por elas expressos sistematicamente em matéria de gênero, por meio de abordagens”

(Ackerly; True, 2010).

Por exemplo, em uma das poucas investigações em que a identidade de gênero foi abordada em tradutores e intérpretes de Língua de Sinais Americana (Artl, 2015), alguns aspectos são enfatizados, como, por exemplo, que as construções identitárias podem funcionar de forma diferente, implícita ou explicitamente, influenciando as relações pessoais, profissionais e interpessoais (Artl, 2015). A pesquisa torna-se uma perspectiva por meio da qual podem ser percebidos os aspectos políticos das relações de gênero, onde a linguagem se mostra como um instrumento simbólico de significado para as identidades (Kendall; Tannen, 2001).

Embora existam estudos no Brasil sobre a profissão de tradutor de Libras em contexto cultural com contribuições dos estudos de gênero (Nicoloso, 2010, 2015; Santos, 2019), essas investigações apontam questões de gênero e trabalho relacionadas ao ato interpretativo e tradutório, bem como à compreensão e importância dessa profissão de acordo com a categoria e o público que atende. Porém, nem sempre os protagonistas dessas histórias são entrevistados ou levados em conta e a maioria das análises concentra-se em procedimentos técnicos ou revisões bibliográficas. Isso implica que não se dê importância suficiente às vozes e experiências diretas dos envolvidos nos acontecimentos ou situações do contexto de trabalho, mas sim que se priorize a recolha de informação de fontes secundárias e a aplicação de métodos acadêmicos convencionais.

Essa limitação de foco pode levar a uma compreensão parcial ou tendenciosa das situações ou fenômenos analisados. Ao não considerar diretamente as perspectivas dos protagonistas,

corre-se o risco de perder detalhes cruciais e de não captar totalmente a complexidade dos contextos em que operam. É importante reconhecer a necessidade de incluir as vozes dos protagonistas e dar-lhes espaço para partilharem as suas experiências e pontos de vista. Isto pode enriquecer significativamente as análises e proporcionar uma compreensão mais completa e justa das histórias sob investigação. Da mesma forma, permite-nos questionar e superar as limitações das abordagens académicas tradicionais e promover pesquisas mais inclusivas e equitativas.

Nesse contexto, pretendemos com este trabalho contribuir com os estudos anteriormente realizados no campo dos estudos feministas e de gênero, com foco no campo de atuação de tradutores e intérpretes de Língua de Sinais Argentina e Brasileira (Ferreyra; Tabares; Vieytes, 2020). Esse enfoque é um contexto de investigação importante, uma vez que a evidência empírica mostra que a tradução e interpretação da língua de sinais também pode ser um ambiente sexista e opressivo para as mulheres.

## **ATIVIDADES E METODOLOGIA**

A metodologia utilizada tem continuidade com a minha tese de doutorado: baseia-se no fato de que é na relação interpessoal e na linguagem onde o sujeito se constitui e constitui outros sujeitos, considerando sua singularidade e historicidade como partes constitutivas do sujeito (Santos, 2019). Ou seja, a pesquisa, como atividade humana, como prática social, possui sujeitos históricos e culturais, que também se constituem nas relações sociais.

A metodologia escolhida baseia-se na abordagem

qualitativa, descritiva e exploratória, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas que foram gravadas e transcritas. As atividades metodológicas desta pesquisa foram realizadas na seguinte ordem:

a) Contato com tradutoras e intérpretes de Língua de Sinais Brasileira e Língua de Sinais Argentina (sete argentinas e sete mulheres brasileiras) que vivenciaram situações opressivas devido ao seu gênero no ambiente de trabalho. Esse contato foi possível por intermédio de meios digitais (e-mail/WhatsApp) e/ou pessoalmente. As entrevistas foram previamente informadas sobre os objetivos da pesquisa e sua participação foi mediante livre consentimento.

b) Atenção ética: foram adotados procedimentos para garantir o sigilo e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização das participantes da pesquisa, garantindo que as informações não fossem utilizadas em detrimento dos indivíduos e/ou comunidades, incluindo aspectos relacionados com a autoestima, prestígio e/ou aspectos econômico-financeiros.

c) Realização de entrevistas semiestruturadas. O procedimento metodológico utilizado para coleta de dados foi a entrevista. Estas são definidas como um processo de interação para coletar informações do entrevistado (Guber, 2004). As entrevistas semiestruturadas funcionam como uma conversa informal, onde o entrevistador fica atento para regular e orientar o rumo da conversa, podendo utilizar perguntas adicionais para que os entrevistados entendam o tema proposto e respondam às questões de pesquisa. A entrevista semiestruturada permite uma melhor expressão do interesse dos entrevistados. Possuem duração flexível, o que facilita a interação entre o pesquisador e os colaboradores da pesquisa, tornando o momento da entrevista um

momento de comunicação mais natural e espontâneo, o que permite ao entrevistador extrair mais detalhes das trajetórias dos sujeitos. Além disso, respeitando a dimensão ética na pesquisa na área de Humanas, os áudios coletados foram analisados, levando em consideração a confidencialidade, a privacidade e a proteção da identidade. Nada que possa identificar algum participante foi utilizado. Portanto, utilizaram-se pseudônimos para as entrevistadas, a fim de preservar a privacidade delas.

d) Análise das narrativas coletadas. Para atingir os objetivos estabelecidos na pesquisa, a análise seguiu uma perspectiva interdisciplinar. Foram investigadas as experiências de tradutoras e intérpretes de Língua de Sinais e, assim, problematizadas as representações discursivas que elas têm sobre essas experiências no contexto brasileiro e argentino.

e) Disponibilização da pesquisa, intercâmbio e análise de dados. Após análise, os resultados foram compartilhados academicamente por meio da publicação de artigos e participação em eventos, para que Comunidade Surda e a comunidade acadêmica interessada no tema acessassem os resultados da pesquisa.

## **A CENA BRASILEIRA INVESTIGADA<sup>25</sup>**

No total, foram entrevistadas sete mulheres, a saber: Yara, Amana, Tainá, Iracema, Kauane, Aiyra, Nina (brasileiras)<sup>26</sup>.

As entrevistadas expressaram suas opiniões sobre como os

---

<sup>25</sup> É importante dizer que o Brasil é um país enorme; Não é possível generalizar que todas as intérpretes pensem da mesma forma. Mas tentamos ser o mais diversificados possível com as mulheres entrevistadas.

<sup>26</sup> Os nomes escolhidos são de povos de origem Tupi-Guarani, Brasil.

corpos das mulheres intérpretes de Língua de Sinais são percebidos como não conformes aos padrões impostos pela sociedade, seja em termos físicos ou identitários. As entrevistadas falaram sobre opressão de feminilidades não hegemônicas, lesbianismo ou não heterossexualidade, corpos fora dos padrões e corpos negros.

Para começar, há Yara. Mulher lésbica. Ela percebe que enfrenta "mais discriminação por parte das pessoas Surdas heterossexuais do que de pessoas Surdas LGBTQI". As comunidades LGBTQI+<sup>27</sup> oferecem maior representatividade e aceitação, proporcionando um ambiente onde possam viver abertamente sua sexualidade e acolher aqueles que enfrentam os mesmos desafios neste contexto (Santos, 2019, p. 113). Corpos e identidades que não se conformam com a heteronormatividade<sup>28</sup> Muitas vezes são analisados a partir de uma perspectiva conservadora. Em 2019, na minha tese de doutorado, também, Amana afirmou que “pessoas não heteronormativas sentem-se pressionadas a viver uma vida em que sua sexualidade se torna o centro de sua personalidade, além de ser fonte de preconceito, violência e estigma” (Santos, 2019, p. 114).

Yara, como intérprete lésbica ouvinte, deixou claro o poder

---

<sup>27</sup> Atualmente, a sigla mais utilizada para abranger orientações sexuais e diversidade de gênero é LGBQIAP+, que engloba oito variações, além do sinal de mais, que indica outros grupos: lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersex, assexuais e pansexuais.

<sup>28</sup> Adrienne Rich, em 1980, escreveu “Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica”, publicado no livro “Sangue, Pão e Poesia” (1986). Rich adotou o termo no Tribunal Internacional para Crimes contra as Mulheres (1976) em Bruxelas, onde um dos crimes cometidos contra as mulheres foi denominado “heterossexualidade compulsória”. Rich escreve que a heterossexualidade foi imposta tanto coerciva quanto subliminarmente às mulheres. Embora Rich tenha escrito sobre a imposição da heterossexualidade obrigatória exclusivamente para as mulheres, esta obrigação também é imposta aos homens.

do discurso das pessoas Surdas sobre sua atuação como TILS (Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais). Das suas palavras, pode-se perceber três aspectos constitutivos do discurso mencionado por Fairclough (2013), que cito em minha tese, como se pode ver, a seguir, a partir de um excerto daquele meu trabalho:

Ao perceber como as identidades se estabelecem no discurso – principalmente pela reação do surdo ao saber de sua não-heterossexualidade; ao perceber como as relações sociais acontecem – ao perceber como a conversa flui e como Yara responde ao comentário do surdo sobre a influência de sua identidade de gênero em sua profissão; e, por último, às visões de mundo, linguagem e formas representativas das pessoas e a relação entre elas – ao perceber como as relações de poder estão envoltas nos discursos – tanto do surdo quanto de Yara (Santos, 2019, p. 116).

O termo político "hegemonia"<sup>29</sup>, utilizado na análise de formas de comunicação (Fairclough, 2003), é interessante porque descreve uma estrutura social dominante (como a heterossexualidade) que pode se tornar hegemônica, legitimando

---

<sup>29</sup> O termo hegemonia deriva do grego *eghesthai*, que significa *liderar, ser um guia, ser um chefe*, ou talvez do verbo *eghemonero* que significa *guiar, preceder, liderar*, e do qual deriva *estar na frente, comandar, governar. Poreheмония*. Os antigos gregos entendiam a hegemonia como a direção suprema do exército. “O conceito de hegemonia em Gramsci indica a direção político-ideológica que forja as bases sociais para a conquista do poder político e a construção de um novo Estado” (Gomez, 2016, p. 155). Ao mesmo tempo, com a categoria de hegemonia, indica a forma como “o proletariado deve construir uma nova hegemonia, anterior à conquista do Estado e à sua posterior transformação” (Gomez, 2016, p. 155). Assim, a hegemonia só pode ser desenvolvida quando uma classe abandona a sua visão exclusivista da corporação, “para poder governar como classe, o proletariado tem de se livrar de todos os resíduos corporativos, de todos os preconceitos e enraizamento sindicalista” (Gramsci, Alguns Temas da questão meridional em Sacristán, 2004, p. 193).

crenças populares e resultando em relações de dominação. No contexto da Comunidade Surda, podemos considerar que aliar-se ideologicamente aos opressores leva à adoção de um padrão heteronormativo que oprime aqueles dentro da Comunidade que não se enquadram nesse padrão (Santos, 2019)<sup>30</sup>.

Nos últimos séculos, o pensamento ocidental tem sido marcado por uma tendência a transformar a diferença sexual em algo ontológico, apresentando-se em termos de oposição e desigualdade. Essa abordagem se manifesta por meio da criação de dicotomias e do estabelecimento de comparações hierárquicas (Leache, 2011).

Assim, considerando que a Comunidade Surda é um espaço heterogêneo (assim como a sociedade em geral), afirmamos que essa heterogeneidade (e o desvio dela) é uma característica relativa do padrão imposto pela sociedade. Portanto, quem adota uma postura revolucionária em relação à moralidade da sociedade (nesse caso, as pessoas não heterossexuais estão incluídas nessa afirmação) gera confusão nos outros, que permanecem ancorados numa sociedade institucionalizada e dominante.

Neste contexto, os discursos que descrevem os modelos e ideais de feminilidade tornam-se projetos de descoberta dos elementos naturais que provocam e justificam as suas características específicas. A chave biológica, por meio da qual a feminilidade é progressivamente interpretada e compreendida, ao contrário da masculinidade que é vista como uma certa transcendência da condição natural, implica uma enorme operação de naturalização (Leache, 2011).

Como intérprete Surda e lésbica, Amana também percebe

---

<sup>30</sup> Esse foi o tema da minha pesquisa de doutorado, em 2019. Caso tenha interesse, você pode ler aqui: [repositorio.ufsc.br](https://repositorio.ufsc.br)

que a discriminação ocorre em relação a apenas uma de suas identidades, sem reconhecer a dualidade no tratamento discriminatório que recebe. Ela diz: “Sabe, isso é algo em que estive pensando. Nunca consigo pensar isoladamente em situações de preconceito. Sempre considero todo o contexto que se desenvolve...” Por outro lado, Ribeiro (2017) aborda a experiência de ser mulher e lésbica, outra combinação de diferenças à qual Yara e Amana pertencem. Discutindo a teoria da interseccionalidade e sua importância na compreensão das sutilezas de cada grupo e dos desafios das lutas sociais, o autor afirma que cada aspecto da identidade carrega diferentes formas de opressão e, portanto, deve ser reconhecido dentro dessas diferenças. É necessário que “o feminismo reconheça a questão lésbica e Surda, assim como o movimento surdo precisa reconhecer a luta feminista e lésbica” (Ribeiro, 2017, p. 182). Yara e Amana disseram ainda que parecem ter percebido as intersecções entre as suas diversas identidades, embora nem sempre atribuam o preconceito que enfrentam a uma diferença específica.

Masculinidades e feminilidades acabam se misturando na discursividade das categorias sexo e gênero. Ao mencionar essa característica de sua esposa (que não participou da entrevista), Amana relaciona-o à dificuldade de aceitação por parte da sociedade e da família. Para não performar a “feminilidade”, a esposa de Amana sofre maiores retaliações e está mais exposta a preconceitos do que Amana, que se comporta de maneira feminina. Em relação a isso, o sistema atual que relaciona sexo com gênero é entendido como a construção, desconstrução e representação das relações entre homens e mulheres, ou seja, de masculinidades e feminilidades (Lauretis, 1994). Lauretis explica que o sujeito “de

gênero” é construído não apenas por meio da diferença sexual, mas também por representações culturais e códigos linguísticos. O discurso sexista deve ser desconstruído para romper com essa tradição. Apesar de reconhecer que o sexo está relacionado com o natural e o gênero com o cultural, essas diferenças nem sempre são claras, ou seja, a cultura consegue muitas vezes apropriar-se da natureza, misturando sexo/gênero "num sistema dicotômico e hierárquico, onde a classificação sexual se mistura com o “gênero, com a classificação, biologizando o cultural e culturalizando o biológico” (Alves, 2004, p. 8).

Dessa forma, surge um problema no imaginário androcêntrico:

[...] o masculino funciona como modelo, ideal, referência ou norma do humano; e o humano, quando aparece em discursos supostamente universais, na maioria das vezes, contém um subtexto de gênero, pois seu centro é ocupado pelo masculino específico. Como consequência, os significantes associados à feminilidade têm sido formas de nomear a diferença sexual, como se o próprio significante mulher nomeasse uma diferença, diferença que é tal em relação a uma posição central do masculino-universal (Leache, 2011, p.179).

Quando ela menciona que sua esposa não atende aos padrões de “feminilidade”, Amana ilustra bem essa questão em linha com Alves (2004), que relata esses padrões, citando alguns exemplos que ocorrem antes do nascimento. Ou seja, os padrões de sexo/gênero podem ser estabelecidos antecipadamente, mesmo antes da criança nascer. Por isso, afirma que, ao longo da vida, o sexo continuará a ser referencial para determinadas normas

e espaços, como os banheiros públicos, que são separados dicotomicamente em masculino e feminino, preferências, cores representativas, posturas, entre outros (Alves, 2004, pág. 9). Os estereótipos são elaborados cognitivamente, a partir de uma construção subjetiva do que é ser feminino e masculino, baseada principalmente em crenças, atribuições causais e expectativas, que nem sempre coincidem com a realidade. Dessa forma, “(...) as questões de gênero derivam do aprendizado adquirido em contextos próximos sobre os papéis, comportamentos, atividades e estéticas que são socialmente atribuídos ao masculino e ao feminino” (Saenz et al, 2017, p. 85).

Esses estereótipos de gênero se constituem de acordo com a construção sociocultural dos conceitos de feminilidade e masculinidade. Amana adere a essa construção social, descrevendo sua esposa como “não tão feminina”. Os conceitos de feminilidade e masculinidade são moldados na “subjetividade individual em estruturas semelhantes aos estereótipos de gênero, chamados de esquemas de gênero” (Melo; Giavoni, 2004, p. 252).

Formado por uma associação de variáveis representativas da masculinidade, o esquema masculino filtra estímulos relacionados a esse conceito, influenciando a forma de pensar, sentir e se comportar do indivíduo em relação a si mesmo e aos outros. O mesmo acontece com o esquema feminino, que irá filtrar estímulos relacionados à feminilidade. Embora os esquemas masculino e feminino sejam construções psicológicas independentes, eles estão presentes em todos os indivíduos, variando quanto ao seu nível de desenvolvimento (Melo; Giavoni, 2004, p. 253).

Antes de se tornarem interpretações culturais dos corpos sexuais, as caracterizações de masculinidade e feminilidade assumem a função de referências que estabelecem prescrições normativas sobre a identidade e corporalidade que os indivíduos devem adotar. Conseqüentemente, essas caracterizações não se limitam a descrever o que é gênero, mas representam principalmente manifestações da norma de gênero que visam impor determinados padrões a serem seguidos.

Assim, quando se “avalia” um homem e uma mulher, como Amana fez com sua esposa, no contexto dos esquemas do que é considerado masculino ou feminino, essas combinações podem variar, predominando os pares do esquema masculino sobre o esquema feminino, ou vice-versa, com o esquema feminino predominando sobre o esquema masculino (Santos, 2019). Esses padrões continuam na vida adulta, manifestando-se na forma como se espera que homens e mulheres se comportem, se vistam e até ajam, uma vez que culturalmente existe um padrão estético para o que é considerado feminino e masculino. O que busca classificar o que é “natural” para organizar cada indivíduo em categorias de acordo com suas características constitutivas, distingue o que é considerado “normal” e o que é considerado “perverso”. Esse processo é baseado no:

[...] contexto de uma taxonomia construída com o propósito mesmo da distinção. A partir desta lógica, pode-se pensar em categorias criadas, conjuntural e contingentemente, com um propósito determinado, mas que podem ser desmontadas e, assim, perderem sua utilidade, desvendando a suposta universalidade de categorias como heterossexualidade, gênero ou sexo. Essa operação discursiva é usada por Judith Halberstam (1998, p.9), ao se referir a

“masculinidades femininas” (*female masculinity*)  
(Lacombe, 2007, p. 253).

O corpo não é uma entidade pré-existente que antecede a repetição de gestos, movimentos, formas de vestir e comportamentos configurados pelas prescrições da norma de gênero, nem está dissociado dos processos de significação gerados por essas práticas (Saenz et al, 2017). Pelo contrário, é mediante a repetição normativa que se delimitam e se estabelecem os limites da materialidade corporal, sendo assim o corpo, como “o efeito mais produtivo do exercício do poder” (Butler, 2001, p. 18).

Nesse sentido, Tainá relata também uma experiência em que o corpo se manifestou como exercício de poder materializado. Ela diz que uma pessoa Surda apresentava um projeto para um grande público, que, vale ressaltar, era predominantemente masculino. Em sua entrevista, ela mencionou que estava trabalhando em dupla com outra intérprete que era assumidamente lésbica e que performava a já citada “masculinidade”. Tainá conta “Olha, não vai ser você, eu quero *ela* (referindo-se à minha parceira lésbica), mais forte, mais poderosa’ (enquanto fazia a estereotipagem em Língua Brasileira de Sinais de homem forte, sabe?). Aí eu falei para ele: ‘Olha, acho que minha voz é mais forte que a dela’. Não adiantou.”

Tainá se descreve como bissexual e “feminina” e, apesar de dizer ao surdo que sua voz era mais alta e profunda que a da outra intérprete, ele ainda escolheu a intérprete lésbica para representá-lo. É interessante que Tainá relata que, após o término do evento, o Surdo começou a perguntar aos colegas ouvintes o que acharam da apresentação, se sua voz havia sido potente. Todos a quem ele perguntou responderam: “Mas por que você não escolheu Tainá?”

Se você quiser transmitir poder, sua voz é mais poderosa." O surdo, ao receber esse retorno, olhou para Tainá e afirmou: "Nossa, escolhi por causa do estereótipo". E realmente, essa "masculinidade feminina" foi escolhida pelos Surdos e usada como ferramenta de poder. Iracema concorda com Tainá quando também afirma que presenciou casos em que homens Surdos negaram a intérpretes mulheres ou gays a oportunidade de serem sua voz. Ela diz: "Ouvir uma coisa dessas... e aí você fala que não é machismo, não, não é machismo... Quero um homem, heterossexual, com a minha voz, à altura...".

Em detalhes, Judith Halberstam aborda em sua obra "Masculinidade feminina"<sup>31</sup>, em 1998, como a masculinidade pode se manifestar independentemente da presença masculina. Isso mostra que essa masculinidade aparece como característica e pode residir em corpos não masculinos, como a da colega de trabalho de Tainá. Halberstam (1998) discute como essa masculinidade é uma característica hegemônica, associada principalmente aos homens brancos heterossexuais, mas também como uma manifestação que ocorre alternativamente nos corpos femininos, sendo uma característica que se manifesta nas relações sociais.

Apoiando as ideias de Halberstam (1998), ao investigar intérpretes de Língua de Sinais Americana, Artl (2015) observou que, nos casos em que o intérprete apresentava características que não eram socialmente aceitáveis nas identidades de gênero, ou seja, quando havia uma mistura de traços masculinos e femininos, esses intérpretes deixavam de refletir, para a clientela Surda, os traços ideais de compaixão, simpatia, autoconfiança e liderança.

Drumont (1980) apresenta uma definição que engloba

---

<sup>31</sup> *Female masculinity* - em inglês.

dominação e relações de poder, afirmando que se trata de “um sistema de representações simbólicas que mistifica as relações de exploração, dominação e submissão entre homens e mulheres” (Drumont, 1980, p. 81). O autor deixa claro que essa definição não busca o rigor conceitual baseado em um modelo teórico abstrato e fechado, mas sugere uma definição que dê conta da multiplicidade “de suas manifestações concretas” (Drumont, 1980, p. 81) em um contexto social.

A naturalidade do que é “melhor” ou “superior” simplesmente pela questão da masculinidade é percebida no discurso de Iracema quando afirma a escolha de um homem surdo por um intérprete homossexual<sup>32</sup>. Muitas vezes, o machismo se apresenta de forma silenciosa, conscientemente natural e imperceptível ao próprio sujeito, como quando Iracema explica “e aí você fala que não é machismo, não, não é machismo”, por exemplo.

Esses valores são duradouros, estruturados em uma sociedade patriarcal, onde a concepção do que é masculino (como o sujeito capaz, sexual) e do que é feminino (geralmente como o objeto subordinado) continua a se difundir (Machado, 2001). Na arraigada visão patriarcal, o masculino é significativamente associado como sinônimo de “liderança”, “capacidade”, posição que se naturaliza no exercício da dominação, aplicável também ao

---

<sup>32</sup> Em minha tese (Santos, 2019) sigo o comentário de Iracema, que explica: “Não, não, mulher também não, gay também não, quero um homem, hétero, com a minha voz, para combinar. Ah, para combinar, então não tem, só tem a gente, e agora? Não quer voz? Que aí você avisa lá que você não quer. Aí ele teve que escolher. Mas, assim, tu ouvir um negócio desse... aí tu fala que não é machista, não, não é machismo. (...) Não, não, mulher também não, gay também não, quero um homem, hétero, com a minha voz, para combinar. (...) aí tu fala que não é machista, não, não é machismo” (Santos, 2019, p. 127).

contexto de trabalho, como apontam Iracema e Tainá.

Por outro lado, Ayira relata que ela foi assediada durante um treinamento com uma plateia Surda. Isso aconteceu em um workshop de Língua Brasileira de Sinais com a participação de uma das pessoas Surdas. Relata que, antes mesmo desse acontecimento, enviava-lhe mensagens inapropriadas e maliciosas nas redes sociais, ao ponto de ter que bloqueá-lo virtualmente e ignorá-lo pessoalmente. Provavelmente, chateado com essa situação, nesse dia de treino, esse homem aproveitou para continuar a fazer o seu assédio. Por isso, ela relata: “Tive que manter contato visual com ele e interpretá-lo, e nessas situações ele tomou a oportunidade de dizer coisas sem conexão com o momento, como no meio de uma frase dizendo 'uau, espere, travei completamente para sinalizar, é que Ayira está muito bonita e perdi a concentração.”

Nesse sentido, Mauss (1975) fala do corpo, dizendo que “ele também está diretamente imerso em um campo político; as relações de poder exercem sobre ele uma influência imediata; atacam-no, marcam-no, treinam-no, sujeitam-no, forçam-no, o forçam a cerimônias, exigem sinais” (Mauss, 1975, p. 30).

Além disso, Ayira diz que, ao interpretar para uma pessoa Surda em seu trabalho, teve alguns acontecimentos delicados. A pessoa Surda, que era religiosa, disse e Ayira nos conta: “(...) ela não queria que eu a acompanhasse, porque ela tinha *cara de sapatão* e mantinha um relacionamento com mulheres”. Porém, ao mesmo tempo, devido à sua religião, ela foi proibida de ter contato com homens que não fossem seus parentes. Na decisão de escolher entre o homem com quem não poderia ter contato e uma mulher lésbica, ela acabou aceitando Ayira, já que “entre uma 'sapata' e um homem, ela, sem muitas opções, teve que optar pelo

'menos ruim' na sua cabeça”, segundo seu relato.

Essas mudanças culturais (mesmo dentro da religião) são facilmente compreendidas quando se investiga uma sociedade patriarcal, surgida no período colonial, onde os homens controlavam a vida das mulheres como se lhes pertencessem. Na estrutura patriarcal, ao homem era atribuída a responsabilidade de prestar o sustento familiar, enquanto à mulher eram atribuídas diversas funções, como reproduzir, ser responsável pelos cuidados do lar, educar os filhos do casal e prestar serviços sexuais ao marido. Nesse contexto, as mulheres estavam constantemente subjugadas aos interesses e desejos do patriarca. Independente da função social, a mulher, no seu processo de socialização, apenas obedecia (Boris; Cesidio, 2007).

Dessa forma, transgredir o que ditam os discursos religiosos em termos de gênero é um pecado. Nesse tipo de discurso, “a transgressão das leis, das descrições e das funções naturais da feminilidade, como a maternidade, será interpretada em termos de disfunção e anormalidade” (Leache, 2011, p. 3) (tradução da autora). Portanto, há um problema no imaginário androcêntrico: o masculino funciona como modelo, ideal, referência ou norma do humano; e quando o humano é apresentado em discursos supostamente universais, muitas vezes carrega um subtexto de gênero, uma vez que o seu centro é ocupado pelo especificamente masculino. Como consequência, os significados associados à feminilidade têm sido formas de nomear a diferença sexual, como se o significante “mulher” sozinho nomeasse uma diferença. Diferença essa que se define em relação a uma posição central do masculino-universal (Leache, 2011, p. 179).

Sobre o corpo e as expectativas associadas à feminilidade

e aos padrões ditados para uma mulher, Kauane conta o episódio em que foi convidada para interpretar uma apresentação artística de Língua Brasileira de Sinais. Para tanto, os contratantes definiram que o tamanho da calça seria 38. “Era uma campanha publicitária de uma empresa muito grande. Eles já tinham as roupas selecionadas e os tamanhos. Apesar do currículo, não fui aprovada, não vestia calças 38”, ela conta. Para Kauane, seu corpo foi o fator determinante para a sua dispensa, pois, nas preferências do cliente, o seu tamanho de calça ficou acima de suas qualificações.

Desta forma, Tubert (2010) explica que as mulheres são um grupo profundamente afetado pela exploração laboral e pela marginalização. No caso das mulheres, esse excesso de desconforto esteve historicamente associado “à subordinação económica, social, política, laboral ou familiar das mulheres, que alimenta e é alimentada por uma ordem simbólica e por um imaginário colectivo que constrói representações da mulher e da feminilidade que tendem a justificar tal subordinação” (Tubert, 2010, p. 162).

Nina é uma tradutora Surda e preta. Ela inicia nossa conversa comentando que nunca havia entendido bem (mas depois assumiu que havia vivenciado situações de racismo). Ela então descreve que essa percepção pode não ter ocorrido devido ao ambiente acadêmico em que se encontra. Além disso, acrescenta: “Até porque me considero um pouco ingênua”, já que confessa ter consciência de que esse tipo de comentário depreciativo “às vezes também acontece pelas costas dela, quem sabe”. Ela conta que teve a oportunidade de trabalhar na equipe de tradução de uma prova importante brasileira, e diz que sentiu que foi convidada “só para ter alguém negro na equipe”. Além disso, acrescenta: “Achei

isso deselegante. E noto que isso também acontece em alguns lugares, parece que é só seguir o protocolo. É irritante. Entendo que é preciso diversificar a equipe, com pessoas de todas as raças e identidades, mas... poderia haver uma forma melhor de fazer essa diversidade, não sei se existe uma forma mais gentil, sem obrigações”.

Ela conta ainda que seu trabalho foi posto à prova quando assumiu uma posição hierárquica: “uma pessoa me disse diretamente que quando viu que fui convidada para ocupar um cargo de confiança pensou ‘isso não vai dar certo’ , mas aí ele viu meu trabalho e veio me parabenizar dizendo que sua opinião havia mudado”. Ela afirma: “o preconceito e o racismo existem sem dúvida. As cotas<sup>33</sup> são importantes para acabar com essas ações; primeiro, é necessária muita educação para a sociedade, começando pela família.” Ou seja, Nina reconhece que o problema é estrutural. Embora no início da entrevista tenha dito não perceber nenhum comportamento, posteriormente ela se abriu e confessou algumas situações que lhe aconteceram.

Nesse sentido, é imensurável a contribuição de Silva (2022), uma autora Surda e preta, que escreveu sua tese de

---

<sup>33</sup> “Compreender o conceito de democracia torna-se essencial para compreender o contexto em que se iniciou o debate sobre os programas de ações afirmativas e as políticas de cotas, pois, por meio desses programas, procuramos garantir que todos os cidadãos possam exercer os seus direitos sociais rumo à democracia plena, socializando o ensino superior para quem não tem as mesmas oportunidades que os demais (Souza; Brandalise, 2011). Com o objetivo de facilitar a democratização do acesso ao ensino superior, surgiram debates sobre as ações afirmativas, que são definidas como: “[...] medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, de forma espontânea ou compulsória, com o objetivo de eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento, bem como compensar as perdas causadas pela discriminação e pela marginalização por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros” (Brasil. MJ, 1996, p. 10, apud Queiroz et al, 2015, p. 303).

doutorado sobre as intersecções entre racismo e pessoas Surdas. Em seu trabalho, ela fala sobre hierarquia nos movimentos sociais e como a abordagem interseccional surge como abordagem analítica para enfrentar a falta de visibilidade de questões de raça, gênero, idade, classe e sexualidade. Essa perspectiva reafirma a inviabilidade de analisar sistemas de opressão a partir de uma única dimensão fundamental, uma vez que a opressão atua sinergicamente para perpetuar a injustiça social (Silva, 2022).

Silva (2022) explica que analisar os sistemas de opressão a partir de uma dimensão fundamental revela que a mulher negra, que corporifica de forma mais acentuada as estruturas de dominação, encontra-se em uma posição em que sua identidade racial e de gênero a coloca em espaços e papéis historicamente atribuídos a ela desde a época da escravidão. A persistência da “herança escravista” reflete-se na situação atual das mulheres negras. De modo geral, o papel das mulheres negras como trabalhadoras sofreu poucas alterações ao longo do tempo. O fato de as mulheres negras ocuparem atualmente empregos semelhantes aos que ocupavam na sociedade colonial é resultado tanto da sua condição de mulheres negras como do fato dos seus antepassados terem sido escravizados (Silva, 2022, apud Nascimento, 2021).

Do Brasil, mudamos para Buenos Aires, Argentina, onde ocorrem situações no contexto de trabalho de Tradução e Interpretação diferentes daquelas que conhecíamos.

## **A CENA ARGENTINA INVESTIGADA<sup>34</sup>**

---

<sup>34</sup> Entendemos que as entrevistas foram, em sua maioria, de pessoas da Cidade Autônoma de Buenos Aires ou no máximo da AMBA (Área Metropolitana de Buenos Aires). Assim, acreditamos ser ousado esclarecer que, assim como no

Para esta seção foram entrevistadas: Anka, Antay, Asiri, Chaska, Inkasisa, Inti, Kusi (argentinas)<sup>35</sup>.

Diferentemente do Brasil, os fatores relacionados à prática e à necessidade de acessibilidade linguística continuam a ser as questões mais importantes, especialmente o reconhecimento da Língua de Sinais Argentina (LSA) legalmente reconhecida como língua. Ao entrevistar intérpretes argentinas, já se percebem dados emergentes diferentes das intérpretes brasileiras. O corpo é um fator importante para as intérpretes argentinas; é um espaço linguístico fundamental para o empoderamento e socialização da língua; contudo, ainda só se aprofunda no corpo de quem traduz/interpreta presente ou ausente.

A Associação de Intérpretes da Argentina realiza um longo e árduo trabalho para garantir que a acessibilidade das pessoas Surdas do país seja a norma em todos os meios de comunicação e contextos. Porém, além das interseccionalidades e questões de subjetividade, nesse momento histórico do país, emergem outras questões consideradas mais importantes: profissionalização da carreira; regras e padrões oficiais de desempenho profissional em todo o país, questões sobre formação específica em nível de graduação (pelo menos) para qualificação profissional, entre outros.

Embora o país tenha uma forte tradição acadêmica e prática de luta nos domínios do gênero, da sexualidade e das minorias, de acordo com a experiência e visão do mundo de Anka, intérprete com muita experiência na sua área, as questões de gênero ainda

---

Brasil, a Argentina possui províncias mais conservadoras que outras; não é possível generalizar.

<sup>35</sup> Escolhemos nomes de povos originários quichuas, da Argentina.

não são temas discutidos pela comunidade de intérpretes.

Como parte do trabalho de campo, encontrei-me com Anka e contei a ela que havia feito pesquisas (2014 a 2019) no Brasil sobre Gênero e Sexualidade, no contexto da nossa profissão. Anka admitiu que nunca havia pensado sobre essas questões. Por ser mulher e ter uma longa história dentro da Comunidade, ela diz que suas preocupações giram em torno de outras prioridades, como a regulamentação da profissão e o reconhecimento da Lei LSA (que ocorreu ainda em 2023, com a Lei 27.710, de 13 de abril daquele mesmo ano).<sup>36</sup>

Na mesma linha, Antay que, assim como Anka, mora em Buenos Aires, reconhece que a abertura em relação ao Gênero e à Sexualidade é muito maior aqui do que em outras províncias, tanto para as pessoas Surdas quanto para os ouvintes. Um país que tem, por exemplo, um grupo de mulheres Surdas ativas que lutam contra a violência de gênero<sup>37</sup> tende a tratar essas discussões com mais naturalidade. Ao ser questionada se já passou por algum caso de machismo ou preconceito em seu trabalho como intérprete, Anka relatou que, no seu contexto de trabalho, o gênero não é questionado; pelo contrário, presume-se que a profissão seja tipicamente feminina (essa informação é confirmada por todos as

---

<sup>36</sup> O objetivo dessa lei é reconhecer a Língua de Sinais Argentina (ASL) como uma língua natural e nativa que forma um legado histórico imaterial como parte da identidade linguística e do patrimônio cultural dos surdos em todo o território da Nação Argentina., e que garante sua plena participação e inclusão, bem como aqueles que, por qualquer motivo, optem por se comunicar nesse idioma” (Argentina, 2023). Nesse momento não é possível aprofundar, mas você pode ler mais em: BOLETIM OFICIAL DA REPÚBLICA ARGENTINA - LÍNGUA DE SINAIS ARGENTINA - Lei 27.710.

<sup>37</sup> Para conhecer mais sobre seu trabalho, você pode visitar o site: SORDAS SIN VIOLENCIA - Proteção e Atenção às Mulheres Surdas e com Deficiência Auditiva contra a Violência de Gênero - Vínculos Territoriais para a Igualdade de Gênero - fundadora.

outras intérpretes entrevistadas).

Embora não tenhamos dados específicos sobre o percentual de intérpretes do sexo feminino, masculino ou de outras identidades, Atrl (2015), ao pesquisar gênero no contexto da Língua de Sinais Americana, observou que a grande maioria das pessoas que trabalham na Pedagogia da Diferença<sup>38</sup> eram mulheres. Como indivíduos que vivenciam a opressão sistemática de gênero, as mulheres profissionais prestam serviços a um grupo de indivíduos que também “[...] enfrentam diariamente a opressão sistemática”. É por meio do quadro da teoria feminista que essas injustiças paralelas devem ser vistas, a fim de gerar consciência profissional e promover abertura de profissionais e o diálogo<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Silva (2009) traz o conceito de Pedagogia da Diferença, onde os educadores deveriam ter “conhecimento sobre os aspectos legais e suas implicações na educação de surdos; conhecimento sobre as políticas de inclusão e exclusão social e educacional; uma visão crítica da relação entre a educação dos surdos e da educação especial; conhecimento da pedagogia da diferença e das formulações que esta traz para a identidade Surda; conhecimento sobre projetos políticos e projetos institucionais para a surdez; capacidade de distinguir modelos conceituais sobre o surdo e a surdez: clínicos, antropológicos e modelos de diferença; distinguir os discursos e práticas sobre 'deficiência auditiva' na educação, discursos e práticas clínicas; discursos e práticas sociais; conhecer as implicações da deficiência e do estereótipo na educação de surdos; conhecer as abordagens tradicionais do currículo na escolarização de surdos: práticas e discursos atuais; ter uma introdução à Teoria Crítica do Currículo; conhecer currículo e ideologia, língua, poder, cultura, política cultural; capacidade de desenvolver uma proposta pedagógica e um currículo para a diferença Surda. Se possível, as escolas deveriam ter um conselho pedagógico para surdos; estabelecer um posicionamento possível em relação ao poder e ao saber nas escolas para surdos (diretor, pedagogo...) para a atuação dos educadores surdos na educação e escolarização dos surdos; propor um projeto: contato incondicional professor surdo/aluno surdo; conhecer as políticas de prevenção e monitoramento da surdez” (Silva, 2009, p. 39).

<sup>39</sup> Citação no idioma original: As individuals who experience systemic gender oppression, female practitioners provide services to a group of individuals who likewise confront systemic oppression on a daily basis. It is through the framework of feminist theory that these parallel injustices should be viewed in order to bring about practitioner awareness and open professional dialogue.

(Atril, 2015, p. 17).

Em relação à divisão social e científica do trabalho, típica da modernidade, podemos concluir que existe uma relação direta com a organização das profissões na sociedade, incluindo o aspecto de gênero. Por isso, Lorente Molina (2004) utiliza a expressão “profissões feminizadas” como um termo que engloba uma complexidade de valores que são social e culturalmente considerados femininos nas relações de trabalho, como atividades de ajuda social (acessibilidade), cuidados (enfermagem) e formação de crianças (pedagogia). Nesse sentido, Molina (2004) especifica que as profissões que são consideradas femininas estão relacionadas às profissões “de cuidado”. É justamente esse “cuidado” que sempre foi exigido nas profissões que envolvem deficiências e diferenças, inclusive no início da profissionalização de tradutores e intérpretes, que se originou de trabalhos filantrópicos anteriores e de ajuda a uma comunidade Surda desfavorecida. Bustamante (2022) explica que as representações dos Intérpretes de Língua de Sinais são diversas, por exemplo:

'Boa intérprete', por um lado, e a de 'cuidadora', por outro lado, duas funções sociais antagônicas em termos de prestígio. Mas por que somos em sua maioria mulheres? Talvez porque, originalmente, esse papel estivesse relacionado à prática de familiares bilíngues na esfera privada, onde a interpretação poderia facilmente ser confundida com tarefas de cuidado; e porque o paradigma biomédico – patologizante e paternalista – apoiou a representação das pessoas usando como “incapazes” de se expressar, dependentes do cuidado de outros, ou melhor, de outras (Bustamante, 2022, p. 57).

Alguns fatos que se repetiram em todas as entrevistas são

certas normas mais rígidas sobre como deveriam se vestir e se comportar; normas já superadas na cultura brasileira de Tradução e Interpretação. Então, Antay, Asiri, e Inkasisa detalham que, no contexto profissional atual, é proibido exibir tatuagens no ambiente de trabalho, o que gera sentimento de opressão e perda de individualidade. Asiri, em especial, conta que foi orientada a evitar o uso de cosméticos, vestir-se exclusivamente de preto e evitar qualquer forma de se destacar, seja por meio de acessórios ou até mesmo de penteados. Kusi também menciona esses aspectos: "algumas pessoas Surdas reclamaram do meu piercing no septo, do meu esmalte... Dizem que é impossível entender minha sinalização, mas realmente aprendi a filtrar o que pode agregar algo ao meu profissionalismo, acho que essa parte não acrescenta nada para mim".

Por outro lado, Kusi, como intérprete preta, relaciona a importância da representatividade<sup>40</sup> para minorias, como mulheres negras que atuam na mídia, por exemplo, incluindo representatividade de pessoas Surdas também trabalhando:

“É uma forma de marcar para entender. Quando uma minoria tem uma ferramenta de poder – mesmo que arbitrária – representa uma oportunidade para as pessoas Surdas de reverter a relação de poder, essa diferença sistêmica... Temos consciência da diferença de poder... e isso exige confiança no trabalho. É necessário que haja uma dimensão política no trabalho do tradutor/intérprete. A relação da desigualdade é muito grande... se uma pessoa Surda tem a oportunidade de corrigir um ouvinte por ter piercing no nariz, eu entendo o aspecto político disso, não é pessoal, é porque eu nasci ouvindo.”

---

<sup>40</sup> Sánchez (2017 apud Dess, 2022) descreve Representatividade como "a reunião de traços ou características que são consideradas comuns em um conjunto de coisas ou pessoas, ou que definem um grupo ou uma série de coisas ou pessoas. Trata-se do alto grau de coincidência entre a forma como representamos algo mental ou imaginativamente e a realização dessa imaginação em um objeto, situação ou pessoa (Sánchez, 2017, p. 62).

Kusi reflete sobre como Bustamante (2022) já havia proposto. Ela afirma que esse feminismo ensina que quem tem privilégio social também possui epistemologicamente o privilégio de ser enunciador de um discurso. Isto acontece:

[...] tanto para identidades marcadas por gênero, raça e classe, quanto para aquelas representadas pela ideologia supremacista do ouvinte. Os surdos denunciam o seu lugar, isso acontece marginalmente na sociedade que os observa como o outro não universal. Disto deriva uma das funções sociais da prática interpretativa: gerar novos discursos sobre Comunidade Surda, disputando as categorias universais glotopolíticas” (Bustamante, 2022, p. 51).

Porém, segundo algumas entrevistadas, o uso de acessórios ou de uma cor de camiseta diferente da preta, por exemplo, impõe e afeta a liberdade de expressão e a capacidade da mulher de se sentir autêntica em seu ambiente profissional. Inkasisa relata que também percebe que a cor preta acaba predominando nas vestimentas dos TILS aqui na Argentina. Ela explica que, na área educacional, ainda é possível usar outras cores além do preto, mas sem estampas ou desenhos. Ela ainda diz: “Vejo a possibilidade de usar maquiagem e brincos, mas é preciso ter cuidado. Trabalhamos com uma pessoa que atua como assessora cultural (uma pessoa Surda) e geralmente somos solicitados a remover qualquer coisa que possa atrair muita atenção”.

A relação da Argentina com a imagem e o corpo de quem traduz/interpreta, especialmente na mídia, começou em 2010. Segundo informações da Associação de Tradutores e Intérpretes

da Argentina, é a partir dos discursos presidenciais daquele ano que a interpretação de LSA (Língua de Sinais Argentina) começou a ser solicitada. O discurso presidencial de 2010 foi a primeira vez em que uma interpretação em Língua de Sinais Argentina (LSA) foi transmitida nos principais meios de comunicação. Com essa experiência, observou-se a necessidade de contar com uma equipe multidisciplinar para realizar esse tipo de trabalho<sup>41</sup>, não apenas com intérpretes *per se*.

Além de assessorar no aspecto linguístico, surgiram novos elementos: questões técnicas e contextuais que transcendem o âmbito da linguagem. Um aspecto abordado foi a relação que as entrevistadas tinham com a percepção de serem mulheres naquele contexto específico de trabalho. Com exceção de Ali, que não via problema em não usar acessórios ou maquiagem (desde que estes possam ser associados à sua identidade e entenda que este não é um padrão de feminilidade), a maioria das intérpretes que entrevistei disseram-me que gostariam que as suas identidades fossem mais visíveis, tanto como profissionais da LSA quanto como mulheres. Por outro lado, Inkasisa mencionou que a valorização da profissão e a falta de regulamentação ainda estão em desenvolvimento no país. Kusi explica que sua posição é de

---

<sup>41</sup> Astrada e Claria analisam o papel do ATLCS (Assessor Técnico, Linguístico e Cultural de Surdos), que inclui “fornecer feedback essencialmente implícito ao intérprete “apresentador” para melhorar o produto na ausência de um público surdo presente. Durante a análise, conseguimos identificar configurações de papéis nas equipes de interpretação na mídia, bem como as reconfigurações nas três etapas do trabalho de interpretação: Preparação, ou etapa preliminar; Performance, ou ato de interpretação; Revisão, ou etapa subsequente. Identificamos os desafios e problemas associados a essas equipes. Também comparamos as diferenças entre equipes de interpretação que incluem ou não um ATLCS” (Astrada; Claria, 2015, p. 77).

privilégio, o privilégio de ouvir. E que, para ganhar a confiança das pessoas Surdas, é preciso tempo e profissionalismo. Ela diz: “O trabalho de um TILS precisa ser de aliados, ajudando-se mutuamente, usando meu privilégio como ouvinte sempre”.

Por outro lado, Santos (2019) afirma que também estamos presentes nos resultados finais de nossas traduções/interpretações. Neles, há registros de nós mesmos, de nossa cultura e subjetividade. Simultaneamente, esses podem exercer influência na configuração da nossa subjetividade, uma vez que transitamos num contexto intercultural. Dessa forma, as noções de identidade, tanto pessoal quanto em relação ao outro, entrelaçam-se e se confundem, constituindo o próprio sujeito. Essa identidade é constantemente acentuada pelas circunstâncias da vida e da formação do tradutor, que são modificadas pela influência do “outro”. O contato com o “outro” possibilita a socialização das discursividades e a constituição dos indivíduos, e ninguém sai ileso dessa experiência transformadora, inclusive o tradutor, que não permanece inalterado por uma experiência de tradução. É nesse contexto que se estabelece a identidade fluida e historicizada do tradutor, como aponta Santos (2019, citando Coracini, 2005).

Dessa forma, a Comunidade Surda é também um espaço de constituição da identidade de quem traduz/interpreta. Por exemplo, ao falar sobre sua sexualidade, Ali, uma mulher lésbica, diz que nunca sentiu que sofria homofobia dentro da Comunidade Surda Argentina ou por seus clientes. Ela explica que “(...) a necessidade de tradutores e intérpretes no país é tão grande que acredito que gênero e sexualidade não são neste momento os aspectos mais notáveis na contratação de mulheres que traduzem e interpretam”.

Mesmo tendo intérpretes e surdos pertencentes a alguma religião, ela não sentiu dificuldades no contexto de trabalho, diferentemente da realidade brasileira. Por outro lado, se falamos de tradutores/intérpretes Surdos, seus corpos ainda são vistos e entendidos como incapazes. Inkasisa conta um caso em que uma cantora sertaneja decidiu que seu videoclipe teria interpretação em Língua de Sinais, onde viu o trabalho de uma intérprete - uma ouvinte, loira, de pele branca - e queria que aquela intérprete específica trabalhasse com ela. Então, Inkasisa conversou com a cantora sobre como seria enriquecedor se uma artista Surda com experiência nesses contextos artísticos participasse do videoclipe. Porém, durante o teste, a produção afirmou que a intérprete Surda não tinha uma estética desejada para o vídeo e que Surda não tinha a imagem que queriam associada à cantora. Inkasisa e a Surda se sentiram muito mal depois daquela conversa. E, no final, eles decidiram desistir de incluir a Língua de Sinais em seu videoclipe.

A figura de uma pessoa Surda em uma equipe que assessora interculturalmente presente em qualquer tradução/interpretação aqui na Argentina é algo que não existe no Brasil. Segundo registros da Associação de Tradutores/Intérpretes da Argentina, essa função começou em 2010. Junto com esse cargo, pessoas Surdas construíram com os ouvintes um curso de Consultoria Linguística Intercultural voltado especificamente para pessoas Surdas na Universidade Nacional de San Martín, que fica na província de Buenos Aires. Ao contrário do que aconteceu há alguns anos com uma tradutora Surda que foi rejeitada em um videoclipe por não se enquadrar em uma estética específica exigida (com Inkasisa e uma Surda já citada acima), nesse sentido, hoje podemos dizer que existe uma formação específica para que as

pessoas Surdas possam atuar nesses contextos de consultoria.

É por isto que Kusi explica que a posição de representatividade de um assessor é muito importante. No geral, ela afirma que a presença de um consultor surdo pode proporcionar mais confiança aos ouvintes que estão interpretando, respeitando a cultura da língua e agindo de maneira profissional. Astrada e Claria (2022) descrevem, em um capítulo de livro, o papel de uma pessoa Surda como Consultor/Treinador trabalhando junto a uma equipe de intérpretes, “analisando suas capacidades e limitações”, desempenhando o papel de Conselheiro Surdo em diferentes contextos. Técnico, Linguístico e Cultural” (Astrada; Claria, 2015, p. 76).<sup>42</sup>

O único problema é justificar um orçamento para contar com a presença de um consultor. Inkasisa diz que “nem todas as empresas entendem a importância, mas acho que já é uma verdade consolidada no país e para todos os intérpretes que trabalham no país”. Astrada, Albor e Ezagui (2022) chamam esse profissional emergente de “Consultor Surdo” nas áreas Técnica, Linguística e Cultural. Os autores também mencionam que é fundamental que os consultores surdos tenham formação em *storytelling* e/ou interpretação de mídia, além de terem adquirido experiência em atividades audiovisuais. Além disso, é necessário que demonstrem capacidade de análise metalinguística, disposição para colaborar em equipe e compromisso com a atualização constante, demonstrando flexibilidade, responsabilidade e ampla formação cultural (Astrada; Albor; Ezagui, 2015).

A Associação de Tradutores/Intérpretes de LSA<sup>43</sup> começou

---

<sup>42</sup> Citação no idioma original:(...) analysing their competences and limits. We have named this role the Technical, Linguistic and Cultural Deaf Advisor (TLCDA)”.  
<sup>43</sup> Seu trabalho está documentado no instagram @aails.org.

a trabalhar em um projeto de reconhecimento da profissão, em colaboração com pessoas Surdas do país. É interessante notar que enquanto na Argentina já existe a presença comum de um assessor técnico, linguístico e cultural surdo (não temos na realidade brasileira), no Brasil já temos uma regulamentação da Tradução da Língua Brasileira de Sinais/ Profissão de intérprete, sem obrigatoriedade de um assessor surdo.

Astrada, Albor e Ezagui (2015) explicam que esse assessor/consultor técnico tem a responsabilidade de supervisionar a produção da interpretação em LSA durante as gravações. Para tanto, são posicionados estrategicamente ao lado da câmera, em frente ao intérprete.

Eles acompanham de perto o fio e o significado da mensagem durante a interpretação, fornecendo sinais e expressões idiomáticas precisas e adequadas ao contexto apropriado do tópico, programa e/ou espaço de atuação. Eles - os ATLCs- realizam também revisões que permitem ao intérprete reformular imediatamente a interpretação dentro da unidade de sentido. A presença de um assessor técnico surdo tem uma influência muito positiva na qualidade do serviço de LSA acessível (Astrada; Albor; Ezagui, 2015, p. 29).<sup>44</sup>

Inti, Inkasisa e Kusi explicam que, embora a necessidade e

---

<sup>44</sup> Citação no idioma original: "They closely follow the thread and meaning of the message during the interpretation, providing accurate signs and idiomatic expressions that are suitable for the appropriate context of the topic, programme, and/ or interpreting space. They— the TLCDA— also make revisions that allow the interpreter to immediately reformulate the interpretation within the unity of meaning. The presence of a Deaf technical advisor has a very positive influence on the quality of the accessible LSA service" (Astrada; Albor; Ezagui, 2015, p. 29).

a importância desse profissional sejam reconhecidas pela comunidade de intérpretes, não há regulamentação ou qualquer representação em um Código de Ética mais atual que sirva de ferramenta para auxiliar os intérpretes e o assessor na realização de seu trabalho de maneira conjunta, apesar de serem tarefas diferentes. Até porque, no ambiente de trabalho, o assessor tem um esforço cognitivo diferente dos intérpretes que estão realizando uma interpretação simultânea, por exemplo.

Por outro lado, tivemos a oportunidade de presenciar a atuação de colegas muito confiantes, que não tinham vergonha do seu corpo. Eles disseram que se sentem incomodados com fotos e vídeos feitos sem autorização, mas quando estão com pessoas Surdas, ou com pessoas que tenham um relacionamento próximo com a Comunidade Surda, eles não se sentem reprimidos ou envergonhados. No contexto de trabalho da mídia, Inkasisa explica que a maioria das intérpretes que aparecem nos canais oficiais de televisão são pessoas com corpos plus size. Ela destaca a importância dessa representatividade para a construção do imaginário da comunidade Surda, pois rompe com os estereótipos de beleza, habilidade e esforço promovidos pela mídia.

Essa convivência com a Comunidade Surda e com o assistencialismo que ele tanto odiava em relação à sua própria deficiência levou Inti a se empoderar. “Odeio quando me infantilizam por ser uma pessoa ‘baixa’! E tenho a mesma sensação quando os vejo fazer o mesmo com pessoas com outras deficiências.” Ter estudado carreira em interpretação e ter trabalhado em uma convenção para pessoas com deficiência deu a Inti ferramentas para ter uma perspectiva diferente sobre a sua vida e a de outras minorias: “Hoje em dia também trabalho com mulheres Surdas que sofreram violência. Mesmo dentro do

feminismo, sabemos que pode haver uma apropriação indevida daquilo que o feminismo realmente representa. Temos contato com mulheres trans e mulheres Surdas, e sempre se estabelece uma associação: devemos estar juntas, somos minorias dentro do feminismo. E é verdade", acrescenta ela.

Além do mais, Inti diz que sabe que foi uma das primeiras intérpretes com deficiência a trabalhar com pessoas Surdas, conforme menciona a seguir:

"Quando comecei, era algo novo, certo?" E tive professores surdos que me disseram que o cargo de intérprete não era para mim, porque os alunos não me respeitavam por causa da minha altura (eles tinham a mesma altura que eu ou eram mais altos que eu). Mas me preparei intelectualmente para ser uma pessoa empoderada e conquistar o respeito das pessoas Surdas em relação ao meu trabalho".

O interesse de Inti pela LSA surgiu quando seu primo descobriu que sua filha havia ficado Surda por causa da meningite. "Quando descobri que haveria outra pessoa de uma minoria na minha família, fui a primeira a querer aprender LSA para que ela não fosse impactada da mesma forma que eu fui na minha vida. Sou jornalista esportiva, sabe? Mas por causa do machismo e do preconceito com a minha deficiência, nunca consegui um emprego. Me encontrei nessa carreira: comecei a conseguir me comunicar com minha sobrinha e obtive muitos benefícios", continua Inti.

Por outro lado, falando em outros tipos de corpos, percebemos que os corpos gordos e deficientes também estão presentes no contexto de trabalho da tradução/interpretação na cultura argentina. Inti declara que foi um longo caminho para conquistar o respeito das pessoas com quem trabalha e também das pessoas Surdas. Nesse sentido, ela afirma: "A pessoa com deficiência já é percebida socialmente de forma diferente. O

imaginário da sociedade em relação às pessoas com deficiência é quase angelical... E nós somos pessoas!” Ela acrescenta: “Tenho a sensação de que alguns surdos ainda acreditam que o intérprete está trabalhando filantropicamente em benefício da comunidade Surda, mas esse não é mais o caso”.

Muitas vezes, as mulheres TILS podem não estar conscientes das pequenas violências sistêmicas contra o gênero e a identidade das mulheres que ocorrem na vida cotidiana patriarcal. Sobre isso, Inkasisa afirma que há falta de percepção da violência sofrida pelas mulheres tradutoras/intérpretes de LSA no contexto do corpo e gênero, uma vez que não existe uma formação específica que aborde as intersecções entre TILS da Argentina e o corpo e gênero. Outro aspecto importante a considerar nessa área é a violência no local de trabalho e institucional, bem como uma perspectiva centrada nos direitos humanos no local de trabalho. Mesmo que não percebam que uma comunidade pode refletir as violências sofridas e as representações de preconceitos podem estar presentes em todos os lugares, em todos os empregos, principalmente no que diz respeito à presença de mulheres.

Ainda assim, Inkasisa menciona que houve aulas no país sobre como utilizar a linguagem inclusiva na tradução/interpretação que envolve a LSA. E especificou que, na Argentina, quando for necessário realizar interpretação para pessoas Surdas, antes do início do evento, é costume perguntar à pessoa Surda se ela deseja que o intérprete faça ajustes para usar uma linguagem neutra e inclusiva. Nesse mesmo sentido, Inti comenta que existem intérpretes muito religiosos que não querem usar essa linguagem, mesmo quando a pessoa Surda que está sendo interpretada a solicita. Ela menciona que, no caso dela, costuma respeitar a decisão da pessoa Surda. E menciona ainda

que conhece colegas que utilizam uma linguagem inclusiva independentemente da interpretação e de quem estão a interpretar.

Tivemos pouca visibilidade das tradutoras/intérpretes negras da Argentina<sup>45</sup>. Kusi diz que, como intérprete negra em Buenos Aires, percebe que gênero é algo mais perceptível que raça, justamente pela baixa visibilidade dos negros no país. Porém, Kusi sente que sua beleza se confunde com ser “exótica” e sua simpatia com “ocupar um espaço de referência, mesmo sendo um corpo negro”. Ela conta que experimentou em primeira mão o poder dos privilégios aos 19 anos. Quando solicitaram uma intérprete para uma apresentação teatral, a professora recomendou seu trabalho e disse: “Kusi, tem tudo a ver com você, você é exótica, diferente, tem tudo a ver com artes.” Lembro-me de ir ao trabalho, que era coordenado por mulheres brancas que faziam trabalhos de caridade. Resultado: fui demitida no segundo dia; não aguentaram minha beleza exótica nem minha estética diferenciada” - conta ela, rindo.<sup>29</sup>

Historicamente, o reconhecimento dos negros e pardos na Argentina e a resistência e luta pela sua identidade têm sido temas debatidos. Os argentinos, em sua maioria, consideram-se descendentes de europeus. Mesmo com a guerra do Paraguai, no século XIX, onde os negros argentinos foram levados como soldados de guerra, a narrativa que se conta é que todos morreram na guerra e, dessa forma, a construção da identidade argentina nada tem a ver com a cultura negra. [Muitos dos] indígenas

---

<sup>45</sup> Neste estudo não vamos nos aprofundar em questões históricas e de colonização. Porém, dado que analisamos a questão de gênero a partir de uma abordagem interseccional, é fundamental incluir na análise a variável raça, além de peso, corpos, geolocalização, idade, sexualidade, entre outros.

também foram assassinados na chamada Campanha do Deserto e a hegemonia branca se apropriou de suas terras. Ou seja, esse é um breve resumo simplificado para poder dar conta de algumas das situações aqui analisadas. São muitos os marcos históricos utilizados para negar a afroindigenidade dos argentinos, ou seja, manter a narrativa da inexistência de determinados tipos de identidades na Argentina.<sup>46</sup> Kusi, que tem pele parda e ascendência indígena, explica: "Sinto que eles me olham de forma diferente na Comunidade Surda. mas já me olham de forma diferente na minha vida pessoal por causa da cor da minha pele, então estou acostumada".

Em outra ocasião, Kusi conta que foi interessante, enquanto interpretava uma aula de história, quando o professor mencionou a herança afrodescendente nas pessoas de hoje, o aluno surdo que ela interpretava sinalizou dizendo: "Sim! Negra como ela" - apontando para Kusi - e ela respondeu: "Sim, como eu". O surdo, de ascendência indígena, também disse: "Sim, eu também". Kusi explica que o interessante foi ver como ele mesmo conseguiu perceber a diferença entre ele e os demais alunos, além de fazer a ligação entre essa diferença e a própria intérprete, sem que ela precisasse falar nada.

Kusi também foi convidada a participar de uma propaganda de laxantes. Ao enviar seu currículo, foi informado que o cliente precisava de uma foto para garantir que a imagem estaria vinculada ao medicamento na propaganda. Dessa forma, em vez de enviar uma foto sua "mais arrumada, mais formal e com o cabelo

---

<sup>46</sup> As identidades pardas também estão sendo discutidas na Argentina. Existe um coletivo chamado Colectivo Identidad Marrón, que nasceu na Argentina, contra o racismo estrutural (Vaccla, 2021).

preso”, ela decidiu enviar a foto de outra pessoa; uma pessoa Surda, loira, magra e de olhos claros, já que esse era o padrão de imagem na área audiovisual. Eles aceitaram rapidamente e fecharam negócio com a Surda. “No final acabou sendo bom porque deu visibilidade às pessoas Surdas; se não me engano, foi o primeiro anúncio nacional com uma intérprete de LSA atuando simultaneamente, mas ainda sem negros”, afirma.

Chaska, outra intérprete argentina não branca, também explicou como é ser uma intérprete cujo corpo não se adapta ao dos outros: “Ultimamente tem faltado aceitação da cor da pele, porque aqui a maioria é branca. Minha família é indígena, da Bolívia, portanto não sou branca. Tive muitos problemas na interpretação, pois aqui a cor preta é o padrão de roupa. Aos poucos as pessoas vão falando sobre a necessidade do contraste ser mais importante que a cor preta. Acho que eles estão começando a falar sobre algumas alternativas ao preto”. Ela explica que sempre precisa fazer algumas adaptações: “Esses dias me falaram que eu tinha que começar a usar cinza médio, como? “Onde vou encontrar uma camiseta dessa cor?”, diz ela rindo ao mesmo tempo.

Chaska também relata uma situação que não considera racismo, mas menciona que foi “desconfortável”. Eu estava trabalhando com um consultor surdo em um evento e ele pediu para parar tudo para solicitar a retirada do fundo com a logo (preto), pois não contrastava com a sua pele. “O problema era comigo, isso me incomodava. E nunca vi nenhum assessor pedir isso a intérpretes brancos”, finaliza Chaska.<sup>47</sup> Ligado a essa dimensão de análise, Kusi explica que

---

<sup>47</sup>O próprio sinal "preto" na Língua de Sinais Argentina (SLA) é um sinal que se refere a uma máscara.

"estamos em mais uma etapa de reflexão sobre o que significa ser um profissional de Tradução e Interpretação de Língua de Sinais; algumas pessoas precisam de mais afirmação como profissionais: se essa afirmação vier de usar uma camisa preta, vou usá-la para mostrar que sou um profissional "Para os mais jovens da profissão, menos experientes, este é o caminho mais fácil: identificar dentro dos padrões existentes o que significa ser intérprete" É um caminho longo, hoje em dia não me importo muito com os comentários das pessoas Surdas. "Eu sei que é um longo caminho".

Kusi diz que foi assediada por uma pessoa Surda enquanto trabalhava como intérprete em um evento. "Ele sugeriu que eu dormisse com ele"<sup>48</sup>. De acordo com Kusi, ele tinha poder dentro da Comunidade, já que era uma pessoa Surda reconhecida. "Era uma questão de poder, que dominava a questão racial", explica. Esta discussão sobre poder e gênero precisa fazer parte da Comunidade Surda. Kusi acrescenta que "muitas mulheres Surdas têm interesse em trabalhar questões de interseccionalidade, mas não têm acesso à formação nem à intérpretes de Língua de Sinais Argentina nessas ocasiões". Torna-se visível que, para trabalhar nesse contexto, é necessário conhecer a realidade em que se incluem as pessoas Surdas com deficiência<sup>49</sup>; estudar teorias de gênero; aprender sobre os ativos feministas e ter uma estrutura teórica para interpretar o mundo. Kusi menciona que trabalhar com Surdas que sofrem violência, pessoas Surdas trans não binárias, todos movimentos que também devem ser liderados por pessoas Surdas.

---

<sup>48</sup> Enquanto entrevistava Kusi, um garçom teve a ousadia de dizer que iria cuidar dela e "colocá-la para dormir". Chocante: durante a entrevista pudemos presenciar na prática o que uma mulher negra sofre aqui na Argentina.

<sup>49</sup> A visão antropológica da surdez (Skliar, 1998) entende que os Surdos não vêem sua surdez como deficiência; Eles têm uma língua e uma cultura diferentes das línguas orais. No entanto, as pessoas surdas podem ter deficiências, assim como as pessoas que ouvem.

Esse foco de poder sobre os corpos negros, nos corpos das mulheres, nos corpos das tradutoras e intérpretes de Língua de Sinais existe e oferece uma oportunidade única de aprofundar e comparar essa visão com outras realidades, como a brasileira.

## **UMA INVESTIGAÇÃO QUE NÃO TERMINA AQUI...**

Após um ano de realização da pesquisa, cujos resultados estão descritos neste trabalho, foi possível percebermos as limitações que ainda existem na Comunidade Surda Argentina para discutir questões mais relacionadas à identidade/subjetividade dos tradutores/intérpretes. Essas discussões também são norteadas pela necessidade de abordar uma formação assertiva e específica em tradução e interpretação. Ao mesmo tempo, diferentes corpos femininos ocupam o contexto de tradução/interpretação no país: negros (em menor proporção), gordas, lésbicas e mulheres com deficiência, também com expressões de gênero masculinas. Todas elas fazem parte da Comunidade Surda e lutam pela visibilidade, representatividade e aceitação/confiança das pessoas Surdas.

O fato de a Argentina ser um país mais “receptivo” às diferenças das mulheres que traduzem/interpretam está provavelmente relacionado com políticas nacionais que há muito incluem aulas de educação sexual nas escolas, por exemplo, bem como com a presença de assessores surdos que estão trabalhando em tradução/interpretação junto a essas mulheres desde 2010.

A ocupação dos corpos das mulheres brasileiras que interpretam/traduzem pode causar desconforto tanto a algumas pessoas na Comunidade, quanto aos clientes e colegas de trabalho. Isso nada mais é do que o reflexo dessa sociedade em termos de questões importantes e dívidas históricas urgentes. No

Brasil, não temos a figura do assessor surdo, por exemplo; não temos políticas afirmativas que incluam a educação sexual e de gênero nas escolas (ainda); portanto, não temos pessoas Surdas que participam diretamente do processo de tradução/interpretação de pessoas ouvintes em todas as áreas. Esses fatores contribuem significativamente para as diferentes realidades em que os países se encontram, embora na sua essência os problemas sejam os mesmos: reflexos de uma sociedade patriarcal que, independentemente da colonização ou dos percursos acadêmicos, se manifestará sempre na falta de atenção e empatia para com as minorias, incluindo os corpos das mulheres.

A pesquisa não termina aqui, mas busca deixar espaço aberto para que outros TILS tenham força e coragem para falar sobre suas experiências interseccionais com gênero, raça, privilégios ou qualquer outra área que demonstre mais do que o trabalho prático oferecido, mas também a identidade de quem o faz.

## REFERÊNCIAS

ACKERLY, B.A., & TRUE, J. (2010). Doing feminist research in political and social science.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A linguagem e as representações da masculinidade. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004, 387-392.

AMIGOT, Leache, P. (2011). Incierta feminidad, incierta masculinidad: la configuración social de las identidades de género Revista Clínica y Análisis Grupal, 1(2), 175-192.

ARTL, G. B. (2015). Act like a lady: The impact of gender identity on American Sign Language– English interpreters.

ASTRADA, L., ALBOR, A., & EZAGUI, A. (2015). Buenas Prácticas

de Interpretación en LSA en Medios de Comunicación Audiovisual. Instituto Nacional contra la Discriminación,

ASTRADA, Laura; CLARIA, Gabriel Andrés. Media team interpreting: A new support role arising. In: *The Routledge Handbook of Sign Language Translation and Interpreting*. Routledge, 2022. p. 76-91.

BORIA, A. (2008). La literatura como traducción: los estereotipos de género. *DeSignis*, (12), 0057-66.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; DE HOLANDA CESÍDIO, Mirella. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Revista mal-estar e subjetividade*, v. 7, n. 2, p. 451-478, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BUSTAMANTE, A. (2022) La intérprete de LSA en los márgenes de la traducción Disponível em [RevistaLV\\_18.pdf](#)

BUTLER, Judith. *Actos corporales subversivos. El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*, 2001.

CORACINI, M.J R. F. O sujeito tradutor entre a “sua” língua e a língua do outro. Em: *Cadernos de Tradução*. Florianópolis: Pós Graduação em estudos da Tradução. 2005a, pp. 09-24.

DE LAURETIS, TERESA, Alice Doesn't. *Feminism, Semiotics, Cinema*, Indiana University

DRUMONT, Mary Pimentel. *Elementos para uma análise do machismo. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 1980.

ELIZALDE, Silvia. “Debates sobre la experiencia.” *Oficios terrestres* (2008).

FAIRCLOUGH, N. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: *MAGALHÃES, Célia. (Org.). Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001. p. 31- 82.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: Textual analysis for social*

research. London and New York: Routledge, 2003.

FEMENÍAS, M L. “De los Estudios de la Mujer a los debates sobre Género.” *Historias con mujeres, mujeres con historias. Teorías, historiografía y metodologías* (2008).

FERREYRA, Ana; TABARES, Maria Eva; VIEYTES, Jazmín. Empoderadas y Accesibilizadas: una llave de ingreso al mundo de los feminismos. *Perspectivas Revista de Ciências Sociais*, v. 5, n. 9, p. 522-543, 2020.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*; tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal (1991).

GÓMEZ, Natália Alvarez. El concepto de Hegemonía en Gramsci: Una propuesta para el análisis y la acción política. *Estudios sociales contemporáneos*, n. 15, p. 152-162, 2016.

GRAU, Begônia Enguix; RAMOS, Ana María González. Cuerpos, mujeres y narrativas: Imaginando corporalidades y géneros. *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, v. 18, n. 2, p. 1956, 2018.

GUBER, Rosana. La entrevista antropológica: introducción a la no directividad. *El salvaje metropolitano. Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo*, p. 203- 210, 2004.

HALBERSTAM, Judith. *Female masculinity*. Durham and London, Duke University Press, 1998.

HARAWAY, D. Gênero para um dicionário marxista. *Cadernos pagu*, 2004, 22, 201-246.

HEBERLE, V. M. Análise Crítica do Discurso e Estudos de Gênero (gender): Subsídios 181 para a Leitura e Interpretação de Textos. In: FORTKAMP, M. B.M.; TOMITCH, L. M. B. (Org) *Aspectos da Linguística Aplicada: Estudos em homenagem ao Professor Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular, 2000.

KENDALL, S. e TANNEN, D. (2001). *Discourse and Gender. The handbook of discourse analysis*, 548.

la Xenofobia y el Racismo— INADI

LACOMBE, Andrea. De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. *Cadernos pagu*, 2007, 28: 207-225.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologías de género. In: Ramos, Carmen (Ed.). *El género en perspectiva. De la dominación universal a la representación múltiple*. México: Universidad Autónoma Metropolitana-I, 1986, p. 231-278.

LEACHE, P. A. Incierta Feminidad, Incierta-Masculinidad La Configuración Social de Las Identidades de género. *Clínica y análisis grupal*, v. 1, n. 2, p. 175-192, 2011.

LORENTE MOLINA, B. (2004). "Género, ciencia y trabajo: las profesiones feminizadas y las prácticas de cuidado y ayuda social". En: *Scripta Ethnologica*, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Vol XXVI, Buenos Aires: p. 39-53.

MACHADO, L. Z. Feminismo em movimento. São Paulo: Francis, 2010 MAUSS, Marcel (2009), «As técnicas do Corpo», in AA.VV., *Corpo, Coleção Arte e Sociedade* (Dir. João Valente Aguiar), n.º 1, Lisboa: Apenas Livros | Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 3-24.

MELO, Gislane Ferreira de; GIAVONI, Adriana; TRÓCCOLI, Bartholomeu Torres. Estereótipos de gênero aplicados a mulheres atletas. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 2004, v. 20, p. 251-256.

MOLINA, Belén Lorente. Género, ciencia y trabajo. Las profesiones feminizadas y las prácticas de cuidado y ayuda social. *Scripta Ethnologica*, 2004, no 26, p. 39-53. MUNÉVAR, Dora Inés. Interseccionalidad y otras nociones. *La interseccionalidad en debate*, p. 56, 2012.

mujeres. *Quaderns de psicologia*, v. 12, n. 2, p. 161-174, 2010.

NICOLOSO, S. Modalidades de tradução na interpretação simultânea da língua portuguesa para a língua de sinais brasileira: investigando questões de gênero (gender). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2015.

NICOLOSO, S. Uma investigação sobre marcas de gênero na interpretação de língua de sinais brasileira. 200 p. Dissertação

(Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciência da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2010.

Press, Bloomington, 1984. Hay traducción al español: Alicia ya no. Feminismo, semiótica, cine, Cátedra, Madrid, 1992.

QUEIROZ, Zandra Cristina Lima Silva et al. A lei de cotas na perspectiva do desempenho acadêmico na Universidade Federal de Uberlândia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 243, p. 299-320, 2015.

RIBEIRO, Jessica Akemi Kawano. A lesbianidade e a surdez. Revista Periódicus, 2017, 1.7: 179-191.

SÁENZ, Marya; Prieto, Sílvia; MOORE, Catarina; Cortés, Lilibeth; Espitia, Angie e Duarte, Liliana. (2017). Género, cuerpo, poder y resistencia. Un diálogo crítico con Judith Butler. Estudios Políticos (Universidad de Antioquia), 50, pp. 82-99. DOI: 10.17533/udea.espo.n50a0

SANCHEZ, José A.; OBREGON, Rodolfo. Ética y representación. Segunda época, v. 173, 2017.

SANTOS, Saionara Figueiredo. A construção discursiva de identidade de gênero de tradutores e intérpretes de libras não heteronormativos. 2019. Tese de Doutorado. UFSC SKLIAR, Carlos. Atualidade da educação bilíngüe para surdos. 2018.

SANTOS, Saionara Figueiredo. Educação ambiental: recursos imagéticos na produção de significação de um sujeito surdo. 2013. Dissertação de Mestrado. FURG.

SHILLING, Chris (2005). The Body in Culture, Technology and Society. London: Sage.

SILVA, A. G. D. Subjetividades negras surdas: rompendo o silêncio na educação de jovens e adultos. Tese de doutorado apresentada ao Programa de PósGraduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Disponível em: [2022 t AlineGomesdaSilva.pdf \(uff.br\)](https://uff.br/2022_t/AlineGomesdaSilva.pdf)

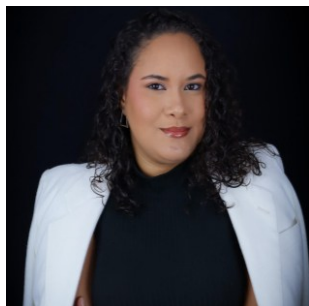
SILVA, V. A Política da diferença: Educadores-Intelectuais Surdos em perspectiva. 2009. 184 páginas, UFSC – Universidade Federal

de Santa Catarina.

TUBERT, Silvia. Los ideales culturales de la feminidad y sus efectos sobre el cuerpo de las

VACCIA, Carolina. Cara de india “¿Y KE?”: actuales contra representaciones y visualidades

## QUEM SOMOS NÓS?



### **Amanda Tamires dos Santos Silva**

E-mail: [amanda.tilsp@gmail.com](mailto:amanda.tilsp@gmail.com)

Tradutora/Intérprete no par Libras-português e Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão no Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

Mestre em Estudos da Tradução pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (POET/UFC). Especialista em Tradução e Interpretação de Libras–Língua Portuguesa (FATECH) e em Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é integrante do Coletivo de Teatro Pataquada, desenvolvendo trabalhos que articulam tradução e performance em Libras. Atua na tradução e interpretação no par linguístico Libras–português em contextos educacionais, de conferências, produções audiovisuais e manifestações artísticas.



### **Camila Stephanie Gallo**

E-mail: [camilagallo18@outlook.com.br](mailto:camilagallo18@outlook.com.br)

Intérprete comunitária no ICOM, tradutora e intérprete no curso de graduação em Artes Cênicas da UDESC; colaboradora em projeto do IFSC/FEESC voltado à tradução de materiais de apoio pedagógico para alunos do ensino médio da rede pública.

Tradutora e Intérprete de Libras-português, licenciada em Letras Libras pela UFSC e pós-graduada em Tradução e Interpretação de Libras-Português. Possui experiência em contextos educacionais, com atuação em escolas públicas e no IFSC – Palhoça Bilingue. Tem experiência em tradução audiovisual: curtas e propagandas publicitárias.



### **Cecilia Mealla**

E-mail: [meallaceci@gmail.com](mailto:meallaceci@gmail.com)

Interprete en el ámbito educativo en nivel medio y superior y en el ámbito político

Intérprete de Lengua de Señas Argentina, egresada del IFTS Nro 27, en el año 2012. Realizó la Diplomatura en interpretación en Lengua de Señas Argentina / Español en la FFyL de la UBA, con fecha de egreso de 2017. Se desempeñó como docente en equipos de capacitación para intérpretes de LSA-e en ejercicio y en formación. Es socia fundadora de la Asociación Argentina de Interprete de Lengua de Señas – AAILS, en la que integró la comisión directiva 2018-2020 y 2020-2022.



### **Daniela Kaplan**

E-mail: [danielakaplan.LSA@gmail.com](mailto:danielakaplan.LSA@gmail.com)

Intérprete en diferentes niveles del sistema educativo, en jornadas y conferencias y en los ámbitos de salud y justicia

Intérprete Técnico Superior en Lengua de Señas Argentina (LSA), egresada del Instituto Superior Villasoles en 2008. Completó la Diplomatura en Interpretación en LSA/Español en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires en 2017. Se desempeñó como coordinadora del equipo de intérpretes en el IFTS N° 27 entre 2016 y 2022. Integra el equipo de intérpretes de Educación Especial del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires y, desde 2014, forma parte del Programa de Accesibilidad en LSA de la Dirección de Personas con Discapacidad de la Municipalidad de San Martín. Ha publicado trabajos sobre interpretación y participado como disertante en congresos. Se ha desempeñado como docente en instancias de capacitación para intérpretes en ejercicio y en formación. Es socia de AAILS y ha integrado diversas comisiones de dicha asociación. Desde hace más de diez años colabora como intérprete voluntaria en actividades organizadas por la Confederación Argentina de Sordos (CAS), así como en asociaciones y agrupaciones de personas sordas, marchas, eventos, congresos y foros vinculados a la Ley Federal de LSA.



**Gabriel Claria**

E-mail: [gabriel.claria@uner.edu.ar](mailto:gabriel.claria@uner.edu.ar)

Intérprete de LSA-español

Intérprete de LSA-español por la Universidad Nacional de Entre Ríos y maestrando en Traducción de inglés (Universidad de Belgrano), formador de intérpretes y traductores/as de lenguas de señas, conferencista e investigador independiente. Activista por los derechos de las personas LGBTIQ+ y VIH+.



**Jazmín Vieytes**

E-mail: [jazmin.vieytes@uner.edu.ar](mailto:jazmin.vieytes@uner.edu.ar)

Intérprete de Lengua de Señas Argentina – Español y Coordinadora académica y docente en la Tec. Universitaria en Interpretación de LSA-E (FTS-UNER).

Egresada de la FTS-UNER. Maestranda en Docencia Universitaria (FCEdu-UNER) Coordinadora académica y docente en la Tec. Universitaria en Interpretación de LSA-E (FTS-UNER). Docente en otras Tec. de Interpretación de LSA-E (UNVM e IMES) y en la Diplomatura Superior en Interpretación y Traducción Directa (UNVM). Integrante de proyectos de extensión e investigación (UNER). Socia activa en asociaciones de Sordes e intérpretes.



### **Lahis Vargas Brandão**

E-mail: [lahistilsp@gmail.com](mailto:lahistilsp@gmail.com)

Intérprete de Libras-português na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis).

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (Pget) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Tradução e Interpretação de Libras pela Faculdade Ibra, tecnóloga em Comunicação Assistiva pela Faculdade Unintese e técnica em Tradução e Interpretação de Libras-português pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). É membro do Núcleo de Pesquisas em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais e Vocais (Intertrads) e do Programa Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais na Esfera Jurídica (Tilsjur). Integra também a Associação Gaúcha de Intérpretes de Línguas de Sinais (Agils). Foi proponente do Projeto de Extensão "Libras e Feminismo", vinculado ao IFRS (2020–2021), e é criadora do Grupo de Estudos em Libras sobre a Lei Maria da Penha, o grupo segue em desenvolvimento para novas edições e pode ser acompanhado pelo Instagram: @librasefeminismo



### **Saionara Figueiredo Santos**

E-mail: [saionara.figueiredo@ifsc.edu.br](mailto:saionara.figueiredo@ifsc.edu.br)

Professora na área de Tradução no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) Câmpus Palhoça Bilingue, além de atuar também como Tradutora e Intérprete no par Libras-português

Graduada em Pedagogia pela Universidade das Américas. Mestrado em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e o doutorado em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutorada na Universidade de Buenos Aires, com pesquisas centradas em Estudos de Gênero e Estudos da Tradução. Participa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos (NEPES) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) no IFSC. Integra o Grupo de Trabalho Nacional das Línguas Indígenas de Sinais, vinculado à Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil. Atua em parceria com pesquisadores e educadores indígenas do IF Baiano Campus Teixeira de Freitas, promovendo a acessibilidade linguística em Libras e na Língua de Sinais Indígena (LIS), com ênfase na educação bilíngue para indígenas surdos.



### **Silvana Nicoloso**

E-mail: [silvana.nicoloso@ifsc.edu.br](mailto:silvana.nicoloso@ifsc.edu.br)

Professora efetiva no IFSC – Campus Palhoça  
Bílingue, atua na área de Tradução e  
Interpretação de Libras-português

Doutora e Mestre em Estudos da Tradução pela UFSC (2015 e 2010), é também Especialista em Educação de Surdos (CEFET/SC, 2009) e em Educação Especial (UFSC, 1995), com graduação na mesma área (UFSC, 1994). Coordena, desde 2018, o Curso Técnico Integrado em Tradução e Interpretação de Libras-Português no IFSC-Campus Palhoça Bílingue. É tradutora e intérprete de Libras-português certificada pelo PROLIBRAS/MEC (2006). Integra os grupos de pesquisa InterTrads (UFSC) e Cultura, Educação e Tecnologias em Língua de Sinais (CNPq/UFSC). Possui ampla experiência docente no ensino técnico, superior e na pós-graduação, com foco em Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais. Seus principais temas de atuação são: Tradução Audiovisual, Formação de Tradutores e Estudos de Gênero.



### **Walter Montes**

E-mail: [womontes@gmail.com](mailto:womontes@gmail.com)

Intérprete Técnico Superior en Lengua de Señas  
Argentina, egresado del Instituto Superior  
Villasoles

Egreso de la Diplomatura en interpretación en Lengua de Señas Argentina / Español en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Buenos Aires. Es parte del equipo de intérpretes de Educación Especial del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, en diferentes niveles del ámbito educativo. Forma parte del Programa de asistencia y acceso a la información de mujeres sordas víctimas de violencias "Sordas sin violencia". Allí interpretó en jornadas, talleres y en el proceso de elaboración de materiales accesibles para la comunidad sorda. Desde el año 2018 integra el equipo de intérpretes de la Marcha del Orgullo de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Participó como intérprete de LSA-E en el 6° Congreso Nacional de Investigación en Traducción e Interpretación de Libras y Lengua Portuguesa (2018) en la Universidad Federal de Santa Catarina. Es socio de AAALS desde sus inicios. Actualmente es parte de la Comisión revisora de cuentas de dicha asociación (período 2023-2025).



### **Wharley dos Santos**

E-mail: [professorwharley@gmail.com](mailto:professorwharley@gmail.com)

Professor de Estudos da Tradução e da Interpretação na Academia Trados e Tradutor, Guia e Intérprete no par Libras-português

Estagiário de Pós-Doutorado, Doutor e Mestre em Estudos da Tradução em Estudos da Tradução pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharel em Letras-Libras na mesma universidade. Atualmente é Professor Substituto UFSC, no Departamento de Libras. É membro do Núcleo de Pesquisas em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais e Vocais (Intertrads e do Grupo de Pesquisa Pedagogia e Didática da Tradução e da Interpretação (Peditrad). Foi membro da Comissão Pedagógica da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils). Atualmente atua como Diretor Executivo da Academia Trados, um projeto em construção de uma futura faculdade EAD com cursos relacionados à tradução e à interpretação.

Durante a leitura você encontrará debates que problematizam os estereótipos de gênero, o empoderamento feminino, os direitos linguísticos de mulheres surdas, o assédio, os desafios da masculinidade, além dos impactos no mercado audiovisual. Cada texto, à sua maneira, faz emergir a potência dos corpos que traduzem, que são atravessados por múltiplas camadas de sentido e que, frequentemente, tornam-se também objeto de julgamento, de controle e de resistência. Se traduzir e interpretar é um exercício de mediação cultural, o ato tradutório evidentemente não pode ser isolado do corpo. A tradução não é, de modo algum, um ato mecânico de passar palavras de uma língua para outra, o que pode ser novidade para alguns e talvez este livro cause desconforto. Porque, aqui, a tradução e a interpretação são atos profundamente políticos, atravessados por gênero, raça, sexualidade, capacitismo, normatividade. Traduzir é resistir. Interpretar é existir. E existir, para muitos de nós, é diariamente um ato de subversão.

Prefácio, por Simone Gonçalves de Lima da Silva

Florianópolis, Julho, 2025

ISBN: 978-65-01-64019-8

CBRL



9 786501 640198